FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO

A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM CORUMBÁ-MS: PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FEIRA LIVRE

CORUMBÁ – MS
2015

ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO

A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM CORUMBÁ-MS: PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FEIRA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa

Coorientador: Prof. Dr. Alejandro Gabriel Benedetti

CORUMBÁ – MS
2015

ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO

A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM CORUMBÁ-MS: PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FEIRA LIVRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. _____ em ___/ ___/ 2015, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador
Dr. Edgar Aparecido da Costa
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

_____
Coorientador
Prof. Dr. Alejandro Gabriel Benedetti
(Universidade de Buenos Aires)

_____
1° Avaliador
Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGEF)

_____
2° Avaliador
Dra. Edima Aranha Silva
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGG/CPTL)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais:

João Adhemar do Espírito Santo, corumbaense, caminhoneiro com muito orgulho que, apesar de pouco estudo, suou muito durante toda a sua vida e deixou para nós, seus quatro filhos, a maior e a melhor de todas as heranças: o estudo. Com seu bravo trabalho ensinou-me a criar coragem para encarar todos os desafios e suas histórias e vivências moldaram os meus valores. Pai eu te amo!

Elza Maria do Espírito Santo, corumbaense, mãe e dona de casa. Sempre responsável pela criação dos quatro filhos, me deu asas para elaborar, desde a época da escola, os trabalhos mais mirabolantes e possíveis. Elza é sinônimo de mãe, de amor e com toda emoção ela me protege e me conduz até hoje. Mãe eu te amo!

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma dissertação de mestrado, embora se assemelhe a um trabalho solitário, não seria possível sem a ajuda de diversas pessoas e instituições. Portanto, não poderia deixar de relacionar todos àqueles que direta e indiretamente, colaboraram para que essa jornada fosse concluída. Do processo seletivo, passando pelo êxtase da aprovação até a conclusão do mestrado, o caminho percorrido foi longo, árduo e desafiante. Se você está lendo esta página é porque eu consegui, muito obrigado. Esses agradecimentos vão para todos aqueles que me ajudaram a superar os desafios enfrentados ao longo do trabalho:

Ao professor Dr. Edgar Aparecido da Costa, meu orientador, que acreditou em mim desde o início. Com maestria me conduziu atentamente durante todo o processo de elaboração desta dissertação. Cada ensinamento, cada palavra amiga estão eternizadas e eu já as aplico no meu dia a dia profissional;

Ao professor Dr. Alejandro Gabriel Benedetti da Universidade de Buenos Aires (UBA – Argentina). Como meu coorientador foi de extrema importância para que eu pudesse elaborar um referencial teórico mais claro e preciso. Nunca esquecerei o convite para eu estudar com você na UBA (que neste momento fiquei impossibilitado de aceitar), e as valiosas contribuições durante a elaboração dos artigos publicados ao longo do mestrado;

Aos meus irmãos Adjalma, Arlete e Andréa, aos cunhados (as) Sylvia, Osmarco e Emerson, aos meus primos (as) Elaine e Pixé e a todos os meus sobrinhos (as) pela paciência e pelos momentos de descontração. Vocês são referências para que eu possa ter força e traçar a minha linha da vida;

Aos olhos de muitos pode parecer um exagero, mas quem define o amor se não o nosso sentimento e a nossa emoção? Para Abby e Sasha minha eterna gratidão e carinho. Acompanharam-me em algumas pesquisas e todos os dias, noites e madrugadas estavam aos meus pés me fazendo companhia durante a escrita dessa dissertação. Meninas vamos ao doutorado;

Aos amigos que são mais que amigos, são verdadeiros irmãos. Flávia Camargo que me ajudou na etapa do pré-projeto. Gleiciane Terci e Renata Lima que foram a campo comigo encarar a feira de domingo. Ao João Henrique que foi fundamental no momento da impressão deste trabalho. Daniel Rosa que sempre dá suporte para a elaboração do meu *abstract* nos artigos. Aos amigos Wesley Moreira e Manoela Schmitz, bacharéis em Direito e que me ajudaram a compreender melhor as legislações desta dissertação;

E quando numa noite seu computador queima e, na manhã seguinte, seu HD externo também amanhece queimado? Dentro de ambos 85% da sua dissertação pronta? José Sales muito obrigado pelo apoio neste momento que foi um verdadeiro desespero e por todas as alegrias geradas em 2015. Tahina Alves, Daniele Vasconcelos, Junior Alfonso, Renata Cortez e Evelyn Cabral agradeço a compreensão devido à minha ausência necessária para concluir esta dissertação e aos risos e as palavras amigas concedidas;

A professora Dra. Nathalia Monseff Junqueira, minha grande amiga obrigado pela leitura cuidadosa e apontamentos com muita propriedade no trabalho. Também agradeço todo o apoio e dedicação concedida no Núcleo de Documentação Histórica, sob sua coordenação, e que foi fundamental para a elaboração dos artigos e de boa parte desta dissertação;

Aos professores que compuseram a banca: Dra. Edima Aranha Silva que realizou uma leitura minuciosa e trouxe significativas contribuições para esta dissertação; e ao professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani pelas contribuições neste trabalho e por acreditar no meu potencial me direcionando para um caminho mais alto a ser seguido;

A todos os professores do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) que ministraram aulas e ofereceram novas visões sobre o tema fronteira. Também parabenizo ao mestrado pela realização do Seminário de Estudos Fronteiriços. Não poderia deixar de citar João Hiran, secretário do MEF e aos colegas do mestrado, em especial, para a turma 2014. Foi muito prazeroso compartilhar todos esses momentos e viagens com vocês;

A professora Dra. Roosiley dos Santos Souza por me ouvir, acreditar e sempre me motivar a conquistar mais e a encarar todos os desafios. Na graduação você foi minha professora e orientadora no trabalho de conclusão de curso e me deu o maior incentivo na reta final do mestrado. Hoje é um sonho poder trabalhar ao seu lado e ouvir os seus ensinamentos;

A professora Rosa de Barros que prestou muito suporte e dedicação na elaboração dos artigos e nesta dissertação. Muito obrigado pelo carinho e atenção. Aos professores do curso de Administração da UFMS/CPAN que me incentivaram durante o mestrado.

Aos alunos do curso de Administração da UFMS/CPAN que tiveram paciência e sempre me perguntavam sobre o andamento do mestrado. Aos meus orientandos no ano de 2014 e 2015 que tiveram que conciliar sua agenda e pesquisa ao ritmo da minha, para que todos obtivessem êxito;

Aos funcionários da biblioteca da UFMS/CPAN, aos feirantes (brasileiros e bolivianos), aos produtores rurais e a todos que colaboraram com as entrevistas e com a ajuda nas pesquisas. Enfim, agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa pesquisa. Cada detalhe e cada crítica foram decisivos para chegarmos até aqui.

RESUMO

A comercialização de produtos agrícolas no Brasil, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos em termos de políticas públicas voltadas especificamente para a agricultura familiar, ainda possui inúmeros entraves que dificultam o seu pleno desenvolvimento. Apesar do surgimento de novos canais varejistas, como as compras governamentais, a feira livre ainda se configura como excelente opção para os produtores rurais venderem seus excedentes produtivos. As feiras livres são uma das mais antigas formas de varejo de que se tem notícia. Em Corumbá-MS, as feiras possuem características particulares que impactam a economia, a cultura e a sociedade. A presença marcante dos bolivianos neste cenário (re)cria um território singular, com impressões resultantes da socialização fronteiriça, carregada de narrativas e símbolos sociais muito particulares. A participação dos feirantes bolivianos nas feiras livres da cidade é discutida pelo poder público local, principalmente em razão da pressão dos comerciantes brasileiros. Contudo, a produção da agricultura familiar dos assentamentos rurais de Corumbá e dos bolivianos é imprescindível para o abastecimento de produtos agrícolas da cidade, bem como para o funcionamento da feira livre. Assim, esta dissertação tem por objetivo geral apresentar propostas para que seja criada uma política fronteiriça de comercialização de produtos agrícolas, desdobrando-se em dois objetivos específicos: avaliar os principais entraves na comercialização dos produtos agrícolas, em especial, os hortifrúti, entre o município de Corumbá/Brasil e a seção municipal de Puerto Quijarro/Bolívia; e caracterizar os principais agentes territoriais do município de Corumbá/Brasil que estejam envolvidos e tenham interesse na comercialização de produtos agrícolas. A partir de uma abordagem qualitativa, pela finalidade exploratória e descritiva, foi utilizada como estratégia de investigação a pesquisa bibliográfica, com coleta de informações através da entrevista semiestruturada, da documentação e da observação informal. A análise da pesquisa deu-se através das técnicas de análise de conteúdo e mostrou, a partir das falas dos agentes territoriais, que para uma melhor comercialização dos produtos agrícolas neste território fronteiriço há de se propor um melhor ordenamento territorial das feiras livres. A partir da organização das informações coletadas é possível afirmar que a agricultura familiar sempre esteve presente, nos dois lados da fronteira, e se mostra como uma atividade rural importante no sistema de abastecimentos da cidade. Os bolivianos têm uma participação histórica e fundamental nas feiras livres da cidade de Corumbá-MS, logo, não devem ser retirados da feira. Os resultados mostram a falta de ação (atenção) pública e de decisões coletivas que possibilitem o crescimento econômico dos territórios fronteiriços. Permanece a importância do diálogo, por meio dos comitês de fronteira, para que seja pactuado um ordenamento territorial que regulamente a comercialização de produtos agrícolas, incremente o apoio tecnológico para a agricultura familiar, regulamente a participação dos bolivianos nas feiras e promova um novo ordenamento da feira livre, sem prejuízos para suas características.

Palavras chave: Corumbá; Feira Livre; Agricultura Familiar; Fronteira.

RESUMEN

La comercialización de productos agrícolas en el Brasil, a pesar de los avances alcanzados en los últimos años en términos de políticas públicas destinadas específicamente para la agricultura familiar, todavía posee un sinnúmero de barreras que dificultan su pleno desarrollo. A pesar del surgimiento de nuevos canales minoristas, tales como las compras gubernamentales, la feria libre aún se configura como una excelente opción para que los productores rurales vendan sus excedentes producidos. Dichas ferias libres son una de las más antiguas formas de venta al por menor de que se tiene noticia. En Corumbá-MS, las ferias poseen características particulares que impactan en la economía, la cultura y la sociedad. La presencia sobresaliente de los bolivianos en este escenario recrea un territorio singular, con impresiones resultantes de la socialización fronteriza, cargada de narrativas y símbolos sociales muy particulares. La participación de los feriantes bolivianos en las ferias libres de la ciudad es discutida por el poder público local, principalmente en razón de la presión de los comerciantes brasileños. Sin embargo, la producción de la agricultura familiar de los asentamientos rurales de Corumbá y de los bolivianos es imprescindible para el abastecimiento de productos agrícolas de la ciudad, bien como para el funcionamiento de la feria libre. Por tal razón, esta disertación tiene por objetivo general presentar propuestas para que sea creada una política fronteriza de comercialización de productos agrícolas, desplegándose en dos objetivos específicos: 1) Evaluar los principales obstáculos en la comercialización de los productos agrícolas, en especial, las hortifrutícolas, entre el municipio de Corumbá/Brasil y la sección municipal de Puerto Quijarro/Bolivia. 2) Caracterizar los principales agentes territoriales del municipio de Corumbá/Brasil que estén envueltos y tengan interés en la comercialización de productos agrícolas. A partir de un abordaje cualitativo, con una finalidad exploratoria y descriptiva, fue utilizada como estrategia de análisis la investigación bibliográfica, con recopilación de informaciones a través de la entrevista semiestructurada, de documentación y de observación informal. La investigación se dio a través de las técnicas de análisis de contenido y mostró, a partir de las conversaciones dos agentes territoriales, que para una mejor comercialización de los productos agrícolas en este territorio fronterizo se ha propondrá en esta tesis un mejor ordenamiento territorial de las ferias libres. A partir de la organización de la información reopilada es posible afirmar que la agricultura familiar siempre estuvo presente, en los dos lados de la frontera, y se muestra como una actividad rural importante en el sistema de abastecimientos de la ciudad. Los bolivianos tienen una participación histórica y fundamental en las ferias libres de la ciudad de Corumbá-MS, por lo tanto, no deben ser retirados de la feria. Los resultados muestran la falta de acción (atención) pública y de decisiones colectivas que posibiliten el crecimiento económico de los territorios fronterizos. Permanece la importancia del diálogo, por medio de los comités de frontera, para que sea concordado un ordenamiento territorial que regule la comercialización de productos agrícolas, incremente el apoyo tecnológico para la agricultura familiar, regularice la participación de los bolivianos en las ferias y promueva un nuevo ordenamiento de la misma, sin discriminación de sus características.

Palabras claves: Corumbá; Feria Libre; Agricultura Familiar; Frontera.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Triangulação utilizada para coleta de dados. 20
Figura 2: Fronteira Brasil-Bolívia – vista geral da área pesquisada. 22
Figura 3: Caracterização dos sujeitos pesquisados. 23
Figura 4: Faixa de fronteira brasileira. 37
Figura 5: Políticas públicas agrárias e agrícolas do Brasil. 42
Figura 6: Fachada do antigo Mercantil Dichoff. 48
Figura 7: Fachada do antigo Comercial Deca. 48
Figura 8: Horta localizada na zona urbana de Corumbá/MS. 49
Figura 9: Frutas comercializadas pelos supermercados – organização das prateleiras. 55
Figura 10: Verduras e Legumes comercializados pelos supermercados. 55
Figura 11: Consumidores e as promoções no supermercado. 56
Figura 12: Entrada de produtos agrícolas bolivianos em Corumbá/MS. 59
Figura 13: Saída dos produtos bolivianos. 59
Figura 14: Frutas comercializadas pela frutaria na cidade de Corumbá/MS. 63
Figura 15: Caixas utilizadas no carregamento de produtos da feira livre de Corumbá. 65
Figura 16: Materiais utilizados por produtora rural para transportar seus produtos até a feira. 66
Figura 17: Localização das primeiras feiras livres de Corumbá. 68
Figura 18: Localização das feiras livres nas cidades de Corumbá e Ladário. 72
Figura 19: Dias e locais de funcionamento das Feiras Livres de Corumbá 74
Figura 20: Arranjo espacial da Feira livre de domingo em Corumbá. 75
Figura 21: Presença dos bolivianos comercializando na feira livre de Corumbá/MS. 77
Figura 22: Número de feirantes presentes nas feiras livres de Corumbá. 78
Figura 23: Multiplicidade do comércio nas feiras livres de Corumbá/MS. 81
Figura 24: Origem dos produtores rurais da feira livre de Corumbá e Ladário. 83
Figura 25: Produtor rural brasileiro comercializando melancia. 87
Figura 26: Feira do Produtor Rural. 89
Figura 27: Feirantes bolivianos comercializando FLV. 92
Figura 28: Comércio de roupas na feira de sexta em Corumbá/MS. 94
Figura 29: Comércio de roupas seminovas e/ou usadas na feira de domingo no centro da cidade de Corumbá/MS 94
Figura 30: Horta em Puerto Suárez, Bolívia. 96
Figura 31: Local onde funcionava a feira Bras-Bol. 103
Figura 32: Lixos deixados pelos feirantes ao final da feira de sexta em Corumbá. 115
Figura 33: Gestão do território fronteiriço e os comitês de fronteira. 118
Figura 34: Proposta de representação da gestão do território fronteiriço. 120
Figura 35: A comercialização de produtos agrícolas em território fronteiriço. 123
Figura 36: Mercado Municipal de Corumbá/MS. 124
Figura 37: Fortalecimento da agricultura familiar e da feira do produtor rural. 128
Figura 38: Bolivianos comercializando no centro de Corumbá/MS. 138
Figura 39: Organização da feira livre de Corumbá/MS. 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de produtores rurais encontrados nas feiras livres de Corumbá/MS 82
Tabela 2: Quantidade de produtores rurais encontrados nas feiras livres de Ladário/MS 83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ACIC	Associação Comercial e Empresarial de Corumbá
AF	Agricultura Familiar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AO	Agricultura Orgânica
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
Art.	Artigo
BO	Bolívia
BR	Brasil
Bras-Bol	Brasil – Bolívia
CAC	Central de Atendimento ao Consumidor
CEASA	Central Estadual de Abastecimento
CIAT	Centro de Investigación Agrícola Tropical
CPAN	Câmpus do Pantanal
CPTL	Câmpus de Três Lagoas
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRV	Conceição do Rio Verde
DAP	Declaração Anual do Produtor Rural
DF	Distrito Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FSST	Faculdade Salesiana de Santa Teresa
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
GNT	*Globosat News Television*
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituição de Ensino Superior
INOVAGRO	Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
OIM	*Organización Internacional para las Migraciones*
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PMC	Prefeitura Municipal de Corumbá
PML	Prefeitura Municipal de Ladário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PPGEF	Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços
PR	Paraná
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROINF	Programa de Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RS	Rio Grande do Sul
S/A	Sem Ano
S/P	Sem página
SC	Santa Cruz de La Sierra
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIMD	Serviço de Inspeção Municipal
SP	São Paulo
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal
TDR	Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização.
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMS/CPAN	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....14
1.1 Procedimentos metodológicos.....17
1.1.1 Abordagem da pesquisa.....18
1.1.2 Tipo de pesquisa.....19
1.1.3 Coleta de dados.....19
1.1.4 Análise dos dados coletados.....24

2 RECONHECENDO A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: A FRONTEIRA UNE MAIS OU SEPARA?.....26
2.1 Noção de território e territorialidade.....27
2.2 Fronteira e limites.....31
2.3 Gestão do território fronteiriço, comitês de fronteira e políticas públicas.....35

3 ORIGEM DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS CONSUMIDOS EM CORUMBÁ/MS...41
3.1 Os produtos dos supermercados.....44
3.1.1 Origens e fatos históricos dos supermercados.....44
3.1.2 O comércio de FLV nos supermercados de Corumbá/MS.....51
3.2 Produtos das frutarias e verdurões.....60
3.3 As feiras livres de Corumbá/MS.....65
3.3.1 A história da feira.....67
3.3.2 Caracterização da feira livre da cidade de Corumbá/MS.....72
3.3.3 A comercialização de FLV nas feiras livres de Corumbá/MS.....78
3.4 A Feira do Produtor.....89
3.5 A comercialização nas feiras livres de Corumbá: ilegalidade, necessidade ou questão de indiferença?.....90

4 BUSCANDO E APONTANDO POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....107
4.1 Experiências de comercialização de produtos agrícolas.....107
4.2 Propostas.....116
4.2.1 Gestão do território fronteiriço e comitês de fronteira.....117
4.2.2 A comercialização de produtos agrícolas em território fronteiriço.....121
4.2.3 Fortalecimento da agricultura familiar e da feira do produtor rural.....127
4.2.4 Organização da Feira Livre de Corumbá/MS.....137

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....149

REFERÊNCIAS.....152

ANEXOS.....162

APÊNDICES.....163

1. INTRODUÇÃO

Corumbá é uma cidade localizada na porção ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Fundada em 21 de setembro de 1778, é uma das mais antigas do estado, possuindo contato territorial com Ladário-MS a Leste, no lado brasileiro, e com Arroyo Concepción (distrito de Puerto Quijarro, da província Germán Busch, departamento de Santa Cruz) a Oeste, no lado boliviano.

Trata-se de um território marcado por intensas relações de trocas e fluidez das mobilidades humanas pelas passagens de fronteira. São compartilhados, guardadas as racionalidades individuais, diversos espaços de manifestações coletivas. Num desses casos, as feiras livres de Corumbá, são verdadeiros pontos de encontro da população fronteiriça.

Focando no consumo de produtos agrícolas neste território fronteiriço, a agricultura familiar (AF) sempre esteve presente, tanto no lado brasileiro quanto no lado boliviano, no abastecimento parcial dessas áreas urbanas. Um importante canal de comercialização interna dos produtos da agricultura familiar neste território são as feiras livres, formadas por brasileiros e, em sua grande maioria, por bolivianos.

Apesar da existência superior a meio século, a participação dos feirantes bolivianos nas feiras livres da cidade é discutida pelo poder público local, principalmente em razão da pressão dos comerciantes brasileiros. O risco de que o poder público proíba a participação dos bolivianos nas feiras livres ampliou consideravelmente a partir de 2013, com o fechamento da Feira Bras-Bol (abreviação de Brasil - Bolívia). Tratava-se de um centro comercial com 18 anos de existência que funcionava entre “o legal e o ilegal e comercializava peças de vestuário, roupas, calçados, CDs, brinquedos, fraldas, peças de bicicleta, aparelhos eletrônicos dentre outras mercadorias, cuja maioria era procedente da China” (COSTA, 2013, p.12).

O comércio legal ou ilegal é um dos principais propósitos que incentiva as mobilidades existentes nas regiões fronteiriças, conforme exposto por Benedetti (2011). No caso de uma feira livre localizada numa das bandas da fronteira de um território nacional, considerando essa lógica, seu papel original é, por vezes, adulterado pelas territorialidades advindas do país vizinho. Originalmente, as feiras livres devem funcionar como um canal de venda no qual os produtores rurais viabilizam a comercialização de sua produção, que de outra forma seria difícil nessa economia de pouca liquidez e concorrência, por vezes, desleal.

Nesse sentido, a proposta de elaboração de uma dissertação que trate como ocorre a comercialização de produtos agrícolas em territórios fronteiriços visa não só o aprofundamento da pesquisa, o que é essencial para reconhecer a participação e a importância

do boliviano nas feiras livres da cidade, como também a proposição de alternativas que contemplem a uma proposta de políticas públicas que possibilite o ordenamento territorial do comércio de produtos agrícolas em Corumbá. Busca-se oferecer subsídios para uma reflexão sobre a problemática do território e para a formulação de políticas e estratégias que pretendam imprimir um novo perfil a este território. Esta proposição vai ao encontro do pensamento de Schneider (2003, p.10) que afirma:

> A feira deve ser matéria de reflexão acadêmica e objeto de intervenção de políticas públicas. O estudo das feiras pode oferecer subsídios que qualifiquem a atuação do poder público, oferecendo dados relevantes sobre as suas dinâmicas de funcionamento, valorizando seu papel dentro das atividades econômicas, sociais e culturais.

As razões primordiais que motivaram a escrever e propor esta dissertação surgiu em 2013. Os pais do pesquisador são filhos de produtores rurais, vindos do interior de São Paulo e do sul de Mato Grosso. Pelos rios chegaram até a região da Nhecolândia, no Pantanal sul-mato-grossense, onde desenvolviam diversas atividades agrícolas. Hoje os dois são frequentadores assíduos da feira livre e, ao escutar suas queixas sobre seu possível fechamento, veio à inspiração de realizar um estudo que culminou nesta dissertação.

As feiras livres de Corumbá são possuidoras de elementos que confirmam o desvirtuamento da lógica de criação das feiras livres. Assim, no cotidiano dos moradores da fronteira, a feira não é apenas uma instituição econômica, mas sim, um grande território de encontros e territorialidades que impactam e ditam o ritmo para os atores que participam das feiras da cidade de Corumbá e Ladário.

Dessa forma, esta dissertação buscou entender as seguintes questões norteadoras: qual é a importância da agricultura familiar para a fronteira entre o Brasil e a Bolívia? Quais são os produtos agrícolas comercializados em Corumbá? De onde vêm estes produtos? Qual é a importância da feira livre para a cidade de Corumbá? A feira é realmente o melhor canal de comercialização utilizado pelos agricultores? Quais os principais entraves na comercialização de produtos agrícolas? E quais as prováveis ações podem fortalecer as atividades da agricultura familiar e das feiras?

Para começar a responder a esses questionamentos, é preciso observar que, atualmente está cada vez mais perceptível o papel das pessoas e as inúmeras formas que elas podem se organizar em torno de um mesmo objetivo, atuando dentro de uma mesma norma pactuada e compartilhando uma mesma cultura. De tal modo, é mister compreender melhor a sociedade sob o ponto de vista das pessoas que nela vivem. Grimson (2000, p.1), afirma que “há de se pensar a fronteira a partir das fronteiras”. Essa é a essência. Qualquer pesquisa que tenha por objetivo identificar e reconhecer os problemas existentes numa fronteira tem que partir das

fronteiras estatais com a perspectiva de identificar e compreender a intensa multiplicidade existente. A multiplicidade tem, neste caso, uma conotação de evidência dos elementos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Portanto, esta pesquisa se justifica para apoiar no diagnóstico dos elementos que compõe nuances de fronteira, frequentemente desconhecidos ou não tomados em consideração pelo poder público local. Corumbá, por ser uma cidade fronteiriça, precisa ter as decisões públicas em acordo com as peculiaridades da sociedade corumbaense e da comunidade boliviana que formam o território fronteiriço do oeste de Mato Grosso do Sul. Nas palavras de Grimson (2000, p.3):

> Las fronteras son espacios de condensación de procesos socioculturales. [...] Una gran parte de los investigadores ha respondido a esta «nueva ola» sencillamente con su persistente dedicación […] el desafío de pensar las fronteras culturales, simbólicas, desde las fronteras territoriales y políticas. Es decir, la alternativa de buscar contribuir a una teoría de las fronteras simbólicas, así como a una teoría de la relación entre Estado, nación y sociedad, a partir de densas características de las mismas fronteras interestatales.

Dallabrida (2007, p.12) expõe que a abordagem territorial tem colocado a construção social como foco e ponto de partida dos estudos, sendo também eixo orientador de ações e políticas públicas.

A relevância do estudo reside na importância econômica e social que a agricultura familiar exerce nas feiras e demais canais varejistas da cidade de Corumbá e para todos os moradores desse território fronteiriço. Assim, pode-se dizer que, a finalidade desta dissertação é resgatar e preservar a memória que as feiras exercem sobre a vida de todos os cidadãos corumbaenses e bolivianos, reconhecer a potencialidade da agricultura familiar e considerar os aspectos socioculturais dessa fronteira.

Dessa forma, o objetivo geral desta dissertação é apresentar propostas para que seja criada uma política fronteiriça de comercialização de produtos agrícolas, desdobrando-se em dois objetivos específicos: 1) avaliar os principais entraves na comercialização dos produtos agrícolas, em especial, os hortifrúti, entre o município de Corumbá, Brasil e a seção municipal de Puerto Quijarro, Bolívia. 2) caracterizar os principais agentes territoriais do município de Corumbá, que estejam envolvidos e tenham interesse na comercialização de produtos agrícolas.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro é apresentada esta introdução bem como os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração da mesma. No segundo capítulo é apresentada uma discussão teórica sobre a fronteira que a coloque numa posição de centralidade, tornando-a como foco das atenções para que políticas públicas

emerjam com maior solidez e aplicabilidade, podendo assim, reconhecer as peculiaridades da comercialização dos produtos agrícolas neste território fronteiriço. Para tanto foram analisados aportes teóricos sobre território e territorialidades, fronteira e limites, gestão territorial e comitês de fronteiras.

No terceiro capítulo é apresentado o resultado da pesquisa, no qual foi traçado a origem dos produtos agrícolas consumidos em Corumbá. Inicialmente são destacados os produtos comercializados pelos supermercados, frutarias e verdurões e, posteriormente, é apresentada toda a contextualização das feiras livres da cidade de Corumbá/MS, evidenciando como ocorre a comercialização dos produtos agrícolas, em especial, os hortifrútis, no município de Corumbá/MS. Essa contextualização e o foco maior nas feiras livres foram necessários, porque é o principal canal de comercialização dos produtos agrícolas. O terceiro capítulo termina com uma discussão sobre a ilegalidade, necessidade ou questão de indiferença da comercialização dos produtos bolivianos na cidade de Corumbá.

O último capítulo apresenta possíveis soluções para as questões norteadoras desta pesquisa. Para tanto, foram levantadas experiências de comercialização de produtos agrícolas em diversas regiões do Brasil, buscando entender como ocorre essa comercialização, o funcionamento das feiras livres e os programas de incentivo a agricultura familiar. Ao final, são apresentadas propostas que visam um melhor ordenamento da produção e comercialização de produtos agrícolas neste território fronteiriço. Essas propostas foram identificadas a partir das falas de alguns sujeitos que, nesse caso, possuem interesse no funcionamento das feiras livres da cidade de Corumbá/MS.

1.1. Procedimentos metodológicos

Devido ao crescente processo de integração e dependência econômica entre os países, pode-se afirmar que os territórios fronteiriços vêm sofrendo significativas transformações. Segundo Steiman e Machado (2002, p. 7), “as medidas tomadas pelos governos centrais têm efeitos diretos nas cidades fronteiriças, que, nos últimos anos, vêm se refuncionalizando”. Assim, há uma necessidade cada vez maior de se produzir estudo sobre esses espaços para se avaliar suas mudanças.

Consoante aos estudos de Mattar (2008), Acevedo e Nohara (2007), Creswell (2010), Duncan (1989), Bardin (1979), Vergara (2012) e Takahashi (2013), esta pesquisa se configurou como uma abordagem qualitativa, pela finalidade exploratória e descritiva. Utilizou-se como estratégia de investigação a pesquisa bibliográfica, com coleta de

informações através de entrevistas semiestruturadas, documentação e observação informal. A análise da pesquisa deu-se através das técnicas de análise de conteúdo. A escolha desses procedimentos metodológicos ocorreu devido ao objetivo da pesquisa, bem como ao objeto estudado.

1.1.1. Abordagem da pesquisa

Ao estudar a fronteira, é preciso ter em mente que se trata de territórios com intensas e distintas complexidades. A fronteira é o local onde comportam variadas convivências de grupos de imigrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos históricos particulares, com interesses diversos.

Assim, referente à abordagem da pesquisa, esta dissertação sustentou-se por meio da análise qualitativa que, segundo Takahashi (2013), trata-se de uma abordagem multimétodo, onde o investigador que adota a análise qualitativa busca compreender os fenômenos humanos e sociais de forma natural, analisando-as de forma interpretativa. Ou seja, "os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem" (TAKAHASHI, 2013, p.36). Corrobora com a afirmativa de Takahashi a exposição de Creswell (2010):

> A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir de particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador a cerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível. Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação (CRESWELL, 2010, p. 26).

Portanto, devido à complexidade de se entender a comercialização dos produtos agrícolas no território corumbaense, a metodologia qualitativa foi à escolhida por possibilitar ao pesquisador a capacidade de ver o mundo social através do seu ponto de vista. Nesta dissertação a avaliação qualitativa foi caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e fenômenos identificados. Isso se faz importante, afinal, as fronteiras são territórios de condensação formada pelo processo sociocultural de sua gente. Daí a necessidade de se analisar a fronteira a partir das fronteiras, em vistas a considerar toda a fluidez sociocultural, simbólica e política.

1.1.2. Tipo de pesquisa

Inicialmente foi realizada a pesquisa exploratória, que segundo Mattar (2008, p.85), "visa prover o pesquisador de um maior conhecimento do tema ou problema de pesquisa". A pesquisa exploratória foi fundamental para se compreender toda a fluidez que rege este território fronteiriço em seus mais diferentes pontos, especialmente o cotidiano das populações que ali vivem, ou seja, no ordenamento político-territorial. Acevedo e Nohara (2007) ainda afirmam que a pesquisa exploratória auxilia o pesquisador a ter uma maior e melhor compreensão do fenômeno que está sendo investigado, permitindo que o pesquisador delineie de forma mais precisa o problema.

A pesquisa será, ainda, descritiva, visto que "a pesquisa exploratória visa, à priori, acumular informações disponíveis relacionadas a um problema de pesquisa conclusiva, a ser efetuada ou em andamento" (MATTAR, 2008, p. 86). Assim, a pesquisa conclusiva descritiva busca evidenciar e esclarecer aspectos comuns e características de determinado fenômeno. Objetiva "dirigir a pesquisa, por meio de procedimentos formais, para a solução de problemas e, ou, a construção de cursos de ação" (MATTAR, 2008, p. 90).

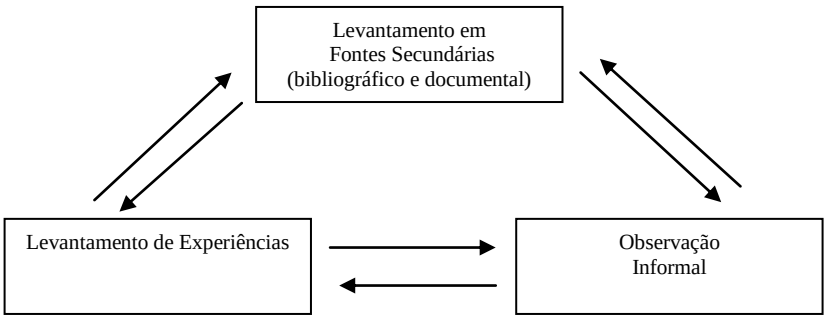
1.1.3. Coleta de dados

Com vistas a realizar uma coleta de dados e, póstuma análise, optou-se pela triangulação proposta por Duncan (1989) no sentido de selecionar técnicas capazes de equilibrar deficiências e potencialidades para captar dimensões relevantes sobre a comercialização dos produtos agrícolas, bem como o funcionamento das feiras livres na cidade de Corumbá/MS, a fim de fornecer uma representação holística. Sobre a triangulação, Vergara (2012, p.242) expôs a seguinte afirmação:

> Pesquisas ditas qualitativas, por seu turno, contemplam a subjetividade, a descoberta, a valorização da divisão de mundo dos sujeitos [...] os dados são coletados por meio de técnicas pouco estruturadas e tratados por meio de análises de cunho interpretativo [...] assim, no âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser definida como uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno.

O uso da pesquisa qualitativa tem crescido na academia. Contudo, para a sua melhor utilização faz-se necessário considerar a validade e a confiabilidade. Dessa forma, Creswell (2010) recomenda o uso de distintas fontes de informação para a construção da triangulação. Assim, a triangulação metodológica utilizada durante a pesquisa exploratória envolveu três tipos de levantamentos de dados que foram:

Figura 1: Triangulação utilizada para coleta de dados.



Fonte: ESPÍRITO SANTO, A. L. Adaptado de Duncan (1989) e Mattar (2008).

✓ *Levantamento em fontes secundárias*: Refere-se ao levantamento realizado em dados secundários, definidos por Mattar (2008, p.66) como sendo os dados indiretos, que já foram coletados, tabulados e analisados e estão disponíveis em relatórios de pesquisas, jornais, revistas, livros e etc. Os levantamentos em fontes secundárias aconteceram de duas formas:

- Levantamentos Bibliográficos: com vistas a aprofundar o conhecimento referente aos temas elencados para dar sustentação teórica ao trabalho, já abordados anteriormente. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, artigos científicos, dissertações e teses e jornais (online e impresso).
- Levantamentos Documentais: Mattar (2008, p.86) afirma que são arquivos e informações valiosas sobre regulamentações, notícias e pesquisas anteriores que as organizações possuem em seus acervos. Este levantamento foi realizado no Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/CPAN, no acervo da Câmara dos Vereadores e nas legislações da Prefeitura Municipal de Corumbá, bem como, em sites institucionais dos supermercados e da prefeitura de Corumbá.

✓ *Levantamento de Experiências*: "Grande parte das experiências e dos conhecimentos não está escrita [...] muitas pessoas em posições privilegiadas, acumulam experiências e conhecimentos sobre um dado tema ou problema em estudo" (MATTAR, 2008, p.87). Esse tipo de levantamento ocorreu por meio das entrevistas.

✓ *Observação Informal*: "A observação informal em pesquisas exploratórias envolve nossa natural capacidade de observar continuamente objetos, comportamentos e fatos ao nosso redor" (MATTAR, 2008, p.90). A observação informal foi realizada paralelamente às entrevistas, por meio da observação assistemática. Também denominada de observação espontânea, informal ou livre, consistindo em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas.

Já a pesquisa conclusiva descritiva, ocorreu por meio do Levantamento de Campo "onde se procura dados representativos da população de interesse" (MATTAR, 2008, p. 92). A técnica utilizada para o levantamento de campo foi às entrevistas.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semiestruturado, onde o entrevistado responde as perguntas dentro de sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente (Apêndice A e B).

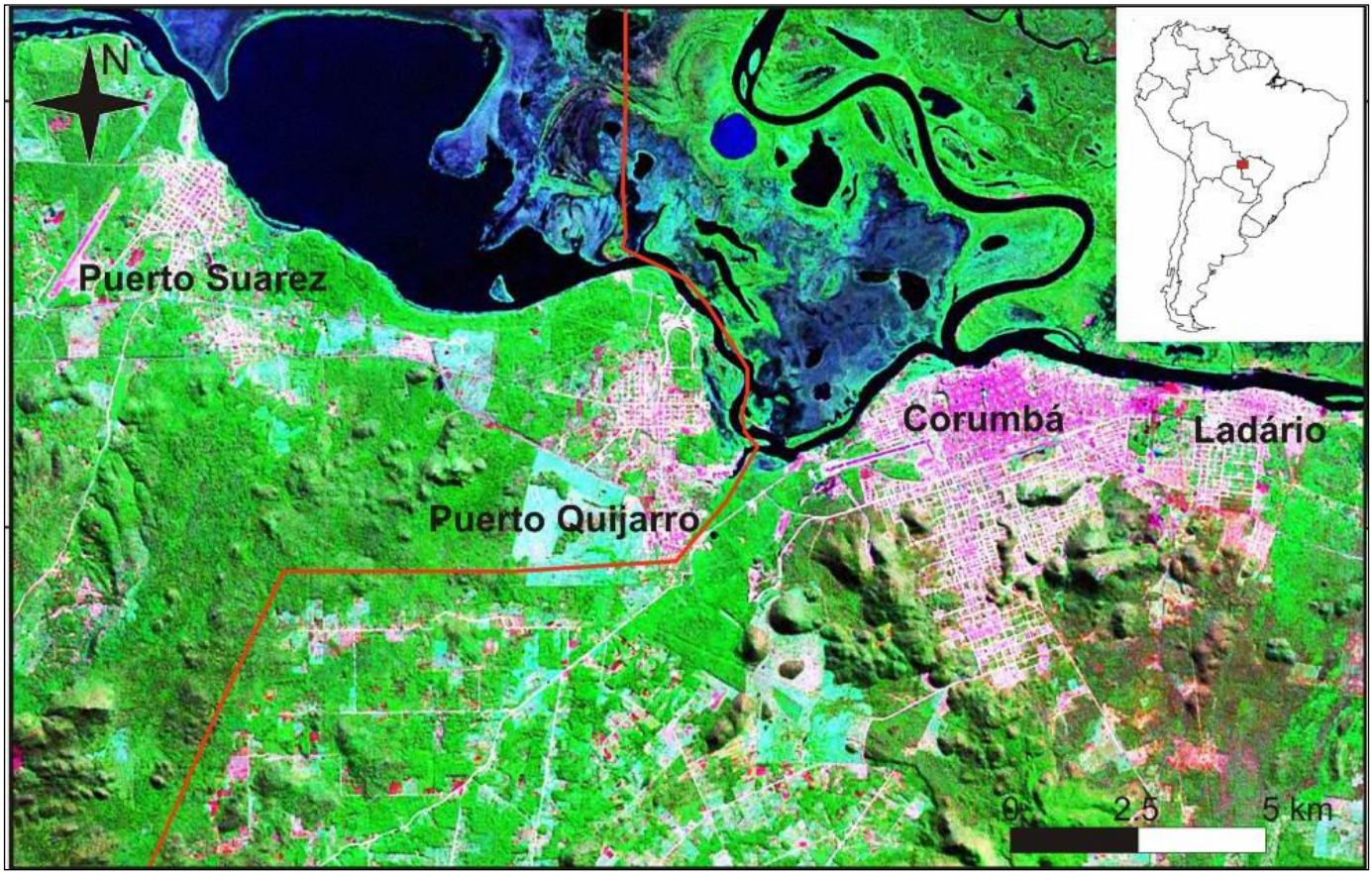
A entrevista foi a técnica escolhida, pois possibilita ao pesquisador conduzi-la, através do roteiro de entrevistas, com liberdade de serem acrescentadas novas questões que se fizerem necessárias. Assim, utilizaram-se questões norteadoras contidas no roteiro de entrevista, elaboradas em consonância ao objeto de estudo, bem como, aos sujeitos da pesquisa. Por ser semiestruturado, durante as entrevistas surgiram novas questões que possibilitaram novas reflexões. Coube ao pesquisador interpretá-las e transformá-las em conteúdo aplicado na pesquisa.

Na pesquisa qualitativa não há preocupação pela quantificação da amostra. Takahashi (2013) apresenta que muitos administradores estão se utilizando das pesquisas qualitativas e, que estes, "buscam nas pesquisas qualitativas uma abordagem interpretativa, construtivista e até pós-modernista" (TAKAHASHI, 2013, p.51). Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa foram selecionados por meio da abordagem não probabilística por conveniência que, de acordo com Acevedo e Nohara (2007, p.56), são os sujeitos que estão ao alcance do investigador. Quanto ao local da pesquisa, a mesma teve foco nas áreas urbanas de Corumbá e Ladário/Brasil, que podem ser visualizadas na Figura 2.

As entrevistas foram realizadas nas feiras em dois momentos: de 11 a 29 de agosto de 2014 e de 14 a 21 de dezembro de 2014. Já nos supermercados, verdurões e frutarias em um único momento, em fevereiro de 2015. Com os agentes territoriais aconteceu desde 11 de agosto de 2014, até 28 de maio de 2015.

De fundamental esclarecimento é o fato de que os nomes dos sujeitos pesquisados serão mantidos em sigilo e, estes, serão nomeados com a letra E (Entrevistado) em uma sequência cardinal (E1; E2; E3; e assim sucessivamente). A disponibilidade de todos os sujeitos entrevistados foi determinante para a realização e o êxito dessa pesquisa. Na Figura 3 são apresentados os sujeitos da pesquisa, e os locais onde as entrevistas foram realizadas.

Figura 2: Fronteira Brasil-Bolívia – vista geral da área pesquisada.



--- Limite internacional Brasil-Bolívia
Fonte: COSTA, E. (2013, p. 71).

A entrevista com os agentes territoriais aconteceu por meio da técnica do *Snowball*[1], onde cada agente pode contribuir com a elaboração de propostas que culminasse com as possíveis soluções para a problemática de pesquisa. Cada agente pode indicar um respectivo nome da fronteira, até que foi alcançado o ponto de saturação. Por isso o período de realização dessas entrevistas foi maior. O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

[1] *Snowball* (Bola de Neve): é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o ponto de saturação) (WHA, 1994, p.34). O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

Figura 3: Caracterização dos agentes territoriais

SUJEITO DA PESQUISA	CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO	LOCALIZAÇÃO DO SUJEITO	COMO AS QUESTÕES FORAM RESPONDIDAS.
Feirantes	Contagem da feira livre de Corumbá	8 feiras durante os 7 dias da semana, conforme figura 18 (p.72)	Observação Informal
	Contagem da feira livre de Ladário	3 feiras em 3 dias da semana conforme figura 18 (p.72)	
	Feirantes brasileiros que comercializam e são produtores rurais	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	Observação Informal e Entrevistas
	Feirantes bolivianos que comercializam e são produtores rurais	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
	Feirantes bolivianos que apenas comercializam FLV e não são produtores rurais	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
	Feirantes brasileiros que apenas comercializam FLV e não são produtores rurais	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
	Feirantes/Produtores Rurais	Feira do Produtor Rural. Ocorre 2 vezes ao mês na Praça Jardim da Independência no Centro de Corumbá	
	Fiscais de Postura do Municipio	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
	Seguranças das feiras livres	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
	Consumidores	Feiras livres da cidade de Corumbá e Ladário	
Supermercados	Supermercado A	Corumbá/MS	Observação Informal e Entrevistas
	Supermercado B		
	Supermercado C		
	Consumidores		
	Ex-proprieário supermercado em Corumbá		
	Moradores e Comerciantes antigos que conhecem a história da cidade.		
	Ex-proprieário supermercado em Corumbá		
Verdurão	Verdurão A	Corumbá/MS	Observação Informal e Entrevistas
Frutaria	Frutaria A	Corumbá/MS	
Agentes Territoriais (Grupo formado pessoas e/ou instituições capazes de produzir modificações nos territórios a partir de suas intervenções diretas ou influências).	Associação Comercial e Empresarial de Corumbá	Corumbá/MS	Observação Informal e Entrevistas
	Centro Boliviano Brasileiro	Corumbá/MS	
	Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário	Corumbá/MS	
	Poder Público brasileiro (vereadores e funcionários da Prefeitura Municipal de Corumbá e Ladário)	Corumbá/MS e Ladário/MS	
	Receita Federal	Corumbá/MS	Entrevista
	MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento)	Campo Grande/MS	
	Embrapa Pantanal	Corumbá/MS	
	pesquisadores da UFMS/CPAN.	Corumbá/MS	
	Secretaria de Produção Rural de Corumbá/MS	Corumbá/MS	
	Secretaria de Indústria e Comércio de Corumbá/MS	Corumbá/MS	
	CRAS RURAL / Corumbá/MS	Corumbá/MS	
	Sindicato Produtores Rurais.	Corumbá/MS	
	Feirantes brasileiros e bolivianos	Corumbá/MS	
	Consumidores	Corumbá/MS	
	Comerciantes de Corumbá/MS	Corumbá/MS	

Fonte: Trabalho de Campo, ago/2014 a jul/2015.

1.1.4. Análise dos dados coletados

Fundamentado no arcabouço da análise qualitativa, a técnica de tratamento dos dados coletados nessa pesquisa ocorreu por meio de algumas técnicas da Análise de Conteúdo, proposta na perspectiva da professora Laurence Bardin (1977). Essas técnicas foram selecionadas, pois fomenta e permite uma análise de dados da pesquisa na qual uma, ou múltiplas escolhas podem ser realizadas, para se chegar ao final/conclusão de uma pesquisa. A autora afirma ainda que "em alguns casos, as escolhas devem ser múltiplas para que se proporcione uma aproximação mais adequada ou abrangente ao tema a ser estudado" (BARDIN, 1977, p.42).

Como apresentado na introdução desta dissertação, apesar da existência superior a meio século, a participação dos feirantes bolivianos nas feiras livres da cidade é discutida pelo poder público local. Esse fato foi percebido durante as entrevistas quando muitos bolivianos tinham receio em falar. Dessa forma, optou-se por registrar de forma escrita todas as entrevistas realizadas nesta dissertação, abrindo mão da técnica da gravação.

Vergara (2012, p.7-8) aponta que a "análise de conteúdo pode ser amparada por procedimentos de cunho quantitativo ou qualitativo [...] envolve um conjunto de técnicas de análise dos dados objetivando chegar a um relatório final de pesquisa". Baseado em Vergara (2012, p.10) os dados obtidos em todas as etapas deste trabalho foram analisados por meio de técnicas da análise de conteúdo que ocorreu, inicialmente, com a definição do problema da pesquisa; revisão da literatura pertinente e que oferece suporte ao estudo; coleta de dados; análise do material coletado de forma qualitativa (confrontando os resultados da pesquisa com a teoria que deu suporte a investigação); formulação da conclusão e elaboração do relatório final da pesquisa (neste caso, a elaboração final desta dissertação).

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise que visa obter, através de procedimentos sistemáticos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos através das mensagens, neste caso, as entrevistas. O processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens é organizado em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados (inferências e interpretação).

Bardin (1977) explicita que o pesquisador que se baseia na análise de conteúdo sempre está procurando um texto atrás do outro para ir enfatizando todas as pesquisas realizadas. Esse procedimento foi realizado onde, a todo instante os dados informados nas entrevistas, foram sendo balizados pelas teorias apresentadas.

Em conformidade com Bardin (1977), para se chegar até a escrita desta dissertação houve a fase da pré-análise, que ocorreu com a organização do material e dos documentos que foram analisados. Foram consultados e utilizados mais de 100 livros/artigos científicos, sem contar o material descartado. Além dos textos científicos levantaram-se documentos e jornais da época. A leitura desse material foi importante porque possibilitou repensar e estruturar as primeiras questões norteadoras e os objetivos do trabalho. Esta etapa também contribuiu muito para a elaboração do questionário aplicado no momento das entrevistas. As entrevistas foram transcritas para o trabalho e a reunião dos materiais dos diferentes entrevistados constitui o corpo da pesquisa. Isso tudo percorrendo dois dos principais elementos evidenciados por Bardin (1977, p. 43): a exaustividade e a exclusividade.

A etapa da exploração do material refere-se à leitura da bibliografia. Toda a leitura ocorreu de abril a junho de 2014, após o encontro da primeira orientação, e paralelo às disciplinas que foram ministradas no mestrado ao longo do semestre. Em agosto de 2014 começou a primeira etapa de aplicação das entrevistas, continuando em dezembro do mesmo ano. Vale dizer que a etapa da exploração do material é a realização das decisões tomadas na pré-análise.

Foi na última fase, do tratamento dos resultados, que todas as entrevistas foram interpretadas. Para que essa interpretação fosse sólida, sempre foi preciso voltar atentamente aos marcos teóricos pertinentes à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que deu sentido à interpretação. Esse tratamento dos dados ocorreu entre os meses de julho/2014 a julho/2015.

2. RECONHECENDO A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: A FRONTEIRA UNE MAIS OU SEPARA?

"Ordem, desordem ou organização que se desenvolvem juntas?" Nos últimos tempos, observa-se um conflito muito grande que envolve tais temas. Há uma grande inconformidade cada vez mais presente entre o saber público, compartimentados entre diversas disciplinas, realidades e problemas cada vez mais transversais, multidisciplinares e a miopia do poder público. Edgar Morin (2008, p.33), autor da célebre frase inicial deste parágrafo, já salientava que "o problema da relação ordem/desordem é paradigmático e a definição de tal relação controla todas as teorias, todos os discursos, toda práxis e, claro, toda a política".

Dessa forma, por exemplo, há políticas públicas elaboradas e implantadas sem nenhum conhecimento/investigação da comunidade que a mesma se direciona. Ao mesmo tempo, o desdobramento versus retalhamento entre as diversas disciplinas existentes, torna impossível aprender o complexo, o todo. Para Morin (2010, p. 181):

> A inteligência que só sabe separar estilhaça o complexo mundo em pedaços, fraciona os problemas, transforma em uno o multidimensional, definha qualquer possibilidade de entendimento/ compreensão/ reflexão da totalidade do objeto em estudo.

Na visão do autor, há necessidade de pensar a ordem, a desordem e a organização juntas, pois são termos que se remetem um ao outro e formam uma espécie de circuito em movimento. "É necessária a binocularidade mental, uma vez que vemos um universo que se organiza desintegrando-se" (MORIN, 2010, p.195). Quando trazemos essa metodologia de análise, proposta por Morin, para um território fronteiriço, observa-se que muito pouco do que defende o autor é aplicado em territórios fronteiriços.

O tema fronteira é amplo, complexo e a palavra polissêmica. Muitas das políticas públicas aplicadas nos territórios fronteiriços são elaboradas pelos governos centrais que ficam distantes dessas populações e não leva em consideração o olhar local em suas propostas. "Para entender a fronteira, como ela é, carece entender o sentido de viver, de ser da fronteira, portanto de percebê-la como lugar" (COSTA, 2011, p. 137).

Partindo desse ponto de vista, nos subcapítulos seguintes, será apresentada uma breve discussão sobre a fronteira que a coloque numa posição de centralidade, tornando-a o foco das atenções para que políticas públicas emerjam com maior solidez e aplicabilidade, podendo assim, reconhecer as peculiaridades da comercialização dos produtos agrícolas na fronteira

entre Corumbá-MS, no Brasil e a seção municipal de Puerto Quijarro, na Província Germán Busch-SC, na Bolívia. Para Oliveira (2005, p. 377):

> Na região de fronteira há complementaridades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ou vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Quando se pensa em fronteiras num contexto atual se faz necessário, primordialmente, estabelecer de qual recorte contextual está se falando. Sabatel e Costa (2013, p.2) indicam que as fronteiras devem ser entendidas em três dimensões: território, normas e os limites que traçam os contornos de um grupo. "Portanto um espaço geográfico composto por dois ou mais territórios que contém, não exatamente em seu meio, o limite internacional" (SABATEL e COSTA, 2013, p.2).

Para responder a pergunta inicial que acicata esta etapa da dissertação – *a fronteira une mais ou separa?* – inicialmente será abordado o conceito de território e, posteriormente, o conceito de fronteira. Iniciar-se-á pelo conceito de território, visto que a fronteira é formada por bandas territoriais de pelo menos dois países. A jurisdição de cada país separa as normas e limita as ações institucionais, contudo, não impede as territorialidades. Por isso as dificuldades de gestão em territórios de fronteiras que, neste caso, a gestão surge como a ferramenta mais essencial para ser discutida e fundamentada, por meio dos comitês de fronteira, visando à promoção do desenvolvimento do território fronteiriço.

2.1. Noção de território e territorialidade

Território e territorialidade são dois conceitos que, nas últimas décadas, tem se tornado foco de diversos estudos a fim de fornecer subsídios e uma melhor compreensão territorial, para então se ter ideia da realidade que caracteriza determinada localidade. Contudo, segundo Raffestin (1993), o espaço antecede o território. Logo, pode-se entender que a partir do momento em que o homem se apropria do espaço ele o transforma em território.

> Espaço e território não são termos equivalentes [...] o território se forma a partir do espaço [...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza algum programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Observa-se claramente, na visão de Raffestin (1993), a distinção entre espaço e território. O espaço é uma verdadeira matéria prima natural, já o território seria um produto (não acabado, mas em intensas transformações) resultante da ação social localizada dentro de determinado espaço.

Costa (2011, p.62), inspirado em Marcelo Lopes de Souza, define território, “como um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, cujas materialidades são reflexos das imaterialidades e das ações territoriais dos agentes e atores do espaço”. Isto é, o território é um palco fundamental para o exercício do poder. O poder define quem domina e quem é dominado dentro de um determinado espaço, além do que, “são as relações de poder que cristalizam o território e a territorialidade” (SAQUET, 2013, p.34).

Inspirado em Raffestin (1993) e Saquet (2013), nesta dissertação será utilizado o conceito de território para se referenciar ao espaço onde foram realizadas as pesquisas que culminaram com a elaboração dessa dissertação. Dessa forma, nesta dissertação, o território também está associado ao poder, pois só existe território quando um grupo de indivíduos se apropria de um espaço, por múltiplos interesses, e através dele estabelece sua relação de poder. A regulação social, imposta pelo poder, se faz presente em diversas esferas onde é possível haver a formação de um território. Seja na família, na empresa, na igreja, no Estado, etc. Assim sendo, deliberar sobre o poder é fundamental na medida que trata-se de um componente indispensável para se entender o conceito de território.

Quanto ao conceito específico de território, diversos autores já analisaram e continuam analisando e discutindo acerca do tema. Na visão de Raffestin (1993) fica evidente que as relações de poder marcam o conceito de território. O autor salienta que o território se apoia no espaço, mas não é espaço e ainda afirma:

> Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [Henri] Lefébvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam”. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Milton Santos também trabalha com os elementos já citados (poder, uso, identidade, espaço), para balizar o seu conceito de território. No entanto, o lado social marca muito a escrita e o pensamento do autor.

O território “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p.7). Pelo fato da fronteira ser uma área tão carente e abandonada pelos governos centrais e ser vista como fim e não como começo, contribuições como as de Milton Santos deixam mais claro e leva este pesquisador a pensar na multiplicidade de variáveis que possam existir quando se estuda um determinado território.

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.8).

Quanto à organização e a construção do território, Raffestin (1993) expõe que, de fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. Contudo, o território não é algo unívoco ao Estado Nacional, "o mesmo acontece com a empresa, as organizações, com um indivíduo que constrói uma casa e até com aquele que apenas arruma um apartamento. Somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios" (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Nas palavras do autor, o território pode ser criado e recriado quantas vezes forem necessários. Por isso a comparação com uma simples arrumação de um apartamento. De quantas formas é possível ambientar um apartamento? Esse processo de construção, desconstrução e reconstrução foi elucidado por Costa (2009, p.63) ao afirma que "ao mesmo tempo em que é construído, o território é destruído e reconstruído num mesmo movimento, e que esse fenômeno vem sendo chamado de T-D-R (Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização)".

Na visão de Saquet (2013, p.132) "as relações, processos e estruturas de dominação e apropriação dissolvem fronteiras, declinam o Estado-Nação, promovem os fluxos, a dispersão econômica, política e culturalmente". O autor ainda exemplifica o fenômeno da T-D-R ao afirmar que o território seria o enraizamento (áreas com fronteiras, Estado-Nação); a desterritorialização seria o rompimento de fronteiras, os deslocamentos e todo movimento que se dá entre os territórios. Já a reterritorialização seria a conquista do novo, de novas identidades. "A reterritorialização é determinada no bojo da desterritorialização [...] o capitalismo não cessa de re-territorializar o que ele desterritorializa em primeira mão" (SAQUET, 2013, p.56).

Portanto, conclui-se que, o processo de T-D-R indica como ocorre o processo de criação de territórios e que estes seriam representados pela territorialização, a sua destruição (nem que seja provisória) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização. Este é um conceito necessário, pois, como serão apresentadas nos resultados da pesquisa, as feiras livres da cidade de Corumbá/MS, historicamente, já passaram pelo efeito da TDR, bem como, continuam passando.

Costa (2011, p.65) aponta que "o território é o resultado das relações humanas, sociais e culturais, mas fundamentalmente políticas – sobre um receptáculo físico que se modifica e é

modificado pela sociedade". Segundo o autor o território é usado, controlado e apresenta um limite onde ocorre a efervescência da vida humana. O uso do território é o que caracteriza o surgimento da territorialidade.

> Esto lleva a no centrar la mirada en el territorio (con una asociación directa con el estado-nación) e interesarse por las territorialidades (de una diversidad de sujetos sociales) [...] en otras palabras, el territorio no es identificado y delimitado por el observador externo que se dispone a estudiar, sino por los grupos sociales que mantienen relaciones de producción, de vecindad o parentesco (BENEDETTI; SALIZZI, 2011, p.4).

Assim, o estudo da territorialidade surge para evidenciar como ocorre a relação entre os homens e entre estes e o território. Qual o uso determinado grupo faz do território? Dessa forma, Raffestin (1993, p.160) considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, enunciando que "para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens". Assim, na visão do autor, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Na visão de Albagli e Maciel (2004, p.12), a territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. Ela se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado território, causando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses ali presente.

Dessa forma, a territorialidade é entendida como o resultado da complexidade da sociabilidade humana, refletida em suas interfaces territoriais e socioculturais que evidenciam o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. Há de se considerar não só as questões econômicas, mas também as questões socioculturais e políticas.

Ainda com o objetivo de se entender a influência do território para a sociedade, buscando responder se a fronteira une mais, ou separa, torna-se fundamental o conceito de identidade. Afinal, se o vivido territorial reflete a interface territorial (e do espaço) e da territorialidade, a identidade do homem com esse espaço, seria o verdadeiro elo que o integra e o faz viver e compartilhar determinada cultura. "Território, identidade e territorialidade são compreendidos para além da caracterização e explicação de uma dada situação territorial. Têm um caráter político-operativo muito forte" (SAQUET, 2013, p.152).

Castells (2008, p.22) define identidade como uma fonte de significado e experiência (compartilhadas) de um povo. "Um processo de construção de significados (símbolos) com

base [...] logo, a identidade é uma autodefinição de uma comunidade" (CASTELLS, 2008, p.23).

Contudo, o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A construção da identidade nacional enfrenta diversos desafios impostos pelas identidades múltiplas globais. Este é um cenário que é observado nos territórios fronteiriços por exemplo. Na fronteira, as identidades são compartilhadas e nasce da integração seja ela cultural ou econômica. A identidade é formada "pelas edificações; línguas; mitos e ritos; a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos" (SAQUET, 2013, p.148).

Hoje em dia, a tentativa de o Estado reafirmar seu poder na era da globalização, acaba comprometendo ainda mais sua soberania. Os esforços do Estado para restaurar sua legitimidade por meio da descentralização do poder administrativo, delegado às esferas estaduais e locais, colocam ainda mais em xeque as forças e o papel do Estado-Nação. Isso porque, conforme Saquet (2013, p.149) "a identidade se constrói, descontrói-se e se reconstrói no tempo, ou melhor, através do tempo".

Se o território é um espaço de identidade, onde ocorrem todos os relacionamentos, encontros e diálogos, os territórios fronteiriços são palcos de elementos materiais, imateriais e de intensas práticas comuns. Segundo Benedetti e Laguado (2013, p.452), temos de considerar a fronteira como um dos componentes fundamentais para se entender a formação dos territórios e suas construções sociais, as práticas simbólicas e materiais da sociedade. Dessa forma, seu estudo faz-se necessário para entender toda a fluidez existente, desde as fronteiras territoriais, às políticas e culturais.

2.2. Fronteira e limites.

A definição de fronteira evoca algumas confusões. Nogueira (2007, p. 29) afirma que na sua origem o conceito de fronteira remete ao latim *front, in front*, as margens. Essencialmente relacional, a fronteira é, regra geral, um espaço definido pelo outro que está num centro (etnocêntrico), sendo, portanto, subordinado. Prossegue:

> Etimologicamente, a palavra fronteira é "derivada do antigo latim "*fronteria"* ou "*frontaria*", e indicava inicialmente a parte do território situado "*in fronte*", ou seja, nas margens, consignando, portanto uma qualidade e não uma entidade". *Foucher* (1990), mais recentemente, vai afirmar que a origem do nome fronteira deriva de *front, La ligne de front,* ou seja, da guerra (NOGUEIRA, 2007, p.29).

Raffestin (1993, p. 165) aponta que as fronteiras fazem parte da reprodução social e, sendo inerentes à reprodução social dos homens, possuem territorialidade, sendo, portanto, vividas. Raffestin (1993) ainda comenta sobre a banalidade que os termos limites e fronteiras ganharam por não serem, de longa data, alvos de grande interesse por parte dos pesquisadores. Contudo, o autor defende a necessidade de se estudá-los, porquanto "fronteiras e limites devem ser estudadas como portadores de uma informação que consome energia, para ser criada, controlada e mantida" (RAFFESTIN, 1993, p.169).

De acordo com Dorfman (2013, 2-7), a conceituação da palavra fronteira foi marcada, inicialmente, com os estudos de Ratzel (1844-1904) que a define "como o lugar onde deixam de existir condições vitais necessárias à expansão do território, do estado, ou como o encontro com um movimento de mesma natureza em sentido contrário" (DORFMAN, 2013, p.3). Aqui se observa o forte sentimento de a fronteira ser interpretada como fim, ou início, caracterizando uma ruptura, uma descontinuidade territorial. Apesar de o texto de Ratzel ser antigo, é um pressuposto ainda adotado pelos governos centrais e sentido em massa pela população fronteiriça.

De acordo com Costa (2009, p.67), no Brasil a incorporação do termo fronteira pelo Estado surge a partir de uma conotação econômica iniciada pela ocupação do oeste brasileiro, ocorrida durante o governo Vargas. Em termos teóricos, Dorfman (2013, p.6) defende que:

> No Brasil, o momento paradigmático da teoria sobre fronteiras pode ser identificado com a conceituação proposta por Lia Osório Machado (1998), que tem como base a geografia política brasileira e corresponde, de certa forma, à clássica oposição entre as visões da fronteira como zona ou como linha, como lugar de contatos ou de rupturas.

Assim sendo, para Machado (1998, p.2) a fronteira "pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpretação mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas".

Silva (2013, p.14) apresenta que essa experiência de atravessar as fronteiras, Brasil/Bolívia no caso estudado, embora frequente, implica uma alteração do cotidiano por intensificar a condição nacional de quem atravessa, suscita a percepção de que, se trata de uma experiência diferente, além de ter uma ordenação estruturada é vivida coletivamente.

A fronteira é uma área estratégica e os relacionamentos existentes dentro dessa área são intensos, diários e móveis. A fronteira entre Corumbá-MS, no Brasil e a seção municipal de Puerto Quijarro, na Província Germán Busch-SC, na Bolívia, foi à escolhida para ser analisada nesta dissertação e identificar as peculiaridades da comercialização dos produtos agrícolas. Temos aí um recorte territorial que apresenta uma realidade socioeconômica e cultural fortíssima que são as feiras livres da cidade de Corumbá, o principal local onde são

comercializados os produtos agrícolas na cidade e palco de intensos relacionamentos culturais e sociais deste território.

Nogueira (2007) indica três maneiras de ser ver a fronteira: a fronteira controlada (vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e sai – presença militar/segurança no território); a fronteira percebida (própria da sociedade do interior e motivada pela ideologia do Estado-Nação) e a fronteira vivida que, conforme Costa (2009, p.68), é o tipo de fronteira que apresenta mais significado para a sociedade que está na fronteira, pois reflete e remete aos seus cotidianos.

A fronteira vivida é a forma escolhida para ser tratada nesta dissertação, não por interpretá-la como a única e absolutamente correta. Mas, por acreditar que quando se analisa o cotidiano e o uso que os moradores de um determinado território fronteiriço fazem do seu lugar de residência, há de se considerar a noção de "vivência" (fronteira vivida) e a identidade com o território. Castells (2008) argumenta que toda identidade é socialmente construída, sendo seu conteúdo e significado determinados por motivações advindas dos atores que a constroem. Silva e Oliveira (2008, p.1) chamam atenção para não se perder a visão de totalidade ao afirmar:

> [...] Sabemos nitidamente que a fronteira, ao ser abordada separadamente, já é algo específico, por ser um espaço de transição e requerer um grande detalhamento. Essas particularidades se multiplicam, pois a essa condição somam-se o caráter internacional, o processo de conurbação e o das ligações e relações entre cidades (rede urbana).

Cabe, ainda, mencionar as distorções quanto ao entendimento do termo limite. Costa (2009, p.69) já expressava que "o limite internacional, a linha fronteiriça não é fronteira". Isso porque, é bastante comum considerar os termos fronteira e limite como sinônimos. Existe, contudo, diferenças essenciais entre eles que escapam ao senso comum.

Para Machado (1998) a palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere "o que está na frente". Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir. A palavra limite, de origem latina, foi criada para designar "o fim daquilo" que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Limite interpretado como "o fim daquilo" é uma das atitudes adotadas por diversos governos centrais, que vem os territórios fronteiriços como áreas sem expectativas, onde apenas devam ser mantidos aportes ligados à estratégia militar/segurança.

Nogueira (2007) afirma que na língua inglesa ocorre uma definição bem distinta ao designar *frontier* para contextualizar a conquista de novas terras; *boundary* para o limite entre dois países; e *border/borderline* para o traço definidor das jurisdições.

Limite sempre esteve ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno, sendo interpretada como as linhas do mapa. Tal reflexão foi reforçada pelo que expôs Machado (1998, p.6) sobre o moderno conceito de Estado, “onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização”. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial).

Foucher (2009, p.2), afirma que estabelecer limites e fronteiras e controlá-los seria uma tentativa de promover segurança, de maximizar o bem-estar dos “seus”, em detrimento dos “outros”. Esse conceito exposto por Foucher se assemelha muito ao que Nogueira quis dizer sobre a fronteira controlada, àquela vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e sai – presença militar/segurança no território. Entretanto, o próprio Nogueira (2007, p.52) indica que nas regiões fronteiriças, existe “a porosidade da fronteira entre populações que mais aproxima do que afasta”. Nesse sentido o estudo da porosidade da fronteira, apresenta a seguinte definição:

> A porosidade de uma fronteira se refere à permissividade e ao controle exercido na transposição do limite. O sentido é metafórico e ocupa o centro das divergências entre a função econômica (e social) da fronteira e função política. A porosidade é relativa e diversa em função dos interesses sobre a fronteira dos distintos atores fronteiriços (RIBEIRO, 2002, p.5).

Com o advento da globalização e da era da informação, o termo limite ganhou diversas conotações e dúvidas. Machado (1996, p.5) recorda que o papel das fortificações na configuração dos limites do Brasil foi fundamental, não pela função militar, muito pequena, e sim pelas funções simbólica e estratégica, ao marcar a presença do Estado colonial português e garantir o controle dos passos de comunicação na fronteira oeste. Isso pode ser visto, por exemplo, na própria cidade de Corumbá, com a construção do Forte Coimbra no final do século XVIII, que teve um papel importante para a defesa do território brasileiro na fronteira e para a expansão no período imperial. E o Forte Junqueira, localizado em Corumbá que também exerceu esse papel de presença do Estado – construído logo após a Guerra do Paraguai (1871), possui 12 canhões que nunca foram usados.

Apesar de nos tempos atuais o termo limite estar em verdadeiro xeque, não devemos desconsiderar o papel da linha de fronteira, afinal, é através dela que se movem produtos e pessoas, em deslocamentos orientados para destinos localizados fora de tais áreas. São nas

linhas que acontecem os ritos de passagens, seja para comércio, turismo, familiar, narcotráfico, contrabando ou tantas outras motivações do ser humano. Daí a importância, para esta dissertação, em também se definir o termo limite. Todas essas reflexões realizadas, por meio da discussão dos conceitos supracitados, são importantes para se ter um maior conhecimento sobre o território e um claro posicionamento acerca da gestão e dos ordenamentos nas regiões de fronteira.

Após a análise dos conceitos de território, territorialidade, fronteira e limites vem a pergunta: a **fronteira une mais ou separa?** Ela une mais. Todavia, também separa muito mais a partir do momento que não se efetiva um diálogo em parcimônia entre os dois lados da fronteira. A fronteira tem que ser entendida como um "local de encontro, de reunião, de enriquecimento mútuo e de amizade, e não como local de separação, de demarcação ou até mesmo como obstáculos" (ROCHEFORT, 2002, p.10-11).

Para que tal proposição se efetue, é necessário pensar em uma gestão fronteiriça através do diálogo, onde a população fronteiriça seja representada por comitês ou conselhos (formado por um grupo de pessoas denominadas agentes territoriais – todos aqueles que podem contribuir para o desenvolvimento do território fronteiriço). Por isso a importância de se apresentar os conceitos de território, territorialidade e fronteira para se propor uma melhor gestão do território fronteiriço. Somente assim, será possível chegar a uma proposta de políticas públicas que culmine com o ordenamento territorial nos espaços fronteiriços de forma consensuada.

2.3 Gestão do território fronteiriço, comitês de fronteira e políticas públicas

Segundo a Organização Internacional para as Migrações - OIM (2012, p.47) "a gestão fronteiriça é aquela que compreende a natureza multidimensional de uma problemática fronteiriça e que se adéqua as particularidades geoeconômicas, políticas, sociais e ambientais das zonas de aplicação". Ela deve ser realizada mediante a formação de um sistema de redes governamentais em multinível. Ou seja, por pessoas (aqui chamadas de agentes territoriais) do próprio território fronteiriço (obviamente, de ambos os lados da fronteira – a fronteira vivida) que possam fornecer ações, propostas que se adequem às necessidades das populações e que respondam estrategicamente para o suprimento das necessidades e a potencialização das oportunidades da área fronteiriça a ser atendida.

A finalidade de uma gestão fronteiriça é "promover o desenvolvimento integral e sustentável da zona fronteiriça binacional [...] eliminar os problemas de segurança que constituam riscos para o Estado; e promover o desenvolvimento econômico da região" (OIM, p. 48).

Se os objetivos de uma gestão fronteiriça são os melhores possíveis, por que ninguém pensou/executou isso até os dias de hoje? Se executou, por que o sistema é tão falho? Ou por que teve mérito? Quando se fala em gestão fronteiriça, compartilhamento de responsabilidades e a união de forças para alcançar um objetivo comum, o papel do diálogo e dos comitês de fronteira é extremamente fundamental.

Dallabrida (2007, p.14) afirma que os espaços públicos devem ser interpretados como espaços de representação, negociação e concertação. Isto se faz necessário, pois deve ser um espaço aberto ao diálogo, capaz de administrar os conflitos, que promova a governança com a interação de atores estratégicos, e que estes atores possam contar com poder suficiente e recursos para chegar a uma tomada de decisão e solução dos conflitos.

Esses espaços públicos devem ser utilizados/formados por comitês ou Conselhos de Fronteira. Quanto ao conceito de comitês de fronteira, Calleja y Safarov (2007, p.1), citam a definição descrita na Dirección de Limites y Fronteras de la Cancillería Argentina: os comitês são "*encuentros binacionales que se realizan entre regiones fronterizas de dos países para el tratamiento de temas de interés mutuo y que comprenden diferentes aspectos con respecto a la problemática local*". Os autores ainda apresentam a definição do Acuerdo entre la República de Chile y la República Argentina, que estabeleceu a formação de comitês de fronteira entre os dois países em 1997:

> Los Comités de Frontera constituyen foros que tienen por objeto la coordinación bilateral destinada a proponer procedimientos y soluciones ágiles y oportunas los problemas del tránsito y tráfico fronterizo de personas, vehículos y bienes, en un marco para promover la cooperación, integración y el desarrollo de las áreas de frontera.

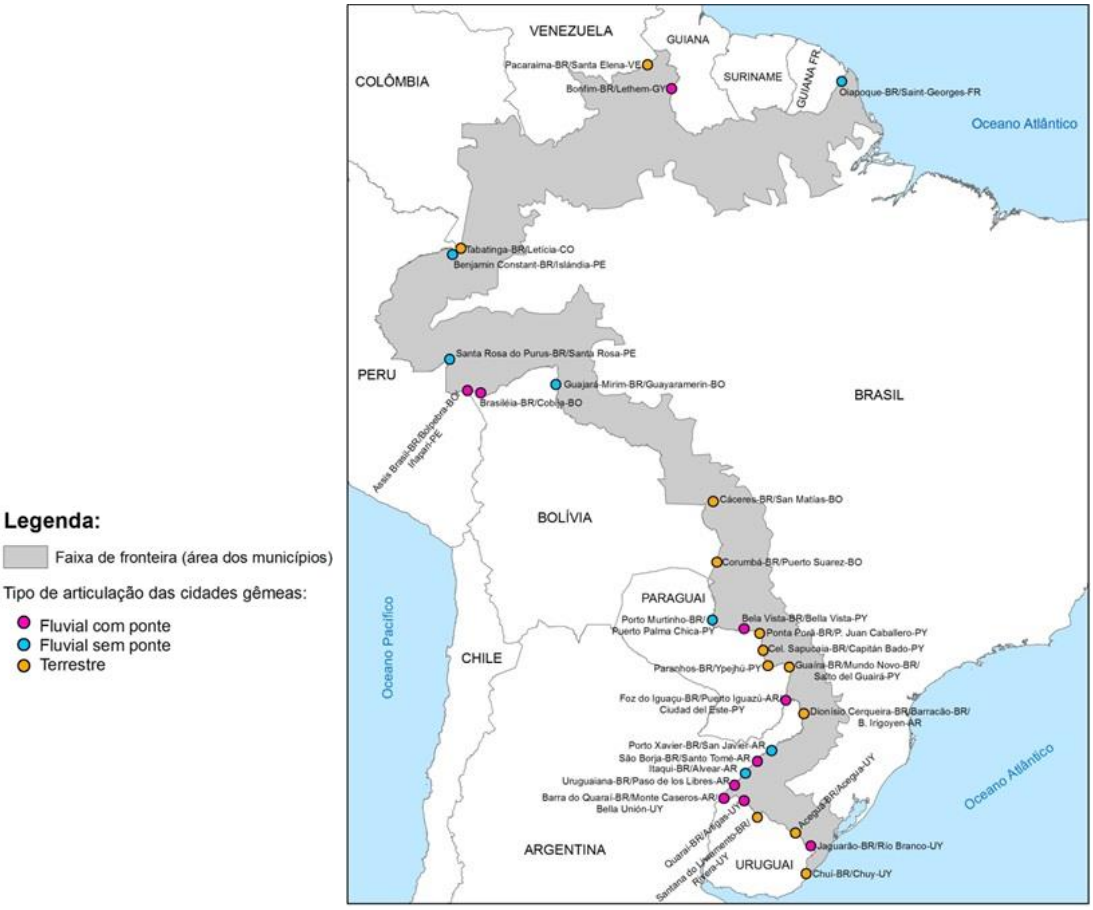
De acordo com a Lei nº 6.634[2], de 1979, o Brasil possui uma faixa de fronteira que possui 150 km, a partir do limite internacional. Ou seja, 27% do território nacional com 15.719 km de extensão estão localizados nesta faixa que concentra cerca de 10 milhões de habitantes em 11 estados brasileiros (588 municípios), e lindeia 10 países da América do Sul. Como apresentado na Figura 4.

Em toda essa extensão, o Brasil possui diversos acordos assinados que constituem a formação de comitês de fronteira. Entre as cidades de Corumbá (MS) ee Puerto Suárez (SC),

[2] Disponível em MI, 2003. Proposta de Reestruturação do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Disponível em: http://cdif.blogspot.com.br/2012/04/faixa-de-fronteira_13.html Acesso em 28 de dez. de 2014.

os Comitês de Fronteira foram criados pelo "Acordo por troca de Notas em La Paz, em 11 de março de 1997, constituem foros bilaterais para o tratamento de temas de interesse comum da fronteira sob a jurisdição das repartições consulares do Brasil e da Bolívia"[3].

Figura 4: Faixa de fronteira brasileira



Fonte: CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira, 2015, p.3.

O Comitê de Fronteira Corumbá-Puerto Suárez, de acordo com as informações do jornal Midiamax[4] estava desativado, voltando às suas atividades em 2011. Contudo, ao analisar as atas de reuniões do Comitê de Fronteira de Corumbá (MS) e Puerto Suárez (SC), observa-se que a fronteira é interpretada com o ar de criminalidade e a maior parte dos assuntos tratados refere-se ao tráfico de drogas: "o Comitê de Fronteira vai permitir intensificação das políticas públicas de enfrentamento aos crimes na faixa de fronteira, além de fortalecer a integração entre os dois países". O foco na criminalidade continua em 2014,

[3] Criação de comitês de fronteira brasileiro-bolivianos. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_13_2011-09-01-14-09-44/ Acesso em 27 de dez. de 2014.

[4] Comitê de Fronteira será reativado para combater criminalidade. Disponível em: http://www.prod.midiamax.com.br/noticias/751246-comite-de-fronteira-sera-reativado-para-combater-criminalidade.html ; e em http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/reuniao-discute-avancos-do-comite-de-fronteira-brasil-bolivia/11532/ Acesso em 27 de dez. de 2014.

conforme a análise da Ata[5] de reunião do comitê de fronteira, onde o tema central, mais uma vez, foi o tráfico de drogas, além da regularização de transportes e roubo de veículos. Nesta Ata, em nenhum momento foi discutida a possibilidade de organização e crescimento mútuo. Fica evidenciada em suas entrelinhas a seguinte frase subliminar: estanque os seus problemas que nós cuidaremos do nosso.

A importância do diálogo e da composição de comitês de fronteiras se faz necessária e começa a existir como "ferramenta útil para fortalecer uma política pública em região fronteiriça" (CALLEJA y SAFAROV, 2007, p.1). É indispensável que se criem espaços públicos de representação, negociação e concertação, assim como um redesenho do papel do Estado, permitindo a interação da sociedade, conforme defende Dallabrida (2007, p.4). E o território fronteiriço não pode ser interpretado como fim, como uma redoma de criminosos e traficantes. Costa (2011, p.140) explica:

> Mas a fronteira não é local de moradia ou de passagem apenas de pessoas com intensões criminosas. Pessoas honestas, trabalhadoras, que contribuem para a economia nacional, saúde, educação, entre outros, também habitam essa localidade e estão presentes em um número muito maior. Logo o fronteiriço não pode ser sinônimo de criminoso, de adepto das contravenções.

A fronteira onde foi desenvolvida esta pesquisa deve ser interpretada, nesta direção, como um território organizado, que carece de políticas públicas e ordenamento territorial que valorize o desenvolvimento da sociedade local.

A abordagem territorial tem colocado a construção social como foco e ponto de partida dos estudos, sendo também eixo orientador de ações e políticas públicas. Para se chegar à elaboração de um ordenamento territorial que promova o desenvolvimento e o escoamento eficaz da comercialização dos produtos da agricultura familiar é preciso reconhecer as forças do território e suas territorialidades. O resultado final de um ordenamento territorial pode ser, conforme Santos (1987, p.43): "As normas, instrumentos de regulação e controle, dizem respeito a todos os atores que agem no território".

Baseado nos estudos de Secchi (2013, p.23), o ordenamento territorial tem como propósito a administração de um conjunto de regras e normas de um determinado arranjo espacial, que se apregoa por um conjunto de regras e normas que podem vir a público por meio de políticas públicas.

Costa (2009, p.69) aponta que o ordenamento territorial refere-se a um termo relativamente recente, tendo surgido ainda no século XX, sendo este, um instrumento da prática administrativa de um território. Assim, podemos compreender que o ordenamento

[5] Ata de Reunião sobre Segurança da Fronteira da Província Germán Bush – Corumbá – Ladário. Maio/2014. Acervo do professor orientador.

territorial tem por objetivo reconhecer os efeitos que caracterizam os territórios para poder propor uma ação e efeito, colocando as coisas no lugar que considerar adequado.

Ao estudar a fronteira, temos que ter em mente que se trata de um âmbito com intensas complexidades distintas, afinal, a peculiaridade da fronteira se faz presente em diversos pontos, seja nas diversas formas de convivências de grupos de imigrantes e locais, incitados por diferentes motivos e em diferentes momentos históricos. Contudo, cada qual com seu motivo particular.

Um ordenamento territorial pressupõe ordem, advinda de uma política pública que promova o desenvolvimento. Secchi (2013), ao buscar um conceito de políticas públicas, faz distinção de alguns termos especiais das ciências políticas. Segundo este autor o termo *Politics* é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder de uma pessoa sobre a outra. Esse sentido de "política" talvez seja o mais presente no imaginário das pessoas de língua portuguesa: o de atividade e competição políticas. Já o termo *Policys* tem dimensão de "política" sendo a mais concreta e a que tem relação com orientações para decisão e ação.

Assim sendo, Secchi (2013) conceitua política pública "como uma diretriz intencional que orienta a ação ou a passividade de sujeitos sociais, elaborada para o enfrentamento de um problema público". Ou seja, uma diretriz para enfrentar um problema público. Isso significa que o adjetivo "público" da política advém do tratamento ou da resposta que se procura dar aos problemas coletivamente relevantes ou públicos. Dois elementos são fundamentais nessa definição: a intencionalidade, explícita publicamente na diretriz, que pode ser uma lei, uma campanha, um programa de intervenção social etc., e o problema público que se busca enfrentar.

Se definir políticas públicas parece algo difícil, imagina então o quanto é difícil entender e caracterizar a realidade de um povo que vive na fronteira. Como traçar políticas públicas eficazes que realmente atendam as necessidades de uma localidade?

O conteúdo da política pública é determinado pela correlação de forças sociais. O problema que se procura dar uma reposta por meio da política pública é, também, definido no bojo das relações de poder. Embora ele tenha que ser relevante para a coletividade para que possa ser considerado público, a identificação e a delimitação da situação problemática e sua importância social depende da interpretação subjetiva, ou melhor, intersubjetiva dos atores com base em seus interesses.

As políticas públicas do Brasil nas regiões de fronteira provocam mudanças substanciais no uso e nas dinâmicas das fronteiras brasileiras. Outrora vistas como periféricas

e desconectadas, agora elas tornam-se estratégicas e centrais na proposta de desenvolvimento econômico.

Historicamente, os municípios fronteiriços não foram privilegiados nas prioridades das políticas públicas nacionais, tendo apresentado ao longo dos últimos anos um quadro de relativo abandono (MACHADO, 1998). Surge daí a necessidade de se colocar a fronteira no centro das discussões, utilizando esse espaço como vetor de integração e cooperação entre os países da América do Sul. Tal postura pode auxiliar tanto na melhoria real das condições de vida das populações fronteiriças, como também fortalecer os laços de amizade e de trabalho conjunto do continente sul-americano. Para tanto, basta seguir os ensinamentos de Saquet (2013, p.131), para quem:

> Cada território, independentemente de sua extensão/tamanho/escala, deve ser estudado na tentativa de apreensão de suas singularidades, de seus tempos e territórios e de suas articulações externas, a partir da dinâmica no nível da unidade produtiva e de vida em que se dão as territorialidades e as temporalidades, a cristalização das relações do homem com suas naturezas interior e exterior e com o seu ser outro. Somente o estudo do movimento e das contradições, no tempo e no espaço, permite-nos conhecer a especificidade de cada lugar, espaço, território.

Tratar a questão das fronteiras é sempre um trabalho árduo que envolve o entendimento de diversos temas para se ter uma melhor compreensão do que e como se caracteriza uma determinada população. É preciso apreender as funções e estruturação dos fixos presentes nos territórios, mesmo na forma de rugosidades, conforme tratada por Santos (2009). Mas também é necessário conhecer os fluxos que atravessam e que chegam ao território. De onde vem? Quem traz e como o faz? Que impactos produzem no local.

3. ORIGEM DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS CONSUMIDOS EM CORUMBÁ/MS

Os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação aos produtos que adquirem, preocupando-se com possíveis riscos alimentares e priorizando alimentos que possuam origem conhecida. Quando focamos em produtos agrícolas, Michelon et al. (2007, p.3) afirmam que a agricultura familiar é a responsável pela maior parte dos produtos de alimentos básicos e isso contribui maciçamente para o abastecimento dos centros urbanos, através da diversificação de suas atividades e do beneficiamento dos alimentos/matérias-primas. Sangalli (2013, p. 86) corrobora com esse entendimento ao afirmar:

> Ainda que, com índices de produtividade mais modestos, a agricultura familiar contribui com o agronegócio do estado e do país, principalmente com a ocupação e a geração de renda a um grande número de famílias de agricultores que dependem da terra para a sua sobrevivência.

Entretanto, a globalização incorporou o setor agroalimentar de diversas formas. Megamáquinas, modificações genéticas, fertilizantes, agrotóxicos, assombrosos volumes produtivos, preços, dentre tantas outras inovações, provocaram (e continuam provocando) mudanças significativas no setor agroalimentar, em especial, aos países como o Brasil que ainda possui intensa dedicação aos monocultivos de exportação – as chamadas *commodities*[6].

Trento et al. (2011, p.5) afirmam que conforme a globalização foi chegando ao campo, de forma avassaladora, o mercado foi se tornando excludente. Hoje, o acesso ao mercado e a comercialização de produtos agrícolas da Agricultura Familiar (AF) constitui um dos principais entraves dessa categoria de produtores, isso porque, é no momento da venda que os produtores rurais sofrem as maiores perdas. Trento et al. (2011, p.7) elencam alguns fatores que dificultam a AF, como: "o deságio das frutas, legumes, verduras e hortaliças; a dificuldade no transporte; a concorrência com as grandes lojas de supermercados e verdurões". Isso tudo sem considerar as dificuldades antes das vendas, durante a fase do plantio: chuvas (ou falta, ou em excesso), pragas, qualidade do solo, linhas de créditos, falta de tecnologia ou de acesso a ela, apoio técnico, dentre outros.

Se as dificuldades parecem tantas ao analisar os produtores rurais em um cenário nacional, quando transpomos essas dificuldades para os territórios fronteiriços elas aumentam

---

[6] *Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. As principais commodities negociadas atualmente no mundo são: café, trigo, soja, milho, algodão, açúcar, álcool, boi, ouro, prata, cobre, ferro, aço, petróleo, dólar, euro, ações de grandes empresas, títulos de governos nacionais, etc. Disponível em: http://www.credifinance.pt/glossario_letra_C.htm Acesso em 29 de dez. de 2014.

consideravelmente. Em Corumbá/MS, além dos produtores rurais brasileiros, os bolivianos também estão nas feiras. Alguns são produtores, mas a maioria é apenas comerciante (feirante), que exercem essa atividade há décadas. Destarte, ainda têm-se os produtos agrícolas bolivianos que são encontrados nos supermercados e verdurões da cidade.

Para reverter o cenário de dificuldade que assola os produtores rurais brasileiros, o governo federal vem lançando diversas políticas públicas diferenciadas para a AF que "tiveram um papel importante para a redução da pobreza e a garantia da soberania alimentar, especialmente frente ao cenário de crescimento da demanda interna por alimentos e de crise econômica internacional" (BRASIL, 2013, p.9). Na Figura 5 é listada uma série de programas e políticas agrícolas e agrárias que visam atender a AF. Todos os programas estão atualizados e compreendem ao período 2014 e 2015. Entretanto, cabe frisar que nenhuma política trata a questão fronteiriça especificamente.

Figura 5: Políticas públicas agrárias e agrícolas do Brasil

POLÍTICAS PÚBLICAS		
Políticas Agrícolas	**Sigla**	**Objetivo**
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF	Permitir acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Envolve 13 linhas de créditos.
Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER	Levar assistência técnica às propriedades rurais. Melhora processos de trabalho e a QVT.
Programa de Aquisição de Alimentos	PAA	Adquirir alimentos da AF e assentados para as ações do programa Fome Zero.
Programa Nacional de Alimentação Escolar	PNAE	Adquirir alimentos da AF e assentados (ao menos 30% da produção) para as merendas escolares.
Programa Nacional de Crédito Fundiário	PNCF	Facilitar o acesso a terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais.
Programa de Aceleração do Crescimento	PAC 2	Acelerar a aquisição de Máquinas e Equipamentos para Estradas Vicinais
Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal	SUASA	Legalizar e acelerar a implantação de novas agroindústrias de produtos de origem animal.
Programa Terra Legal		Assegurar a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal.
Infraestrutura de Assentamentos		Promover ações que garantam a melhoria da infraestrutura nos assentamentos.
Terra Sol		Aumentar a renda nos assentamentos, seja por meio do artesanato; turismo rural e agroindústria.
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel	PNPB	Estimular a produção e o uso de biodiesel. Combustíveis não derivados do petróleo.
Garantia-SAFRA		Garantir renda mínima para os AF em caso de perda da safra por problemas climáticos.

Programa de Cadastro da Terra e Regularização Fundiária.		Garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, assegurando a posse do imóvel ao trabalhador do campo.
Terra Forte		Apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades sustentáveis.
Direito a Cidadania	**Sigla**	**Objetivo**
Reforma Agrária		Combinar quantidade e qualidade para os novos assentados.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	PRONERA	Garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior de jovens e adultos nos assentados.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	PRONATEC	Qualificar trabalhadores por meio de cursos e educação técnica na área rural através do PRONATEC Campo.
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	PNDTR	Apoiar as trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam de segunda via.
Organização Produtiva das Mulheres Rurais		Fortalecer a produção das trabalhadoras rurais com apoio a produção e a comercialização
Territórios da Cidadania		Apoiar o crescimento sustentável das regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas.
Arca das Letras		Levar a biblioteca às comunidades rurais garantindo o acesso à leitura.
Programa de Apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais	PROINF	Repassar recurso para obras de infraestrutura nos municípios e viabiliza o apoio a AF.

Fonte: BRASIL[7] (2014-2015), adaptado pelo Autor.

Santos (2004, p.86) indica que o comércio moderno realiza-se através de "uma gama de estabelecimentos que vão das grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos e uma massa importante de consumidores [...]". Este autor nomeia essa rede de atividades modernas de "circuito superior", visto que envolvem atividades econômicas voltadas para a acumulação de capital.

Na outra ponta da comercialização, Santos (2004, p.197) evidenciou o "circuito inferior", relacionado à pobreza do Terceiro Mundo e orientado para a população de economias locais. "É o trabalho intensivo utilizando pouca tecnologia sofisticada [...] a atividade comercial se destina às chamadas camadas populares e visa, primordialmente, garantir a sobrevivência" (SANTOS, 2004, p.34).

Um importante canal de vendas interna dos produtos da AF, neste território fronteiriço, são as feiras livres ou a mais recente feira do produtor rural. Michelon et al. (2007, p.3) escrevem que, apesar de antiga, as feiras se tornam mais atrativas em relação aos supermercados e frutarias, devido a maior diversidade, ao produto ser mais fresco, à dinâmica

[7] BRASIL. Por um Brasil Rural com Gente Feliz: políticas agrícolas e programas para os municípios. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
_____. Alimentos para o Brasil: Plano Safra da Agricultura Familiar (2014-2015). Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

peculiar de negociação do preço, aos relacionamentos sociais, aos vínculos de amizades e aos pontos de encontro. Essas características possibilitam situar a feira como um canal de extrema importância para a AF, enquadrando-a no circuito inferior, conforme elucidou Santos (2004).

De acordo com Conterato et al. (2013, p.8), "as pesquisas sobre a construção de mercados, os processos de mercantilização e a inserção dos produtores em cadeias mercantis estão entre as mais inovadoras e que atraem maior interesse e afluência". Assim, nas páginas seguintes serão apresentados os principais mercados onde são comercializados os produtos agrícolas, em especial os FLV (Frutas, Legumes e Verduras), na cidade de Corumbá/MS. Para tanto, dentro de cada mercado, será apresentado toda uma abordagem histórica, jurídica e teórica que culminará em um cruzamento de dados com as evidências levantadas nas entrevistas. Ao final, espera-se identificar os principais entraves na comercialização dos produtos agrícolas, e reconhecer as peculiaridades da comercialização desses produtos na cidade de Corumbá/MS.

3.1. Os produtos dos supermercados

3.1.1. Origens e fatos históricos dos supermercados

"Varejo é um grupo de procedimentos empresariais que adicionam valor a produtos comercializados para uso pessoal e familiar" (LEVY; WEITZ, 2000, p.17). De acordo com Parente (2000), o varejo é uma atividade empresarial que vem atravessando um grande ritmo de transformação, impondo-se adaptações necessárias ao ambiente tecnológico, econômico e social.

Dessa forma, baseado nos estudos de Levy e Weitz (2000), observa-se que algumas das fundamentais tendências de varejo são: aumento da globalização, incremento de parceria/alianças com fornecedores, aumento da concorrência de formatos substitutos, expansão do varejo sem lojas, aumento do sistema de autosserviço, maior foco no cliente no marketing de relacionamento, entre outros. Consoante aos estudos de Parente (2000, p.32), alguns formatos de loja que se enquadram como varejo são os bares, mercearias, padarias, minimercados, lojas de conveniência, superlojas e clubes atacadistas ou atacarejos (atacados que também vendem a varejo).

Nessa gama de possibilidades varejistas será focado um olhar sobre os supermercados, onde Parente (2000) destaca que são classificados como varejo, basicamente alimentício, com loja ou sem loja.

Segundo Morabito et al. (2011) o supermercado surge a partir de uma evolução das lojas de departamentos, em 1850, em Paris, a *Bon Marchè*, pioneira na técnica de agrupamento dos produtos em categorias e do sistema de autosserviço, que surgiu em 1912 nos Estados Unidos, também denominado "*cash and carry*" ou "pague e leve".

A partir desse momento, o sistema de "pague e leve" contava com preços predeterminados e fixados nos produtos, além de possibilitar ao consumidor a oportunidade de escolher os produtos e levá-los até o caixa, sem a intervenção de qualquer funcionário ou do dono do estabelecimento. "Acima de tudo, os produtos passaram a ser distinguidos entre si pelas marcas de seus fabricantes, dando início à estratégia das marcas comerciais" (MORABITO et al., 2011).

Os primeiros supermercados surgiram nos Estados Unidos, logo após o mundo enfrentar a crise econômica de 1929. Ferreira Júnior (1996) afirma que nesse período os bancos concentravam o capital e passaram a controlar as grandes indústrias, o que culminou com a larga escala de produção. O lucro era mal distribuído e a crise explode em uma verdadeira bolha. Demissões e falências contextualizam o início da década de 1930, além do comércio varejista que entrou no mais absoluto caos. "Muitos não conseguiram manter-se e houve um fechamento definitivo, um desmembramento ou mesmo uma inovação nesse ramo. Assim, nascem os primeiros supermercados" (FERREIRA JÚNIOR, 1996, p.12).

Antes da crise, a venda de alimentos acontecia em feiras livres e mercearias/minimercados no sistema de balcão, com o atendente para atender o consumidor. O primeiro supermercado que quebrou completamente essa forma de trabalho foi o "*King Kullen*", tendo como proprietário o empresário americano Michael Kullen, que trouxe uma estrutura de serviços completamente diferente da implantada e conhecida na época: muitos serviços eram feitos por telefone e as entregas eram a domicílio, além da possibilidade do autosserviço.

No Brasil, em 1947, "o Frigorífico Wilson implantou seu autosserviço na venda de embutidos, como lingüiças, salsichas, presuntos, mortadelas e salames, e foi pioneiro no acondicionamento de carnes frescas" (MORABITO et al., 2011). Posteriormente, outras empresas passaram a implantar a técnica do autosserviço, até que em 1952, no Rio de Janeiro, "as Lojas Americanas reformulam o sistema de autosserviço, embasados ao modelo

americano. Esse sistema foi aprimorado e chegou bem perto ao modelo que conhecemos hoje" (LAS CASAS, 1994, p. 28).

De acordo com Carvalho (2006), o primeiro supermercado brasileiro foi o "Sirva-se", que surgiu em 1953 na cidade de São José dos Campos/SP. Os supermercados brasileiros tiveram base nos americanos. Todavia, há divergências quanto ao contexto. Enquanto estes surgiram em um período de caos mundial com o advento da crise econômica de 1929, àqueles apareceram em uma época na qual o Brasil passava por um processo de desenvolvimento, tanto industrial, como urbanístico. Carvalho (2006, p.37) afirma que:

> Enquanto os primeiros supermercados norte-americanos foram instalados nos bairros periféricos, com estruturas de baixo custo, os supermercados brasileiros tinham instalações especificamente desenhadas, ampla área de vendas e foram instalados em áreas centrais das cidades, que tinham altas concentrações demográficas e alto poder aquisitivo. Antes, os supermercados eram conhecidos como "casas de comércios". Formavam-se por pequenas mercearias e armazéns, tinham suas instalações em pequenos prédios e eram compostos por grandes balcões, aonde os clientes chegavam ao estabelecimento e entregavam as listas de compras para os funcionários realizarem o serviço.

Em relação ao surgimento dos supermercados no Brasil, existe uma rica bibliografia com diversas pesquisas científicas realizadas sobre o tema. Contudo, quando trazemos essas análises para a cidade de Corumbá, a pesquisa se torna limitada, visto que até a década de 1950, Corumbá ainda não possuía supermercados nem feiras livres.

Comparado aos Estados Unidos, onde o primeiro supermercado surge em 1930, o Brasil já teve uma entrada tardia neste ramo varejista, em 1953, vinte e três anos depois. Regionalizando mais ainda essas análises, temos os escritos do vereador Geraldino Martins de Barros, datado de 06 de agosto de 1951, onde o mesmo justifica o Projeto-Lei 58, que autoriza a criação das feiras na cidade e afirma que Corumbá, até aquele momento, não possui um supermercado.

Em Corumbá não foram encontrados registros que contextualize o início das atividades supermercadistas. Hoje, ainda é possível ver um número incipiente de supermercados na cidade. Durante as entrevistas com moradores e comerciantes antigos que conhecem a cidade foram identificados que os primeiros supermercados da cidade eram caracterizados como lojas de mercearia com atendimento no balcão. Neste ponto, destacam-se as lojas situadas na área central e no Porto Geral da cidade.

> Havia um mercado na esquina das ruas Frei Mariano com a Cuiabá, onde dois turcos eram os proprietários. As vendas eram realizadas pelo balcão. Eles colocavam um balcão na porta da loja e na hora do almoço funcionava a meia porta, com as demais fechadas. Lá eram encontrados artigos para casa, mantimentos e bebidas. [...] Também tinha a Mercearia Brasileira que ficava na rua Frei Mariano [atual farmácia São Bento] que era muito grande e também vendia no sistema de balcão. Havia um cheiro forte de fumo, queijo parmesão e erva mate. Também tinham muitos linhos. Era uma mercearia muito "*top*" só havia produtos de excelente qualidade (E.1).

Partindo de 1951, conforme relato supracitado de que Corumbá não possuía supermercados e somados às entrevistas realizadas com moradores e comerciantes antigos que conhecem a história da cidade, muitos corroboram com os escritos do vereador Geraldino Martins de que na cidade, de fato, não havia supermercados. "Na cidade não havia grandes supermercados. Muitas das compras eram realizadas em mercearias ou em padarias, igual nas novelas de época [...] recordo da Padaria Esnarriaga que ficava na Avenida General Rondon, esquina com a Rua Major Gama, lá vendia pão, mantimentos bebidas e até sementes" (E.2).

Ainda segundo o relato de E.2. também comentado por E.1., em 1953 surgiu o primeiro supermercado da cidade, o supermercado Modelo 1. Inicialmente ele funcionava na Rua Treze de Junho (atual agência do Banco do Brasil) e pertencia aos irmãos Bezerra. "O supermercado tinha de tudo, até móveis. Foram crescendo tanto que depois abriram o supermercado Modelo 2 (Rua 7 de Setembro esquina com a Rua 13 de Junho) e o supermercado Modelo 3[8]" (E.2.).

Conforme relatos dos moradores e comerciantes antigos da cidade, outros supermercados foram abrindo e fechando. A partir da década de 1980 Corumbá começou a experimentar a abertura de diversos supermercados que marcaram a história da cidade.

Com o desenvolvimento da Corumbá, muitos consumidores apontaram o Comercial Chichilo (que se localizava na esquina da Rua Ladário com a Rua Cuiabá), também como um dos mais antigos da cidade, juntamente com o Mercantil Dichoff (figura 6) e com o Comercial de Alimentos Deca (ambos localizados na Rua D. Aquino, entre as ruas Firmo de Matos e Luiz Feitosa Rodrigues).

O Mercantil Dichoff (figura 6) era um varejo voltado a atender as fazendas do Pantanal. Também contava com produtos encontrados em supermercados nacionais, entretanto, não vendia frios nem FLV. Ao lado desse Mercantil, encontrava-se o Comercial Deca (figura 7), que pertencia à mesma família. Ali eram comercializados frios, mas não vendiam FLV. No geral, esses três estabelecimentos ainda não configuravam como supermercados, pois ambos atendiam no sistema de balcão. Os três também não comercializavam FLV.

[8] Os entrevistados E.1 e E.2 não se recordam da localização do supermercado Modelo 3. Outros moradores, quando indagados sobre o supermercado, também se lembraram da existência, contudo, não se recordavam da localização.

Figura 6: Fachada do antigo Mercantil Dichoff

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Figura 7: Fachada do antigo Comercial Deca

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

A partir da década de 1980 surgem o Bolicho do Kiro, que posteriormente cresceu e se transformou no Comercial e Cerealista Augusta, que se tornaria o supermercado Panoff. Além deste, surgem os supermercados: Makoto, Ohara, Dourados, Centro-Oeste, Frutal Corumbaense, Mardine e Popular.

Por ser uma cidade interiorana, durante muito tempo, até a década de 1990, era possível encontrar, no próprio centro da cidade, diversas casas com hortas plantadas em seus quintais. “Aí sim desenrolava-se o comércio de hortaliças” (E. 3). Esse relato ainda pode ser confirmado com uma simples caminhada pela cidade, onde foram encontradas hortas em dois

bairros (Maria Leite e Cristo Redentor). Na Figura 8 é apresentada uma horta, ainda em funcionamento, no bairro Maria Leite.

Figura 8: Horta localizada na zona urbana de Corumbá/MS

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

O supermercado Ohara possuía duas unidades e tinha um tamanho considerado "grande" em relação ao tamanho da cidade. Lá eram comercializados FLV, entretanto, encerrou suas atividades ainda na década de 1990. O supermercado Makoto existe até os dias de hoje, contudo, assim como o Mercantil Dichoff (que já encerrou suas atividades na década de 1990) sempre foi um supermercado que mais atendia as fazendas do que a cidade. No supermercado Makoto era encontrado FLV e toda gama de produtos que se é esperado de um supermercado. Desde o final da década de 1990, o supermercado possui uma atividade inexpressiva. Trabalha com pouquíssimos produtos e, durante a visita ao estabelecimento, pode se observar que ele está ali para que os proprietários, que já são idosos, tenham uma atividade diária. No dia da entrevista não foram encontrados clientes no estabelecimento.

O supermercado Dourados se localizava no centro da cidade (no mesmo local onde outrora funcionou o supermercado Modelo 2). Apesar de ter um tamanho considerável para a cidade, teve uma vida curta, vindo a fechar ainda na década de 1990.

O supermercado Centro-Oeste funcionava na rua Cabral, no centro da cidade. Não foram obtidos muitos dados com relação a este supermercado. Fechou ainda na década de 1990. No mesmo local, no início da década de 2000, foi aberto o supermercado Alfa, que também teve uma vida curta. Hoje, o espaço abriga o supermercado Itália, que não entrou nesta pesquisa, pois não comercializa FLV.

Durante toda a década de 1990 e a primeira década dos anos 2000, a cidade acompanhou o crescimento e a difusão do supermercado Panoff. No início dos anos 2000, o Panoff já possuía três unidades localizadas estrategicamente na cidade e chegou a ser a maior empresa familiar do Estado de Mato Grosso do Sul. Com o crescimento do supermercado, ampliou-se o mix de produtos e foi o pioneiro na expansão da quantidade/qualidade dos produtos FLV na cidade. A partir daí, a população poderia, por exemplo, encontrar frutas exóticas ou frutas fora da estação durante boa parte do ano. Além do mix, a qualidade e os preços baixos eram seus grandes atrativos. Os supermercados seduzem os consumidores de produtos perecíveis. De acordo com Potrich et al. (2013, p. 347):

> Mesmo com o aumento do varejo sem lojas, os consumidores preferem comprar as frutas, verduras e legumes no varejo com lojas, como os supermercados. Isso ocorre, pois esses produtos são perecíveis e os consumidores sentem necessidade de selecionar, manusear e escolher.

O supermercado Frutal já apresenta uma contextualização totalmente diferente. Sempre vendeu FLV e o seu crescimento foi vertiginoso ao longo da década de 1990. Durante toda essa década e a primeira metade dos anos 2000, a cidade acompanhou o crescimento e a concorrência acirrada entre os supermercados Frutal e Panoff. A má administração do primeiro levou o supermercado a entrar em concordata e, desde 2011, o Atacado Fernandes arrendou o prédio, investiu e se mantém até os dias atuais, possuindo mais duas unidades na cidade.

A crise, somada a má administração, não atingiu apenas ao supermercado Frutal. O supermercado Panoff também foi atingido em 2012, o que levou os proprietários a decretarem falência. Foi comprado pelo grupo Quadri, com matriz no Estado do Paraná, e que mantém a atual gestão do mercado.

Dos supermercados que surgiram na década de 1990, temos o Mardine e o Popular. O supermercado Mardine se localizava próximo ao supermercado Panoff, era menor, porém comercializava FLV. Atuava com o seguinte diferencial: melhor organização das gôndolas; produtos de qualidade; marcas reconhecidas e preços mais altos. Essa estratégia direcionava o seu público-alvo para as classes média/alta da cidade. Outro fator relatado na entrevista é que “este supermercado é o que tinha supremacia na venda de licitações, para o hospital da cidade,

Marinha, Exército, Prefeitura e outras entidades" (E. 4). No início dos anos 2000, o supermercado encerrou suas atividades, já que foi absorvido pela expansão dos supermercados Panoff e Frutal. Entretanto, desde 2013 a família abriu o supermercado Frey, com uma gestão remodelada do supermercado Mardine, em um ponto comercial central da cidade e com a estratégia de ofertar produtos específicos, como japoneses, árabes, diet/light, orgânicos, marcas consagradas, pratos de "chefe", além é claro, do FLV.

Com relação ao supermercado Popular, trata-se do primeiro supermercado a sair do centro da cidade e ir para o bairro, neste caso, o bairro Popular Velha. Durante a década de 1990 o supermercado cresceu e sempre trabalhou com produtos mais simples e com preços mais baixos, além é claro, de vender FLV. Na década de 1990, a família encerra as atividades do mercado, retomando em 2012, vindo a encerrar novamente em 2014. Em 2015, o espaço foi comprado e modernizado pelo Atacado Fernandes, que mantém suas operações (a terceira filial).

Em 2011 chegou à cidade de Corumbá o MS Frios, um varejo que se identifica como atacarejo (atacado + varejo), pois segundo E.5: "vendemos no atacado e no varejo, nossa estratégia é atrair o cliente pelo preço".

Os proprietários do MS Frios são de Campo Grande-MS e a família possui um *know how* na comercialização de produtos a preço baixo. Em 2011, o mercado era pequeno e comercializava apenas frios, nada de FLV. Em 3 de outubro de 2014 cresceu e mudou de local – virando supermercado –, começando assim, a comercializar FLV e outros gêneros.

Assim, Corumbá chega em 2015 com os supermercados Quadri (3 unidades); Atacado Fernandes (3 unidades); MS Frios, Frey e Itália (ambos com 1 unidade). De todos estes supermercados, apenas o supermercado Itália não vende FLV. Vale destacar que a cidade apresenta diversos mercadinhos de bairro, de pequeno porte e que, muitas vezes, ainda atendem no sistema balcão.

3.1.2. O comércio de FLV nos supermercados de Corumbá/MS.

O consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) é motivado pelo expressivo valor nutricional e pela combinação existente entre fibras, vitaminas e minerais e outros compostos que esses alimentos possuem. Acredita-se que tal associação proporciona aos consumidores uma vida mais saudável, propalando um estilo de vida mais saudável, fazendo aumentar cada vez mais a demanda de FLV pelos consumidores.

O comércio de FLV nos supermercados é expressivo em todo país. Sato (2007, p.95) aponta que a partir da década de 1960 houve o surgimento, o crescimento e a expansão dos supermercados no Brasil. De acordo com pesquisa realizada pela ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados, cerca de 40% dos produtos hortícolas são comercializados pelos supermercados (SATO, 2007).

Nesta etapa do trabalho serão apresentados os resultados das pesquisas aplicadas junto aos supermercados da cidade[9] tratando da origem dos produtos agrícolas vendidos nos supermercados da cidade, quais FLV são vendidas, as dificuldades para comercializar FLV e a opinião dos supermercadistas sobre a participação do boliviano nas feiras da cidade.

Com relação à origem dos produtos agrícolas comercializados nos supermercados, o entrevistado E.5 relatou que: "a maior parte dos produtos vem do Paraná, da cidade de Pato Branco [...] lá tem uma central de distribuição e a rede, para barganhar custos menores e repassar essa vantagem ao cliente, compra tudo lá, em grandes quantidades". Já o E.6, apresentou que os produtos do seu supermercado vêm de São Paulo (CEASA) e de Campo Grande. Nada obstante, também há produtos locais (Corumbá e Puerto Quijarro) nas prateleiras. E.4 relatou que 90% dos produtos do seu supermercado vêm do CEASA São Paulo. Os 10% restante correspondem a folhagens, que vem de Puerto Quijarro, e limão, laranja e peixe que são entregues por produtores rurais e pescadores de Corumbá.

E.5 explicou a técnica adotada pelos supermercadistas: barganhar preços para repassar essa vantagem ao consumidor final e criar o dia da carne, por exemplo, um dia que determinado produto é vendido a preços baixos. Isso é explicado pela economia dos custos de transação, que segundo Williamson (1991, p.24) "são os custos de negociar, redigir e garantir o cumprimento de um contrato". Williamson (1991) afirma que no processo de transação comercial ocorrem três dimensões principais relacionadas ao custo de transação: frequência, incerteza e especificidade dos ativos.

A frequência é uma medida da repetição com que uma transação se efetiva: "Quanto maior a frequência, menores serão os custos fixos médios associados à coleta de informações e à elaboração de um contrato que imponha restrições ao comportamento oportunista" (COSTA; SOUZA, 2010, p.3). Ainda segundo Costa e Souza (2010, p.4):

> Se a frequência da transação atuar de forma muito elevada, os agentes terão motivos para não impor perdas aos seus parceiros, na medida em que uma atitude oportunista poderia implicar a interrupção da transação e a consequente perda dos ganhos futuros derivados da troca.

[9] A pesquisa foi realizada nos supermercados Quadri, MS Frios e Atacado Fernandes. O supermercado Frey está sem gerência e os funcionários não quiseram conceder entrevista. O supermercado Itália não vende FLV.

A incerteza tem por objetivo o alargamento das lacunas que um contrato não pode cobrir. Costa e Souza (2010, p.4) indicam que em um ambiente de incerteza, os agentes não conseguem prever os acontecimentos futuros. “Assim, o espaço para renegociação é maior. Sendo maior esse espaço, maiores serão as possibilidades de perdas derivadas do comportamento oportunista das partes”.

Por fim, a especificidade dos ativos “são aqueles que não são reempregáveis a não ser com perdas de valor (WILLIAMSON, 1991, p.28)”. Para este autor, há seis tipos de especificidade de ativos: 1) especificidades locacional (refere-se à proximidade de empresas com a mesma cadeia produtiva, fato que possibilita economizar nos custos de transporte e armazenagem, por exemplo); 2) especificidades de ativos físicos; 3) especificidades de ativos humanos; 4) ativos dedicados (refere-se ao montante investido); 5) especificidades de marca (valor e reconhecimento da marca, tal qual acontece com as franquias); 6) especificidades temporal (quando o valor de uma transação depende do tempo em que ela se processa – principalmente, quando se trata da transação de produtos perecíveis).

Aplicando o conceito de economia dos custos de transação nas negociações que envolvem o comércio de FLV, afirmar-se, baseado em Costa e Souza (2010, p.6), que tais transações ocorrem com uma elevada frequência, fazendo com que haja a construção da reputação dos agentes envolvidos e com isso, ocorrem à redução dos custos de coleta de informação. Apesar do avanço da tecnologia, a incerteza é quase que um sinônimo da agricultura, pois se manifesta das mais variadas formas, como acidentes naturais ou intervenções não antecipadas nos mercados de alimentos. Um exemplo disso ocorreu em 2013, quando o preço do tomate no Brasil aumentou 120%. Por fim, com relação à especificidade dos ativos, a produção de FLV está sujeita a enormes riscos de preços e problemas devido à elevada especificidade temporal (altas e baixas das safras e entressafras); a perecibilidade dos produtos; alto custo do frete no transporte dos produtos e impostos (principalmente ICMS diferenciados de estado para estado).

Ainda relacionado à origem dos produtos E.5 relata que os produtos que vem do Paraná são legumes, frutas e itens com maior perecividade, a exemplo da abóbora. Os itens com menor perecividade são comprados localmente, aí temos as folhagens, como o alface. Campeão et al. (2008, p.4) apresenta os estudos de Brosseau e Cordon (2000) que analisa os FLV como sendo compostos de duas grandes classes.

> A primeira é formada por produtos de menor perecividade, maior facilidade de controle econômico e usualmente localizados próximos aos produtores, de forma a minimizar dificuldades com logística, a exemplo da pera. O segundo grupo é caracterizado pela alta perecibilidade e complexidade de gestão, como o agrião.

Quanto à origem dos produtos com maior perecividade, E.5 revela que as compras acontecem com sítios da cidade de Corumbá e de Puerto Quijarro. Aí vemos a fronteira em sua amplitude, marcando presença até nos grandes varejos.

Ao ser questionado sobre "além das folhagens se há outros produtos oriundos da Bolívia", o entrevistado informa que outro produto comprado dos bolivianos é a vagem e o fubá de saboró[10]. "Outras compras, como mandioca e algumas frutas, só ocorrem quando a oportunidade (preço e qualidade do produto) é muito boa" (E.5).

E.6 adota quase que a mesma estratégia de E.5. Os produtos com menor perecividade vêm de Campo Grande e São Paulo. "Já os produtos com maior perecividade, como hortaliças, são comprados localmente e, se a produção estiver baixa, aí sim as hortaliças vêm de Campo Grande" (E.6). Este informante também relatou que se realizam transações com os bolivianos, principalmente na compra das hortaliças, alho, mandioca e as frutas, quando os preços estão atrativos. E.6 não confirmou se a empresa possui uma filial no lado boliviano, contudo, inúmeras são as notícias e fatos entre os moradores da cidade que afirmam que o E.6 possui uma filial em Puerto Quijarro e que diversos produtos vêm da Bolívia.

A presença dos produtos oriundos da Bolívia na cidade de Corumbá remete ao pensamento de Machado (1998, p.2), ao configurar a fronteira como um fator de integração onde ocorre uma zona de interpretação mútua. Isso porque, conforme evidenciado, há transações intensas entre mercados e consumidores brasileiros e bolivianos, logo a fronteira se torna uma zona comum, onde são compartilhadas diversas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais distintas.

Quando perguntado "quais FLV vendem", uma gama de produtos foi relatada. Houve até a necessidade de andar entre as prateleiras para verificar se todos haviam sido relatados. Com relação a legumes e verduras foram identificados: abóbora, alho, broto de alfafa, couve-flor, milho, repolho tradicional, abobrinha, batata doce, cebolinha, gengibre, moranga, salsão, acelga, batata inglesa, cenoura, inhame, pimentão diversos, salsinha, agrião, berinjela, cenourinha japonesa, jiló, pimentas diversas, tomate, alface, brócolis, coentro, mandioca, repolho roxo e vagem.

Já em relação à comercialização de frutas, foram identificadas: abacate, caqui, limão siciliano, mamão papaia, romã, ameixa, kiwi, limão tradicional, manga, uva roxa, banana da terra, laranja importada, maçã argentina, maracujá, uva verde, banana d'água, laranja tradicional, maçã tradicional, melancia, diversas castanhas e frutas secas, banana maçã, limão

[10] Fubá de Saboró: É uma farinha feita a partir do processamento do milho verde. Muito típica no Paraguai e na Bolívia.

galego, maçã verde, melancia japonesa, banana mariquita, limão persa, mamão formosa e pêssego.

O supermercado E.5 tem maior mix e quantidade que os supermercados E.6 e E.4. Contudo, é muito expressiva a quantidade comercializada em ambos os supermercados. Os três supermercados, aparentemente, apresentam produtos em maior e melhor quantidade/qualidade dos que os produtos comercializados nas feiras livres (Figura 9 e 10).

Figura 9: Frutas comercializadas pelos supermercados – organização das prateleiras

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Figura 10: Verduras e Legumes comercializados pelos supermercados

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Com relação aos preços praticados, E.4 afirma que seus preços são tão baixos que os bolivianos realizam compras ali para poder revender na feira. Realmente, durante a entrevista, duas cenas chamaram a atenção: A primeira era a quantidade de pessoas que circulavam na seção de FLV (Figura 11). A segunda foi a de um veículo do supermercado Tocale que se localiza na cidade de Puerto Suárez/Bolívia, que realizava um carregamento de enlatados e FLV para serem comercializados lá na Bolívia. Quando foram convidados a participar da pesquisa, o motorista do veículo não quis se pronunciar.

Figura 11: Consumidores e as promoções no supermercado.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

No item "as dificuldades que os supermercados possuem para comercializar FLV" ambos os supermercados foram unânimes em relatar a logística como o principal entrave. Quando se fala em logística, não focamos apenas no transporte. Há um elo entre transporte, armazenagem, distribuição e estocagem que deve ser considerado. E.5 relata que "a distância de Corumbá dos grandes centros encarece o produto. Fora isso, quando o produto chega aqui, temos que correr contra o tempo para driblar o calor intenso da cidade".

O processo de deterioração dos FLV ocorre de forma rápida como já relatado. Dessa forma, os supermercados não podem deixar de traçar uma estratégia para contornar essa dificuldade. E.6 destaca a crescente exigência do consumidor perante os FLV:

> O consumidor aperta muito os produtos. Ele não quer comprar produtos amassados, com rugas e cortes. Quer o produto liso. Por isso nós estamos traçando um bom gerenciamento do FLV. Antes tínhamos muita perda, agora com a automação do supermercado conseguimos controlar a validade dos produtos e contatar rapidamente os fornecedores para novos carregamentos. Não há mais necessidade de estoques gigantescos (E.6).

Campeão et al. (2008, p.7) afirmam que "o armazenamento dos FLV deve ser feito por pessoas treinadas para que o nível de qualidade permaneça, assim como a estética, sendo esse último fator preponderante no momento da compra". Essa afirmação baliza a fala de E.6, que

demonstra a preocupação dos supermercados com a gestão do FLV, desde o transporte, estocagem, manuseio e a colocação correta desses produtos na prateleira.

Durante o transporte, ambos os supermercados relataram que os FLV vêm em caminhões refrigerados e não refrigerados. “Depende do tipo do produto [...] frutas geralmente vem, a mandioca não” (E.5).

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2004), poucos fornecedores de FLV utilizam o transporte refrigerado. Apenas 17% dos fornecedores adotam essa estratégia. Essa ausência de controle de temperatura dos produtos, ainda na logística, acarreta outra dificuldade citada pelos supermercados entrevistados: as perdas.

Ceccato e Basso (2012, p.133) indicam que desde a colheita até a colocação à disposição do consumidor, o produto sofre uma série de manipulações e deslocamentos durante o transporte a que é submetido, sendo essas movimentações a origem de deteriorações, de diversas perdas se não tomarem precauções.

E.5 relatou que as perdas diminuíram devido ao empenho do supermercado em minimizar esses custos. Entretanto, elas ainda são consideráveis. O entrevistado destaca que boa parte das perdas ocorre nas gôndolas, devido à manipulação dos consumidores: “estamos pensando em uma campanha para trabalhar com os clientes, eles também precisam colaborar” (E.5). Baseados nos trabalhos de Goulart (2008), Ceccato e Basso (2012, p. 128) apontam que:

> Os índices de desperdício de alimentos no Brasil, um país com média de 46 milhões de famintos, batem recordes mundiais. Estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no centro de agroindústria de alimentos, mostra que o brasileiro joga fora mais do que aquilo que consome, por exemplo, em hortaliças o total anual de desperdício é de 37 quilos por habitante (CECCATO e BASSO, 2012, p.128).

E.6 informa que muitos são os fatores que contribuem para o aumento das perdas: “As principais razões que eu poderia destacar são as máquinas inadequadas, embalagens impróprias, falta de pessoal treinado e com boa vontade, o excesso de produtos na bancada também atrapalha, além do manuseio do consumidor e do calor da cidade”. Uma logística ineficiente, somada a altas perdas, acarretam em outro problema relatado pelos supermercados: o custo.

Ao analisar o conceito de logística, Ballou (1993, p. 23) aponta que “logística são atividades de movimentação e armazenagem, que facilitam o fluxo dos produtos desde o local de aquisição da matéria-prima até o local de consumo final”. O autor acrescenta que o

propósito da logística é oferecer aos clientes níveis de serviço que se adéquem às suas necessidades, a um baixo custo, maximizando assim, a sua lucratividade.

Outro ponto que encarece os produtos é a sazonalidade em que os FLV podem ser encontrados. Segundo E.5, as folhagens causam muita dor de cabeça aos supermercados. “Durante 6 meses do ano encontramos em abundância. Nos outros 6 meses, os preços sobem, pois temos dificuldade em encontrá-las”.

O último ponto tratado na pesquisa com os supermercados refere-se à opinião dos supermercadistas sobre a participação do boliviano nas feiras da cidade. E.5 informa que é paranaense e que há dois anos e meio está morando em Corumbá.

> Vou pouco a feira, mas é uma cultura corumbaense. O boliviano traz muita mercadoria barata, mas em qualidade inferior a nossa. A logística também os atrapalha. Santa Cruz está localizada a o que? Uns 700 km daqui? Detalhe que eles possuem uma margem de lucro baixíssima. A qualidade dos produtos deles é bem inferior. O produto viaja de ônibus e trem em sacos ou caixas. Tem muita sujeira também (E.5).

Na visão de E.5, todos os produtos vendidos na feira vêm de Santa Cruz de La Sierra. Contudo, ao ser indagado sobre “você vende produtos/FLV para bolivianos?”, o mesmo relata que sim. Vende muito para comerciantes brasileiros (que possuem minimercados e mercearias nos bairros) e para feirantes bolivianos. Aqui vemos a contradição na visão do entrevistado. Todos os produtos não são de Santa Cruz, visto que, o próprio supermercado vende/abastece os bolivianos.

E.5 não é a favor da retirada dos bolivianos da feira. “Se eles forem proibidos, não terá mais mercadorias na cidade. Eles são responsáveis por boa parte do abastecimento da cidade”.

E.6 também relata que vende produtos para bolivianos. “Eles passam aqui semanalmente para pegar os produtos e revender nas feiras da cidade. Não sou a favor da retirada deles. Há espaço para todos”. E.4 foca no comércio e o quanto é bom à presença do boliviano “para que as empresas briguem mais por preço [...] se tirarem os bolivianos vira um caos. 80% são bolivianos e vendem folhagens, é difícil ver brasileiro vender folhagens”.

Esse fluxo comercial, retratado pela entrada e saída dos produtos agrícolas na fronteira entre Corumbá/Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia, retrata a permissividade existente em territórios fronteiriços. Essa permissividade, mesmo que não oficializada em decretos e atos públicos, remete aos conceitos estabelecidos de limites e fronteiras e a tentativa de promover a segurança da fronteira brasileira. Essa permissividade remete ao conceito de fronteira controlada apresentada por Nogueira (2007, p. 52) “àquela vista pelo Estado e alimentada pelo controle de quem entra e sai – presença militar/segurança no território”. Contudo, o ir e vir dos produtos agrícolas, conforme destacado na Figura 12 e 13, demonstra, claramente, a

porosidade da fronteira, que mais aproxima as populações, do que afasta. “A porosidade é relativa e diversa em função dos interesses sobre a fronteira dos distintos atores fronteiriços” (RIBEIRO, 2002, p.5).

Figura 12: Entrada de produtos agrícolas bolivianos em Corumbá/MS.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.
Nota: Carro branco estava carregado de frutas, plantas e ervas medicinais.

Figura 13: Saída dos produtos bolivianos

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.
Nota: Caminhonete estava com caixotes de FLV.

Com relação aos consumidores encontrados nos supermercados, os mesmos relataram que eles preferem comprar tudo em um único lugar. Contudo, acabam frequentando as feiras por hábito ou cultura.

Os consumidores disseram que compram FLV nos supermercados, pois buscam praticidade, higiene, estacionamento, formas de pagamento, qualidade, variedade de produtos, preço e horário de funcionamento.

A busca crescente por alimentos mais saudáveis está expandindo o espaço dedicado a produtos FLV dentro dos supermercados. Sato (2007) indica que segundo a ABRAS, "no Brasil a comercialização de FLV possui importante papel para o faturamento dos supermercados e, atualmente, o setor de frutas, legumes e verduras representa cerca de 13% do faturamento de uma loja".

3.2. Produtos das frutarias e verdurões

Entender quando surgiu e como funciona o comércio em frutarias e verdurões não é uma tarefa fácil. A bibliografia é limitada e, os primeiros recortes acerca deste canal de comercialização, apontam para o século XII e XIII (nível mundial), pois segundo Mello e Costa (1995, 12) a feira era uma atividade onde as pessoas poderiam realizar trocas de moeda, bens e produtos. "Contudo, já existiam estabelecimentos comerciais, próximos às feiras, que vendiam comidas prontas, bebidas e produtos alimentícios" (MELLO e COSTA, 1995, 18). Seria aí um estopim entre o surgimento dos minimercados e dos verdurões.

De uma forma geral, não se sabe o momento exato em que surgiram as pequenas empresas no Brasil. Souza e Machado (2007, p.55) afirmam que no início do século XIX, as grandes empresas seriam as ligadas às atividades açucareiras e, as pequenas, eram formadas por uma multidão de pequenos vendedores que ofertavam uma gama variada de produtos locais nas cidades brasileiras, como por exemplo, ervas, capins e flores.

> No Brasil colônia, os portugueses substituíram produtos que consumiam na Europa por alimentos consumidos pelos indígenas. Assim, substituíram a farinha de trigo, por exemplo, pela farinha de mandioca. Também trouxeram animais e variedades de vegetais como: sorgo, inhame, cará; banana, manga, arroz e o coqueiro. Os pequenos agricultores eram os responsáveis pelo cultivo desses gêneros voltados para o abastecimento de cidades coloniais como Recife, Salvador, Sabará, Mariana e Rio de Janeiro. Eram comercializadas diversas frutas como abacaxi, açaí, araçá, banana, cajá, caju, goiaba, jabuticaba, jambo, laranja, lima, limão galego, mamão, manga, maracujá, melancia, pitanga, tamarindo e tomate. Também eram vendidos alimentos processados como amendoim torrado, milho assado, pastéis, pipoca, amido, fubá, polvilho e angu. Muitos produtos agrícolas manufaturados eram comercializados por

> pequenos comerciantes como cestos, charutos, cola de sapateiro, guaraná, tabacos, bebidas, doces, bolos e quitutes (SOUZA E MACHADO, 2007, p.56).

Segundo os autores, esses produtos eram comercializados em feiras e pequenos armarinhos, ou em quitandas. "Quitanda é um pequeno estabelecimento comercial especializado em frutas, hortaliças, ovos e temperos. Tudo aquilo que era encontrado nas feiras livres. Também havia quitutes caseiros como bolos, pães e biscoitos" (SOUZA e MACHADO, 2007, p.56). Compreende-se assim que o termo frutaria e verdurão são derivados de quitanda e, originalmente, frutaria era um local que só deveria vender frutas, à medida que, verdurão seria um estabelecimento especializado na venda de verduras.

Em Corumbá não foi encontrado nenhum registro específico que trate a origem exata dos verdurões e frutarias. A tendência é que o surgimento tenha acompanhado o mesmo processo do cenário nacional. A evolução das feiras livres culminou com o surgimento das quitandas e, posteriormente, com o surgimento das frutarias e verdurões.

"No Porto Geral, localizavam-se importantes edifícios públicos e comerciais que se elevavam até três andares, como a Alfândega, a Mesa de Rendas do Estado, o Prédio Wanderley Baís & Cia, o Prédio Vasquez e Filhos e outros[11]". Nesta localidade o comércio era intenso e, durante as entrevistas, foi sinalizado que no porto já haviam trocas comerciais, visto que, "naquela época, as fazendas produziam até arroz e trigo [...] vínhamos para a cidade para comprar roupa, sapato e alguns remédios [...] tínhamos muita coisa nas fazendas" (E.7).

Nesta etapa do trabalho serão apresentados os resultados das pesquisas aplicadas junto aos verdurões e frutarias da cidade[12] demonstrando a origem dos produtos agrícolas vendidos nestes estabelecimentos; quais produtos vendem; as dificuldades que os verdurões e frutarias possuem para comercializar FLV e como eles veem a participação dos bolivianos nas feiras da cidade.

No que tange a origem dos produtos agrícolas vendidos nestes estabelecimentos E.8 comercializa somente frutas, relatou que está nessa atividade há 25 anos. É originário de São Paulo e seus produtos vêm principalmente de fornecedores daquele Estado. Contudo, alguns produtos são adquiridos de produtores da cidade, como limão e abacate. "Às vezes aparece alguns produtores com produtos bons e baratos, daí compramos para revender".

Já E.9 é proprietário de um verdurão que comercializa FLV. Informou que a maior parte dos produtos vem do Estado de São Paulo (CEASA) e as laranjas do interior daquele

---

[11] Disponível em: Material institucional da empresa Indiaporã – Corumbá/MS.

[12] A pesquisa foi realizada na Frutaria Dunga; no Verdurão Pantanal. O Verdurão da Cabral não quis participar das entrevistas.

Estado. “Aqui no fundo do prédio tem 5 pés de limão. O limão vem tudo de lá” (E.9) [fato observado quando chegou um cliente e foi até ao pé colher as frutas].

Quando perguntado se compram produtos na Bolívia, E.8 falou que não compra nada, nenhum produto. Já E.9 relatou que algumas hortaliças, pera e maçã, são adquiridas na Bolívia.

Referente a pergunta “*quais produtos vendem*”, a diferença ocorre por um ser especificamente frutaria e o outro verdurão e comercializar FLV no geral. No estabelecimento que comercializa verduras e legumes foram encontrados: abóbora, batata, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, mandioca, pimentão e tomate. Com relação às frutas comercializadas pela frutaria e pelo verdurão, foram encontradas: abacaxi, banana, caqui, laranja, limão, maçã, mamão, melancia, melão, morango, pera, pokan e tangerina.

No que tange a qualidade das frutas a frutaria apresentou os produtos em maior e melhor qualidade, comparado ao verdurão. As verduras identificadas no dia da pesquisa no estabelecimento de E.9 se assemelham muito ao aspecto das verduras comercializadas nas feiras. Em nada se parecem com a qualidade das verduras comercializadas pelos supermercados. Na Figura 14 é apresentado os produtos agrícolas da frutaria.

Ainda neste ponto foi indagado aos dois entrevistados se eles possuem barracas na feira e se vendem para os bolivianos. Essa pergunta foi efetuada, visto que, durante as entrevistas nas feiras foram observados alguns feirantes com o uniforme da frutaria, além da presença de representantes dos verdurões que abastecem a feira.

E.8 relatou que é proibido uma frutaria ou verdurão possuir barraca na feira. “Eu não tenho barraca, contudo eu vendo sim para os bolivianos revenderem na feira. Também tenho 5 brasileiros que vendem só frutas lá. Eles pegam as frutas comigo e me pagam quinzenalmente [...] as camisetas que você viu sou eu que dou para eles fazerem minha propaganda lá”.

E.8 também relata que vende para estabelecimentos comerciais bolivianos que se localizam na cidade de Puerto Quijarro. “O Bodeguita e outros restaurantes que tem por ali, sou eu que vendo as laranjas para eles. Contudo, eu não consigo levar os produtos até lá [...] é fácil sair do Brasil, mas quando chega ao pedágio deles, o policial me manda voltar. Daí são os empresários [bolivianos] que vem buscar aqui na minha loja e eles conseguem passar”.

Figura 14: Frutas comercializadas pela frutaria na cidade de Corumbá/MS.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Neste relato, observa-se o conceito de limites e as relações de poder existentes em territórios fronteiriços. Conforme levantado no referencial teórico desta dissertação, Machado (1998, p.6) já apresentara o moderno conceito de Estado, "onde a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização". Machado (1998) apresenta diversos elementos para o Estado manter a sua soberania e, neste relato de E.8, observa-se o elemento "uso da força física". Não que tenha algum tipo de agressão ou violência, mas o uso da força para fazer os comerciantes voltarem para o Brasil. Assim, o termo limites deve ser considerado, afinal são nas linhas de fronteira que acontecem os ritos de passagem; neste caso um rito para o comércio, onde se movem produtos e pessoas, em deslocamentos orientados para destinos localizados fora de tais áreas.

E.9 respondeu, diretamente, que não possui barracas na feira, contudo apresentou o seguinte relato: "Não tenho barraca na feira, mas tenho um vendedor que trabalha para mim lá. Ele ganha 12% de tudo que é vendido [...] eu também vendo para bolivianos, eles passam aqui que já é a rua que vai para a fronteira, param e pegam os produtos".

A fala de E.8 representa o argumento de diversos entrevistados, que pode ser resumido em uma frase: “os bolivianos podem entrar e fazer o que quiser aqui no Brasil, nós não podemos entrar e nem fazer nada lá”. Observa-se, contudo, que não é necessário atravessar para fazer as coisas lá. Esse sentimento com relação à fronteira foi elucidado por Grimson (2000), ao afirmar que “nas fronteiras a tensão entre legalidade e ilegalidade é parte construtiva da vida cotidiana”. E.9 também expõe um ponto de vista de diversos entrevistados, evidenciado por Costa e Oliveira (2014, p.10) que se refere a práticas ilegais na fronteira: “o fato de as pessoas não considerarem ilegais algumas práticas não quer dizer que elas não o sejam” (COSTA e OLIVEIRA, 2014, p.210).

As duas últimas perguntas referem-se às dificuldades que os verdurões e frutarias possuem para comercializar FLV e como eles enxergam à participação do boliviano nas feiras da cidade. Com relação às dificuldades, ambos relatam o mesmo que os supermercados: a logística, os impostos e o calor da cidade. Por serem menores que os supermercados, eles sentem mais a concorrência dos bolivianos, por isso, quando perguntados “como eles veem a participação do boliviano nas feiras da cidade”, ambos relataram que “trata-se de uma concorrência desleal, visto que os bolivianos não pagam impostos” (E.8).

E.9 informa gostar muito dos bolivianos e “quanto mais gente melhor até para os consumidores”. Apesar do posicionamento anterior, E.8 diz que é a favor da participação dos bolivianos nas feiras da cidade e afirma:

> Eu não me importo com o que eles trazem para vender não. Eu também vendo para eles. Eles não trazem tudo de lá e compram muito aqui no Brasil, o problema é que eles não pagam impostos como eu pago. Exemplo, quando eu compro a pokan de São Paulo, eu tenho que colocar ICMS e o frete no preço do meu produto. Eles não.

E.8 finaliza suas considerações expondo que para Corumbá é muito importante à presença dos bolivianos. “Tirar é complicado, regularizar é a melhor coisa. Se tirassem os bolivianos seria trágico. O que precisa é a prefeitura criar um prédio ali na fronteira e dizer olha, se o produto vir da Bolívia nós teremos que tributar, vocês precisam pagar alguma coisa”.

Referente à opinião dos entrevistados sobre a participação dos bolivianos na feira, fica nítida a percepção da legalidade versus ilegalidade. Talvez por serem empresários e sentirem os efeitos diretamente no bolso [por meio do pagamento de impostos], o tema “legalidade” era uma constante na fala dos entrevistados e que será discutido no subcapítulo 3.5 desta dissertação.

O território fronteiriço da cidade de Corumbá/MS é o local onde ocorrem às relações de poder e onde, baseando em Castells (2008), tem-se a identidade socialmente construída e

repleta de significados para a sua gente. Destarte, no ir e vir dos bolivianos; no reconhecimento da importância dos bolivianos para cidade e, ao apoiar a não retirada dos bolivianos das feiras livres da cidade, observa-se o sentido da fronteira vivida em seu significado mais amplo para a sociedade: o sentido de "vivência" (fronteira vivida) e a identidade com o território.

3.3. As feiras livres de Corumbá/MS.

De onde vêm os produtos comercializados nas feiras livres deste território fronteiriço? Uma pergunta ampla e que espicaça a curiosidade de muitas pessoas. Há de se relatar que, com uma pergunta chave dessas, a primeira imagem que chama a atenção são as caixas que servem para carregar os produtos comercializados na feira. Na lateral destas caixas há uma identificação dos fornecedores, tais como Ceasa/SP; Box Real/Campo Grande; Frutarias Karine/Campo Grande; Panoff, Dunga e Cabral, todos de Corumbá, dentre outros que já aparecem até desbotados (Figura 15).

Figura 15: Caixas utilizadas no carregamento de produtos da feira livre de Corumbá.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Por vezes, as caixas são utilizadas como suporte de exposição dos produtos (Figura 16). Contudo, alguns fornecedores não têm caixas personalizadas, entregando seus produtos em caixas de papelão (reaproveitadas) ou sacos de estopas. Temos aí mais uma gama de fornecedores: sítios de Miranda/MS, supermercados e verdurões da própria cidade de Corumbá, assentamentos de Corumbá (Taquaral, Tamarineiro I e II, Urucum, São Gabriel, Paiolzinho), assentamento 72 de Ladário, produtores da área urbana de Corumbá, produtores da zona rural de Puerto Quijarro, fornecedores de Goiânia e São Paulo e fornecedores de Santa Cruz de La Sierra, que por sua vez, compram na própria Bolívia e/ou importam da Argentina, Chile e China.

Figura 16: Materiais utilizados por produtora rural para transportar e expor seus produtos na feira

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Nas próximas páginas serão apresentados os resultados das pesquisas realizadas dentro das feiras, indicando de onde vêm os produtos comercializados. Pela feira de Corumbá/MS apresentar uma característica muito específica de comercialização, que vai além do FLV, inicialmente será apresentada a história da feira livre de Corumbá/MS, seguindo pela caracterização dessa feira e, fechando, com a explicitação de como ocorre à comercialização das FLV nas feiras livres da cidade. Isso se faz necessário para se entender como surgiu e

como foi organizado o território da feira livre, visto que a mesma já passou pelo efeito da TDR, exposto anteriormente, além de ser palco de identidade da população local.

3.3.1. A história da feira

A origem das feiras livres no mundo não é um consenso entre os pesquisadores. Santos e Oliveira (2012, p.2) descrevem que "na Idade Média pela Europa, Oriente Médio e Ásia haviam mercados organizados em espaços fechados, como bazares, ou a céu aberto, como as feiras". Contudo, Braudel (1998) sinaliza para estudos que afirmam a existência de feiras em 500 a.C. no Oriente Médio. Em outra direção, Melo e Costa (1995) defendem que o surgimento das feiras ocorreu a partir da Idade Média, relacionadas às festividades religiosas, visto que, a palavra "feira" (latim *aequus*) significa "dia santo" ou feriado. Independente de qual linha histórica seguir, fato é que as feiras surgiram dos excedentes de produção, a partir do momento em que o homem passou do modo de vida nômade a sedentário.

Para Vieira (1980, p.28), "as feiras livres são consideradas fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidadas na Idade Média entre Gregos e Romanos". Santos e Oliveira (2012) apontam que o Brasil registra atividades em feiras desde o período colonial, especialmente para comercialização de escravos, de gêneros alimentícios, artefatos em geral, tecidos, especiarias e víveres.

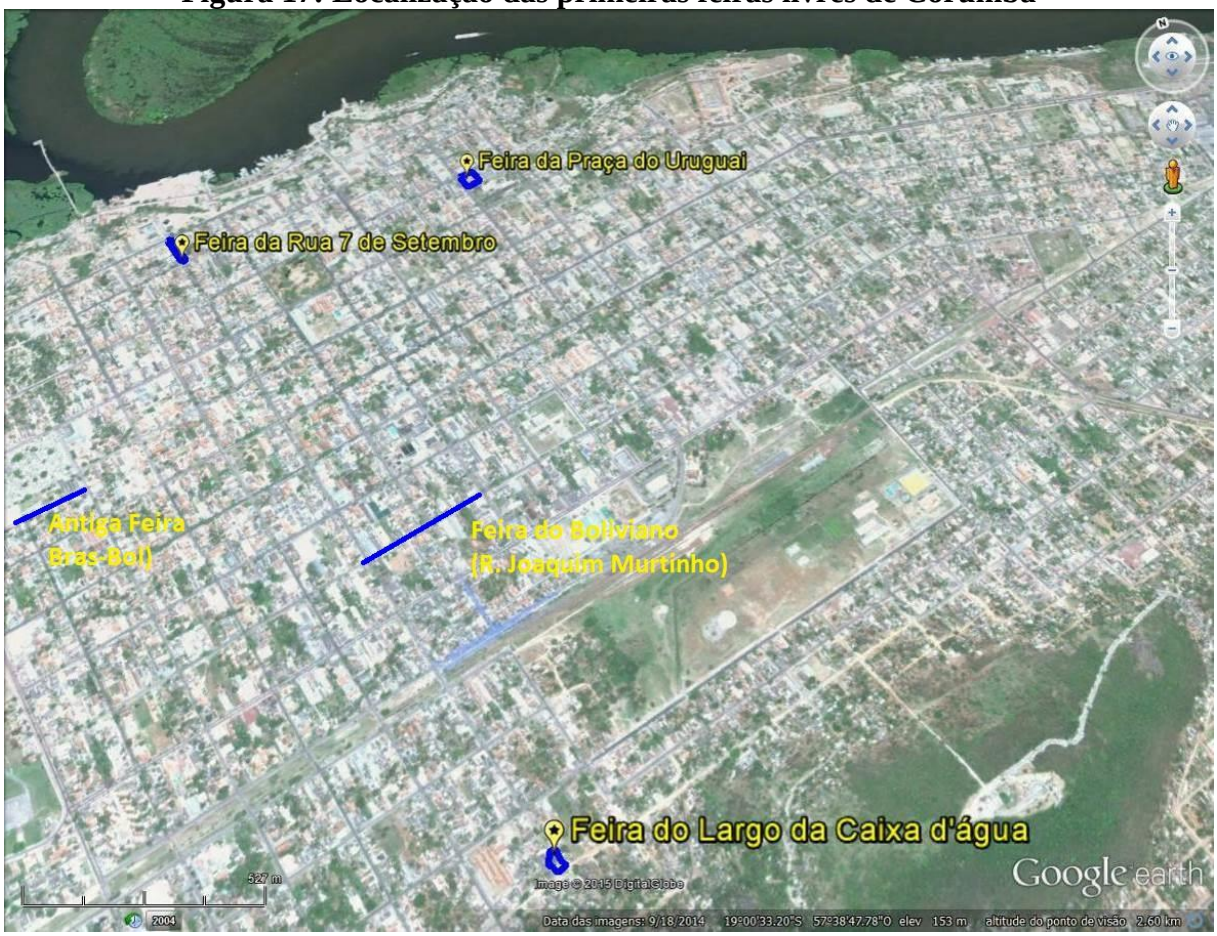
No Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Santos e Oliveira (2012, p.5), a origem das feiras livres (que se tem registro) remete ao período entre 1924 e 1926 quando "colonos de Terenos levavam, nos fins-de-semana, carroças com produtos plantados para venderem nas feiras livres de Campo Grande".

Em Corumbá, foi a partir do Projeto-Lei – Ato nº37 de 12 de junho de 1943 que começa a ser discutida a criação da feira livre. Este projeto previa que a feira fosse realizada na Praça da República. Contudo, somente em 05 de maio de 1952 é que a Câmara Municipal consegue consolidar todas as providências necessárias para a criação da feira, com a aprovação da Lei Municipal n° 058, de 05/5/1952. Não há registros na Câmara Municipal do porque a feira livre, mesmo aprovada em 1952, só inicia em 03 de maio de 1959, pois segundo o jornal A Tribuna (Edição n°17.731 de 3/5/1960), a primeira feira livre de que se tem notícia surgiu em 03 de maio de 1959. Nesta edição do jornal são evidenciados o êxito e a aceitação da feira por parte dos moradores locais.

Ao analisar a Lei Municipal n° 058, de 05 de maio de 1952, em seu art. 2°, fica especificado que a organização e a localização da feira será determinada pela Prefeitura

Municipal. Segundo o jornal A Tribuna (Edição n°17.731 de 3/5/1960) e as entrevistas realizadas com 3 moradores das cidades e com funcionários da Câmara Municipal, a feira, em 1959/1960, acontecia em três pontos da cidade: a Praça Uruguai, o Largo da Caixa d'Água e a rua 7 de setembro entre a rua Delamare e a Avenida General Rondon (Figura 17). De autoria do vereador Geraldino Martins de Barros, foram nove anos de luta até a Lei ser sancionada pelo Prefeito Municipal Lucílio Medeiros. Os agricultores entendiam "que só com a instituição de uma feira livre poderiam encontrar o local ideal para a distribuição do produto de seus trabalhos a justo preço" (Jornal A Tribuna, n° 17.731).

Figura 17: Localização das primeiras feiras livres de Corumbá



Fonte: Trabalho de Campo. Google Earth. Image © 2015 DigitalGlobe.

Em acordo com Silva (2003), a feira livre de Corumbá, em 1959, contava com 133 feirantes no domingo. A feira concentrou, na época, grande número de pessoas nos dias de funcionamento, tendo em vista a possibilidade para a aquisição de gêneros de primeira necessidade por menor preço. Essa atividade incentivou a produção de verduras, legumes, frutas e outros produtos, favorecendo, então, a melhoria da qualidade de vida da população local.

Com o passar dos anos, o número de feirantes foi aumentando. Silva (2003) indica os seguintes fatores que possibilitaram tal crescimento:

- ✓ O avanço tecnológico e industrial da cidade;
- ✓ O aumento populacional de 38.734, em 1950, para 59.556, no início da década de 1960;
- ✓ A expansão dos bairros;
- ✓ O excedente de mão de obra e;
- ✓ O enfraquecimento do comércio devido aos altos impostos e pressão dos fiscais.

A partir da pesquisa nas edições do jornal A Tribuna e do trabalho de Silva (2003) é possível compreender que, com o tempo, os feirantes perceberam que apenas algumas pessoas eram privilegiadas com a atividade concentrada em pontos desfavoráveis. A maioria da população, e mesmo aquela de baixa renda, era obrigada a comprar as mercadorias em lugares mais próximos, por vezes mais cara, quando poderiam ser adquiridas na feira. A mudança da feira para os bairros foi difícil, já que vários comerciantes e representantes locais estavam insatisfeitos com as mudanças por entender que prejudicariam suas atividades. A descentralização da feira livre de Corumbá foi conquistada devido à pressão de presidentes de bairro, fazendo a gestão municipal repensar o ordenamento da feira livre, ampliando para locais que pudessem atender um número maior de pessoas, gerando, assim, mais possibilidades de renda para os feirantes.

Silva (2003, p.34) corrobora isso com a seguinte conclusão: “podemos dizer que a feira livre é uma atividade histórica dentro da cidade de Corumbá/MS, por existir há mais de quatro décadas, fazendo assim, parte do cotidiano da população local”.

Cabe destacar que poucos estudos retratam, exatamente, a época em que os bolivianos começaram a fazer parte da feira livre de Corumbá. Silva (2003) destaca que na década de 1950, com o livre acesso dos bolivianos à cidade de Corumbá/MS, foi criada a primeira feirinha boliviana (conhecida como Feira do Boliviano), localizada na Rua Joaquim Murtinho, (Figura 17) vindo a fechar em 1990. Após o seu fechamento, os mesmos começaram a se infiltrar nas feiras livres da cidade, abertas a qualquer pessoa que quisesse participar. E, assim, os bolivianos começaram a competir com os feirantes brasileiros dentro da feira livre local.

Segundo estudos de Amaral e Oliveira (2010), no final dos anos 1930, durante o governo Vargas, inicia-se o compromisso acordado entre o Brasil e a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis (1903), no que tange a vinculação férrea entre Corumbá (Brasil) e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia). Os autores ressaltam que até os anos 1970, Corumbá e Puerto Suárez só

faziam comunicação através de linha fluvial do canal do Tamengo. A construção da estrada de ferro foi de grande valia para Corumbá e para Puerto Suárez. Contudo, a priori, não agilizava a comunicação entre as urbes fronteiriças. Corumbá e Puerto Suárez ainda se mantinham distanciadas. Apenas em 1971, quando iniciativas locais de ambos os lados se empenharam em construir uma estrada que pudesse facilitar a comunicação, é que a distância entre as cidades foi superada. Além da estrada de terra, os autores destacam a importância da construção da ponte sobre o arroio (que serve de limite natural entre os países) e o quanto esse empenho deu pujança aos relacionamentos comerciais.

Outra referência valiosa sobre a participação dos bolivianos nas feiras livres de Corumbá foi encontrada durante a entrevista com consumidores da feira. E.10 informou que durante a infância e adolescência morava na rua Joaquim Murtinho, onde ocorria a Feira do Boliviano. Em sua narrativa:

> O trem chegava terça e quinta e vinha abarrotado de mercadoria, muita verdura. A Feira do Boliviano era lotada de gente. Todos carregavam as suas cestas de palha, não tinha sacola, nem carrinho. Essa estrada que leva para a Bolívia ainda não existia [...] a feira formada só por brasileiros, que eu ia, era lá na frente do Mercadão [Praça do Uruguai], e lá não tinha bolivianos. Essa Feira do Boliviano, me recordo bem, acabou lá pelo no início de 1990, 1991.

Essa informação confirma a presença dos bolivianos desde os primórdios da feira, mas também a separação dos feirantes brasileiros. Contudo, isso não inibia a presença dos consumidores. Outra fonte valiosa é de E.11, que há 50 anos é feirante. Conta que já atuou nas feiras livres de Corumbá desde seus primórdios de institucionalização, conforme relato, a seguir:

> Sou a feirante mais antiga e a única, aqui, da minha época que ainda atua na feira. O resto ou não vem mais, como meu marido, ou já morreram [...] Comecei na feira livre lá na Praça do Uruguai. Já tive barraca no antigo Mercadão Municipal, porém, o que sempre gostei foi de ficar perto dos bolivianos. Larguei tudo e eu participei da Feira do Boliviano, junto com meu marido (boliviano). Lá vendíamos linguiça, mortadela, charque, doce, queijo e muito leite. Quando fecharam, nós também fomos para a feira das ruas. Hoje eu só vendo rapaduras de diversos tipo e queijo. Mas nem produzo. Compro o queijo aqui nos sítios e a rapadura eu trago de Miranda. Eu não posso ficar parada, venho para me distrair e ocupar meu tempo. Se eu parar eu morro. E se a prefeitura fechar a feira como tão falando, também morro.

E.12, funcionário da Prefeitura Municipal de Corumbá, deixa evidente que em 1991, quando foi promulgado e entrou em vigor o Código de Posturas do Município, ocorreram modificações na tentativa de implantar um programa de ordenamento territorial. Uma delas foi o fechamento da Feira do Boliviano, com reflexos em outros setores da cidade, conforme descreve:

> Essa Feira do Boliviano foi fechada em 1991, devido à pressão dos comerciantes da cidade [...] mas as autoridades locais não atentaram que muitos dos bolivianos acabaram nas feiras livres do município, tal qual aconteceu agora. Fecharam à feira Bras-Bol e muitos comerciantes da feira Bras-Bol invadiram a feira livre [...] além

> de invadirem a feira livre, na época, alguns feirantes tomaram conta das ruas da cidade, além da Feira do Camelô que acontecia na Praça da República.

A Praça da República, localizada no centro da cidade de Corumbá/MS, foi o principal ponto de concentração dos camelôs, no início da década de 1990 e de alguns bolivianos. Contudo, E.12 aponta que:

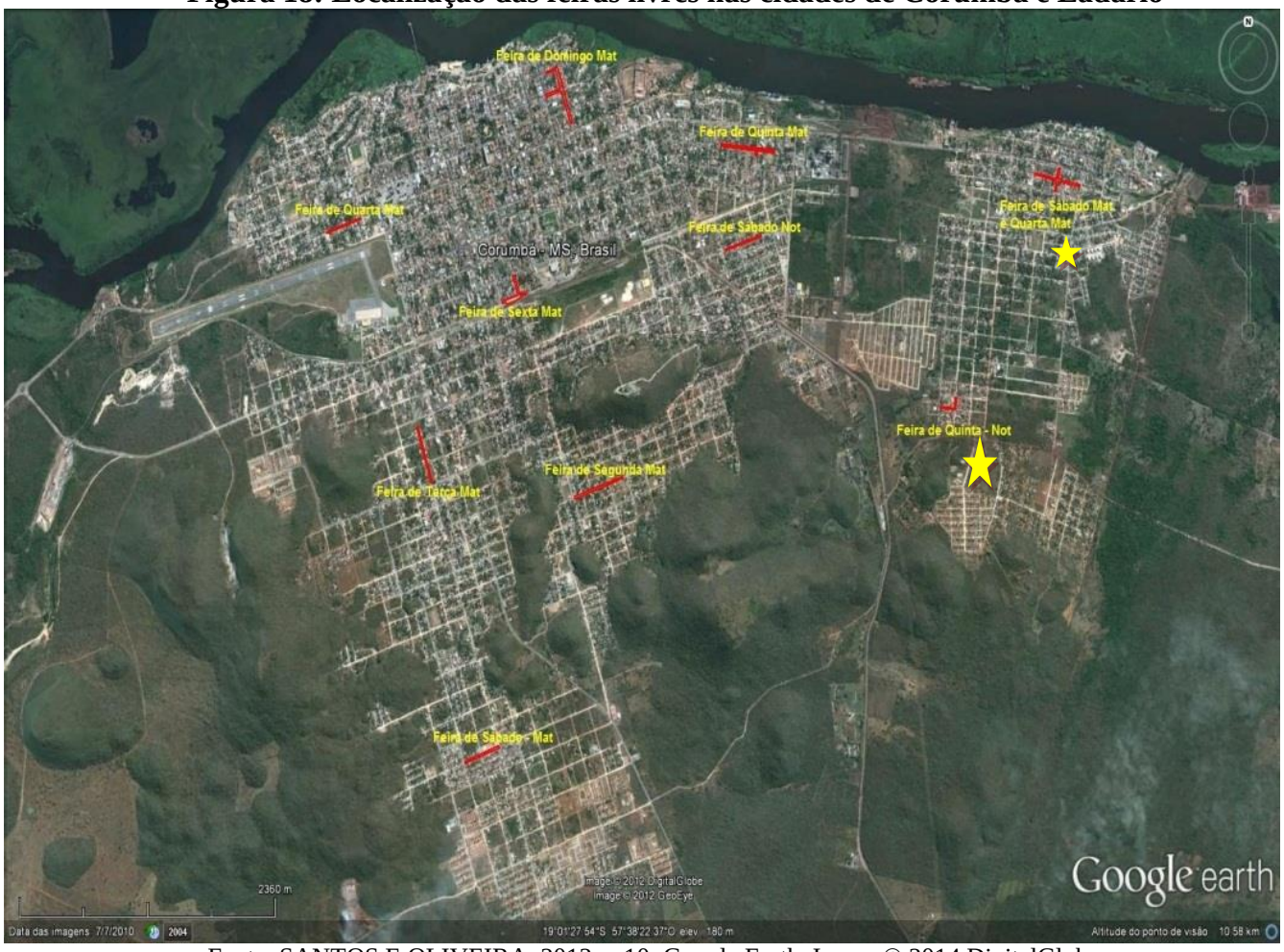
> Novas reinvindicações, por parte dos comerciantes locais, foram surgindo e os camelôs (brasileiros e bolivianos) foram retirados dali em 1995, quando foi criada a Feira Bras-Bol, cuja proposta inicial, era a comercialização de artesanatos da região do Pantanal e da Bolívia.

A ação de fechamento, pela Prefeitura Municipal, da Feira do Boliviano, bem como da Feira Bras-Bol (Figura 17) em maio/2013, tiveram os mesmos efeitos. Sem um ordenamento territorial eficiente, com clareza de realocação dos comerciantes/feirantes informais sempre haverá efeitos colaterais e novas territorialidades no espaço urbano. Isso porque é próprio do sistema capitalista a (re)elaboração de esquemas de comercialização e circulação do capital.

Atualmente, as feiras livres de Corumbá/MS ocorrem todos os dias espalhadas por diversos bairros da cidade, conforme apresentado na Figura 18.

Através das análises históricas foi possível constatar que as feiras livres, baseados em Raffestin (1993) são verdadeiros atores sintagmáticos que produzem territórios. Ano após ano, década após década, as feiras livres foram se moldando (formando o território) e se remodelando (por intermédio de mudanças, fechamentos abruptos e de novas ligações). Nessa remodelação, tem-se o fenômeno da TDR, vista por Saquet (2013), como o processo de criação de territórios e que estes seriam representados pela territorialização, a sua destruição (nem que seja provisória) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização. Assim, as feiras livres de Corumbá foram surgindo, se desenvolvendo e ressurgindo, ganhando o corpo e a forma que possuem até o momento.

Figura 18: Localização das feiras livres nas cidades de Corumbá e Ladário



Fonte: SANTOS E OLIVEIRA, 2012, p.10. Google Earth. Image © 2014 DigitalGlobe.

★ Feiras livres da cidade de Ladário/MS.

As feiras de Corumbá/MS ocorrem concomitantemente com as feiras de Ladário/MS, visto que os feirantes se dividem entre as duas feiras das cidades. Presente há mais de 50 anos neste território fronteiriço, as feiras ganharam tantas características próprias que há necessidade de se caracterizá-la, para então, entender como ocorre à comercialização de produtos agrícolas nas feiras livres de Corumbá/MS.

3.3.2. Caracterização da feira livre da cidade de Corumbá/MS.

Mas o que se vende nas feiras livres? Originalmente, deveria ser um espaço de comercialização do excedente de produção da agricultura familiar. Souza (2010, p.27) afirma que as feiras são uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico, social e cultural, “facilitando o escoamento da produção familiar, comercializando alimentos com preços reduzidos, valorizando a produção artesanal, promovendo a integração social e preservando hábitos culturais”.

Sato (2007, p.97) destaca que “as feiras de diferentes bairros exibirão feições diferentes, pois elas se fazem com características do lugar”. Sato conclui que as cores, as formas e as texturas encontradas nas feiras, altamente exploradas pelos feirantes, são um chamariz que ajudam na hora da venda. “Cada banca se apresenta como uma verdadeira e virtuosa vitrine, que deve ser somada a uma boa performance do feirante ao anunciar seus produtos” (SATO, 2007, p.97). Contudo, as feiras livres de Corumbá são, além disso, um verdadeiro ponto de encontro da população fronteiriça.

> A fronteira, como qualquer outro espaço geográfico ocupado, usado como território, é constituído por elementos diferentes [...] o território corumbaense é palco, também de territorialidades de bolivianos fronteiriços, especialmente nas feiras livres, majoritariamente dominada por eles (COSTA, 2011, p.136).

Antes de se relatar quais os produtos agrícolas comercializados nas feiras livres da cidade de Corumbá, há necessidade de se caracterizar o que são estas feiras, visto que houve o desvirtuamento da lógica de sua criação. Onde, originalmente era para serem vendidos produtos agrícolas, também são encontrados produtos piratas, muitas roupas, plantas, brinquedos e outros artefatos. Além de tudo isso, a feira de Corumbá ainda comercializa carne bovina e suína (das quais não foram identificados à procedência das carnes) e muita comida, que por vezes, passa a caracterizar a feira como uma verdadeira quermesse. A população aprecia esse tipo de comercialização ao ponto de surgir um verdadeiro ponto de encontro/identidade. Ali os bolivianos são presença generalizadas.

Essas particularidades que contextualizam as feiras livres da cidade de Corumbá precisam ser relatadas, visto que, podem gerar um verdadeiro entrave para a comercialização dos produtos agrícolas. Devido a esse desvirtuamento é que a participação dos feirantes bolivianos nas feiras livres da cidade passou a ser discutida pelo poder público local, principalmente em razão da pressão dos comerciantes brasileiros. Dessa forma, sem relatar como é caracterizada a feira livre da cidade, seria impossível propor qualquer parecer intervencionista visando à melhoria da comercialização dos produtos agrícolas.

Atualmente, a feira livre de Corumbá é regimentada pelo Decreto Municipal n°307, de 05 de julho de 2007, que regulamenta a organização e define dias e locais de funcionamento. Na pesquisa de campo foi constatado que as feiras livres de Corumbá cresceram sem nenhum planejamento/ordenamento. Extrapolaram os espaços definidos pelo referido Decreto, bem como subverteram a normativa de comercialização, com a inserção de produtos proibidos de serem comercializados. Saquet (2013, p.56) corrobora neste entendimento ao explicar que: “No deslocar-se pelo espaço [...] fica claro o movimento existente na desterritorialização e nas territorialidades: há fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder”.

Conforme Decreto Municipal n°307, de 05 de julho de 2007, estão autorizadas feiras livres todos os dias da semana na cidade de Corumbá (Figura 19). Espalham-se nos bairros mais populosos dessa cidade e, em todas elas, a maioria dos feirantes são bolivianos.

Figura 19: Dias e locais de funcionamento das Feiras Livres de Corumbá

Dias da Semana	Localização
Domingo	Bairro Centro – rua Ladário entre a rua Dom Aquino Correa, rua Tiradentes e rua Delamare.
Segunda-feira	Bairro Cristo Redentor – rua Paraná entre a rua XV e Antônio Maria Coelho.
Terça-feira	Bairro Popular Nova – rua Ciríaco Felix de Toledo entre a rua Dom Pedro II e rua Dom Pedro I.
Quarta-feira	Bairro dom Bosco – rua Cuiabá entre a Ciríaco Felix de Toledo e Jose Fragelli.
Quinta-feira	Bairro Universitário – rua Afonso Pena entre a rua Poconé e rua Eugênio da Cunha.
Sexta-feira	Bairro Aeroporto – avenida Wenceslau de Barros entre a rua XV de novembro e a rua 07 de Setembro.
Sábado	Manhã - Bairro Nova Corumbá – rua Rio Grande do Norte entre a rua Ciríaco Félix de Toledo e a rua Marechal Deodoro.

Fonte: Decreto Municipal n°307, de 05 de julho de 2007, adaptado pelo Autor.

O Decreto Municipal n°307 possui 38 artigos que, analisando seu funcionamento durante a pesquisa de campo, pode-se constatar que se tornou mais um "decreto de gaveta", ou seja, que não é seguido na prática do cotidiano. Inúmeras são as discrepâncias entre as regulamentações dispostas e a falta de aplicação real, que serão discutidas a seguir.

O Artigo 3° determina que "As feiras funcionarão entre as 6h às 12h, em todos os dias da semana" (CORUMBÁ, 2007). Na verdade, a cidade possui uma feira noturna, que ocorre aos sábados no bairro Maria Leite (das 18h às 23h). Existe fiscalização e conhecimento por parte da prefeitura, mas não juridicamente[13]. Por outro lado, invariavelmente, as feiras se estendem para além das 12 horas.

O Artigo 4° determina para os locais das feiras livres serem "expressamente proibido a comercialização de produtos pelos ambulantes e por caminhões carregados de produtos, excluindo-se os estabelecimentos comerciais existentes nos locais devidamente registrados no órgão municipal" (CORUMBÁ, 2007). Durante a realização desta pesquisa, em todas as feiras livres da cidade foram encontrados diversos caminhões carregados com frutas e verduras, numa concorrência direta com os feirantes. Constatou-se que existem caminhões/Kombi de mascates que vendem roupas, pastel/suco e plantas. Existem, ainda, bolivianos que fabricam

[13] Durante esta pesquisa foi identificado junto a funcionários da Prefeitura que a mesma irá regulamentar a feira de sábado à noite.

móveis de madeira, vendedores ambulantes de comidas típicas, lanches diversos, gelo em garrafa pet, sapateiro, relojoeiro e chip para aparelho celular. A Figura 20, referente à feira de domingo, permite visualizar do arranjo espacial da feira livre e de seu entorno (linha azul). Alguns comerciantes se posicionam estrategicamente em suas cabeceiras para aproveitar a localização (porta de entrada para quem chega à feira, ou possibilidade para o consumidor que deseja comprar um produto mais rapidamente, sem entrar na feira, representado pelo marcador vermelho).

Figura 20: Arranjo espacial da Feira livre de domingo em Corumbá

Fonte: Trabalho de Campo. Google Earth. Image © 2015 DigitalGlobe.

Esses comerciantes, além de estarem presentes na feira, infringindo o artigo 4. Também ignoram o artigo 5° que permite "a prática de comércio exercida pelos ambulantes e por caminhões carregados de produtos" numa distância de 600m das feiras (CORUMBÁ,

2007). Alguns caminhões se localizam dentro das próprias feiras (caminhão de pastel/suco e de móveis). Outros ficam mais afastados, não excedendo, contudo, 100m dos locais de feira.

Os seguranças contratados pela Associação dos Feirantes alegam conhecer essa normativa, porém entendem que o papel de fiscalização cabe à Prefeitura. E.13 explica: “Nós só cuidamos dos possíveis roubos, primeiros socorros e outros atendimentos que se fizerem necessários”.

O artigo 21° é o principal objeto de justificativa da Prefeitura Municipal para fechar a feira. Nele “Os feirantes deverão observar as seguintes prescrições: §6º Não comercializar produtos de origem estrangeira em desacordo com a Legislação Federal pertinente” (CORUMBÁ, 2007). A grande maioria dos produtos comercializados pelos feirantes infringe essa normativa, inclusive os agrícolas.

A participação dos feirantes bolivianos e sua forma de comercialização se tornaram símbolos pelos consumidores da feira e turistas (Figura 21 A e B). Tanto que em novembro de 2010, quando o gourmet Olivier Anquier, do programa de TV “Diário de Olivier” (Canal GNT), desembarcou na cidade para descobrir novos pratos, a primeira parada foi na feira livre da cidade. A presença dos bolivianos chamou tanta atenção de Olivier que escreveu em seu blog:

> Corumbá é o mais populoso centro urbano fronteiriço de todo o Norte e Centro-Oeste do Brasil [...] o local engloba 35% da área total do Pantanal [...] a primeira coisa que a gente repara é que os donos de barracas são todos bolivianos [...] a influência boliviana está em tudo na cidade; da cultura à culinária, a região é uma bela mistura de costumes. Descobri que além da Bolívia, há influências paraguaias. A Guerra do Paraguai e a localização às margens do rio trouxeram pratos diferentes e inusitados, como a "sopa paraguaia", feita com fubá de milho, cebola e leite; e a "*chipa*", com mandioca e leite (ANQUIER, 2010).

São mais de 50 anos da presença boliviana nas feiras livres de Corumbá, sendo as regulamentações de funcionamento das feiras livres criadas e não cumpridas nesse contexto. Diante disso cabe questionar: é a norma que está fora de lugar ou é o lugar que está fora da norma?

Não se sabe ao certo quantos feirantes atuam nas feiras livres. O número de cadastrados não foi informado pela CAC – Central de Atendimento ao Consumidor (órgão da Prefeitura Municipal de Corumbá responsável pelo cadastro dos feirantes). Segundo o presidente da Associação dos Feirantes, esse número pode chegar facilmente à casa dos 400 feirantes, visto que na feira são encontrados feirantes cadastrados, sem cadastros, os sazonais e os remanescentes da Feira Bras-Bol. Além disso, esse quantitativo é ampliado por ocasião de festividades tradicionais. Essa constatação empírica é reforçada nas falas de E.14.: “mais do que no Natal, na Semana Santa, o número de feirantes aumenta de forma impressionante

[...] o volume de vendas é tão grande que os produtos vindos de Santa Cruz chegam de avião [no aeroporto de Puerto Suárez] para dar conta do recado".

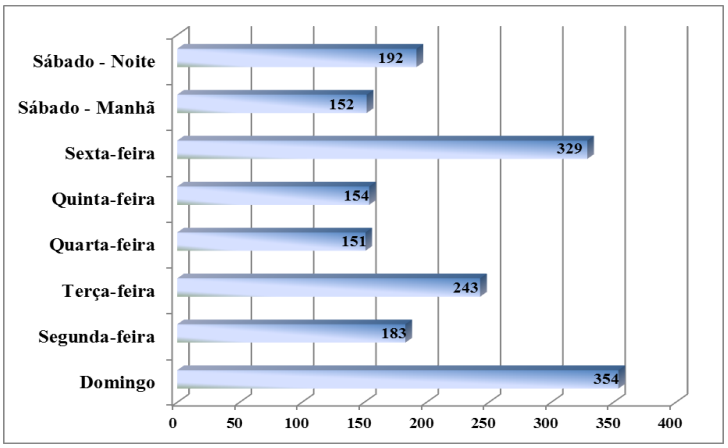
Figura 21: Presença dos bolivianos comercializando na feira livre de Corumbá/MS

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Durante a pesquisa de campo percebeu-se que o quantitativo de feirantes é bastante variável (Figura 22). É maior aos domingos e às sextas-feiras e menor nas quartas-feiras quintas-feiras e nos sábados. Na quarta-feira e no sábado pela manhã as feiras livres de Corumbá e de Ladário ocorrem concomitantemente. Vale destacar que os feirantes se dividem entre ambas as cidades. Foram contabilizados 151 feirantes em Corumbá e 154 em Ladário na quarta-feira. No sábado haviam 152 em Corumbá e 196 em Ladário. Portanto, quantitativos superiores a 300 feirantes nesses dias da semana.

São números superiores aos encontrados no mês de maio de 2013, na feira livre de domingo em pesquisa desenvolvida pelos professores do curso de Ciências Contábeis (UFMS/CPAN - 2013), organizada por Jorge Pinto (2013). O grupo identificou 302 feirantes. Assim, em pouco mais de um ano entre uma pesquisa e outra foi observado um aumento de 52 feirantes. Nas duas feiras de maior concentração (sexta-feira e domingo) dos feirantes, 58,3% são bolivianos. Dos 276 feirantes (dentre os 302 contabilizados) que participaram da pesquisa organizada por Pinto (2013) foram encontrados 161 bolivianos, 110 brasileiros, 1 argentino, 1 chileno, 1 libanês e 1 marroquino.

Figura 22: Número de feirantes presentes nas feiras livres de Corumbá



Fonte: Trabalho de campo, dez/2014.

Cabe observar que o número de feirantes pode ser bem maior, visto que em uma mesma barraca pode existir mais de um feirante (um cadastrado e outro não), conforme observado na pesquisa de campo. São as chamadas relações de *compadre*[14]. O feirante cadastrado empresta um pequeno espaço em sua barraca para o *compadre* vender, sendo possível, pela técnica da observação, estimar um incremento de 20% ao número total de feirantes.

3.3.3. A comercialização de FLV nas feiras livres de Corumbá/MS.

Como contextualizado, a comercialização nas feiras livres de Corumbá/MS ocorre por meio dos bolivianos e brasileiros que diariamente se reúnem criando este ponto de encontro por meio das feiras livres da cidade.

Neste cenário, os agricultores feirantes não veem a presença de comerciantes de outros produtos como um problema. Ao contrário, percebem neles uma razão a mais para atrair pessoas até feira livre e, consequentemente, ampliar as possibilidades de exposição de seus produtos. E.15. confirma essa condição com a seguinte argumentação:

> Se fosse só para comprar frutas, legumes e salsinha, vocês não viriam até a feira... comprariam tudo no supermercado que, às vezes, é até mais barato e ainda pagariam com cartão de crédito. As pessoas que vem aqui também querem ver roupas, lanchar, passear, e daí já leva nossa cebolinha, batata.

E.16, que atua, também, na feira livre da cidade de Ladário, aponta que aquela Prefeitura tentou concentrar o espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, fato que foi imediatamente rechaçado pelos feirantes. No seu depoimento ele informa que:

[14] Popularmente, a palavra é usada afetuosamente em relação a amigos, vizinhos, familiares, significando uma pessoa amiga e camarada. Disponível em: http://duvidas.dicio.com.br/compadre-ou-cumpadre/ Acesso em 05 de jan. de 2015.

> Em Ladário, a prefeitura destinou um espaço de 20m corrido para ficar só os produtores rurais, sem misturar com os outros feirantes. Essa decisão não foi aceita por nós, porque a concorrência seria maior... vendemos os mesmos produtos. O legal é o cliente vir ver uma roupa... do lado ele já compra o melão e assim vai fazendo sua feira, passeando e comprando. Outro motivo para nós não fazer o enfileiramento dos 20m que o prefeito sugeriu, é que os clientes já sabem onde fica nossa barraca... se mudar ele não vai achar a gente. Tem vez que ele nem se lembra da nossa cara e marca a nossa barraca pelo poste, pela casa, arvoredo.

A fala de E.16 se aproxima dos ensinamentos de Kotler (2000), para quem a ambientação é fator chave para se alcançar as metas organizacionais e que uma boa orientação para as vendas pode ser importante fator de fidelização dos clientes, garantindo seu retorno. Fica evidente que os feirantes defendem que o conjunto de produtos oferecidos nas feiras funciona como um diferencial e o arranjo das bancas (ou barracas) como uma força de venda.

Na feira livre de domingo, dos 354 feirantes encontrados, 96 comercializavam produtos de origem agrícola, enquanto 258 comercializavam outros tipos de produtos, como roupas, brinquedos, comidas, utensílios domésticos, produtos de secos e molhados, lanches, chips e capas para celular, dvd/cd pirata, ambulantes com bebidas e carnes[15].

A feira livre de sábado à noite tem outra dinâmica. Dos 192 feirantes, apenas 25 comercializavam produtos agrícolas, contra 167 feirantes que vendiam outros tipos de produtos. São, verdadeiramente, locais de lazer e ponto de encontro. As famílias vão mais para passear/lanchar e fazer compras de roupas do que para adquirir produtos agrícolas. Nesse sentido, E.17, carioca e residente na cidade há 3 anos comenta: “Ah, você sabe, né? Corumbá não tem shopping [...] daí eu sempre venho passear aqui na feira de sábado, lanchar”. Outro consumidor faz alusão à mudança de estratégia de consumo após o fechamento da Feira Bras-Bol: “Depois que acabaram com a feira Bras-Bol eu sempre venho comprar roupas e presentes aqui na feira de sábado à noite. É melhor do que ir a Bolívia, que dá mais trabalho” (E.19)

Sato (2007, p.98) aponta que as feiras livres configuram-se como uma verdadeira rede de relações sociais. “A rede faz-se do acompanhamento dos acontecimentos por todos e o olhar é um importante sentido”. Baseado em Sato (2007) pode-se dizer que a feira é o local que concentra diversas peculiaridades e, por isso, deve ser compreendida como um lugar contínuo, onde há a presença da negociação, do comércio, da rotatividade de pessoas e de infinidades interesses dentro de um mesmo contexto organizacional.

As feiras noturnas funcionam como uma verdadeira quermesse, um espaço onde as pessoas podem passear, ouvir música e fazer diversos tipos de lanches. A venda de roupas e

[15] Em todas as feiras foram encontrados os mesmos 3 feirantes comercializando carne. Nenhum deles é produtor rural. Eles sinalizaram que compram a carne em sítios e abatedouros da cidade e revendem na feira. Também não informaram a certificação da origem da carne.

brinquedos se sobressai. A quantidade de barracas que vendem frutas, legumes e verduras é irrisória. Dentre os produtos agrícolas comercializados estão: frutas, legumes, verduras, leite, queijo, doces, ovos, remédios naturais[16] e adubos orgânicos.

Percorrendo a feira livre é possível encontrar uma verdadeira polissemia social. Durante toda a semana, diversas ruas são tomadas por inúmeros brasileiros e bolivianos que formam um relacionamento social único. A feira é significativa na vida da cidade, a ponto da Associação dos Feirantes, em parceria com o IPHAN, iniciar um processo para tombamento da feira livre de Corumbá, reconhecendo-a como patrimônio histórico e cultural da cidade (Informação oral – E.14). Dada às suas características fronteiriças, esta feira foi tema do programa Mais Você[17], exibido no dia 06 de janeiro de 2015, que retratou suas particularidades e seus pratos culinários.

Como visto dois programas de televisão (Olivier/GNT e o Mais Você/Globo), em intervalo menor do que um ano, vieram conhecer as particularidades/atratividades da feira livre de Corumbá. Ao interpretá-la para além da função econômica e considerar a sua função social e cultural, tem-se aí um grande potencial turístico que precisa ser melhor trabalhado. Nota-se portanto, que toda essa extensão da fronteira entre Corumbá/Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia traz muitos benefícios que devem ser explorados visando à integração e desenvolvimento dos países vizinhos, tal como o compartilhamento do turismo na feira livre.

Ao caminhar pelas feiras, em um mesmo espaço, é possível encontrar um feirante vendendo queijo minas ou a típica rapadura nordestina feita da cana. Mais adiante, encontramos um balde grande com *chicha* ou *mocochinchi*[18], além é claro, de um cesto de *cuñape e salteña;* e diversas rodas de tereré. O relacionamento dentro desse espaço ocorre num verdadeiro frenesi. Tal evidência constatada nas visitas as feiras livres podem ser observadas nas figuras expostas neste trabalho. Na Figura 22 desta dissertação é possível ver a multiplicidade do comércio nas feiras livres: frutas, legumes, verduras, roupas, salgados, etc. A integração sociocultural nos territórios fronteiriços favorecem o turismo. Na Figura 23 tem

---

[16] Remédio natural foi computado como produto agrícola porque, das barracas encontradas, os feirantes eram assentados rurais e os mesmos produziam os remédios, ou colhiam na mata. São conhecidos com mateiros. Nenhum remédio foi comprado de laboratório.

[17] Na Estrada, quadro do programa Mais Você – Rede Globo. Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/mais-voce/t/programas/v/conheca-feira-tradicional-do-pantanal-onde-se-encontra-de-tudo/3874343/ Acesso em 07 de jan. de 2015.

[18] Chicha é uma bebida fermentada a base de milho e outros cereais (como amendoim) produzida pelos povos indígenas da Cordilheira dos Andes e da América Latina em geral, desde a época do Império inca.
Mocochinchi é uma bebida refrescante típica da gastronomia boliviana produzida com suco feito de pêssego descascado e desidratado.
Cuñapé é um biscoito feito de queijo e farinha de mandioca. É tradicional na região Oriente da Bolívia.
Salteña é uma espécie de torta boliviana, suculenta e recheada com carne de frango (ou outros tipos de carnes), ovos, especiarias e outros ingredientes, cozido, típico da cozinha popular boliviana.

a comercialização de FLV (1), de roupas e acessórios (2); de comidas típicas bolivianas (3); e de cervejas, produtos para o lar e *petshop* (4).

Figura 23: Multiplicidade do comércio nas feiras livres de Corumbá/MS

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

O fenômeno migratório (aqui caracterizado pelo ir e vir do boliviano para comercializar nas feiras livres de Corumbá), em alguns casos, torna-se contraditório aos olhos dos moradores locais, bem como, do governo municipal, visto que, "aos olhos de muitos, proporciona uma diminuição do trabalho nacional, onde o outro se torna competitivo e indesejável" (CAVALCANTE, 2014, p.7). Contudo, o compartilhamento sociocultural e a própria fala dos feirantes e demais entrevistados, sobre a não retirada dos bolivianos das feiras, já demonstra que é um atrativo para a cidade. O turismo pode promover a integração entre os países proporcionando mais alternativas de emprego e renda para as comunidades que vivem na fronteira. O que falta é um verdadeiro ordenamento territorial nas feiras livres de Corumbá.

Se a agricultura familiar e as feiras possuem esse outro papel, além do econômico, de preservar os hábitos culturais, faz-se necessário um estudo mais profundo nas identidades culturais e na multifuncionalidade da agricultura, conforme expos Schneider (2003, p.23).

> A multifuncionalidade é compreendida como o cumprimento de um papel pela agricultura de funções além daquela produtiva. Questões culturais, preservação da tradição, da paisagem, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável são os elementos que agregam valor à atividade agrícola [...] a produção de bens agrícolas e não agrícolas, que mantêm identidade com o território onde são produzidos, também são elementos compondo o mosaico da multifuncionalidade.

Souza (2010) indica que tanto Puerto Quijarro quanto Puerto Suárez, apesar de não possuírem atividades agrícolas expressivas, a agricultura familiar se faz presente, onde se destaca o cultivo do milho, do feijão e da mandioca. São produções de subsistência com excedentes comercializáveis, juntamente com as frutas e hortaliças, nas feiras livres de Corumbá.

Já os produtores rurais do lado brasileiro, se concentram nos assentamentos rurais. Em sua grande maioria esses agricultores eram do Movimento dos Sem-Terra que agora ganharam o seu espaço e podem realizar os cultivos de forma a gerar renda[19].

Durante a coleta de dados, quando foi contabilizada a quantidade de barracas que comercializavam produtos agrícolas, houve o cuidado de mensurar, quantos realmente eram produtores rurais e quantos eram apenas revendedores/comerciantes de FLV (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade de produtores rurais encontrados nas feiras livres de Corumbá/MS

DIAS DA SEMANA/FEIRA	FEIRA DE DOMINGO (manhã)		FEIRA DE SEGUNDA (manhã)		FEIRA DE TERÇA (manhã)		FEIRA DE QUARTA (manhã)		FEIRA DE QUINTA (manhã)		FEIRA DE SEXTA (manhã)		FEIRA DE SABADO (manhã)		FEIRA DE SABADO (noite)	
CONTAGEM POR SETOR	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS
TOTAL POR SETOR	96	258	49	134	61	182	59	92	49	105	87	242	46	106	25	167
TOTAL GERAL	354		183		243		151		154		329		152		192	
Produtor Rural Brasileiro	44		12		12		14		21		19		21		3	
Apenas comerciante de FLV	52		37		49		45		28		68		25		21	

Fonte: Trabalho de campo, dez/2014.

Como visto, pouquíssimos são os produtores rurais que efetivamente vão a feira livre. Contudo, isso é um dado singular, um fator que não pode ser analisado em sua unicidade. Mais adiante será tratada a origem dos produtos e muitos feirantes (brasileiros e bolivianos) vão indicar que os produtos vêm, por exemplo, do Assentamento Urucum. Contudo, nos dias das pesquisas, nenhum produtor do Assentamento Urucum foi encontrado. Em Ladário poucos produtores também foram encontrados (Tabela 2).

[19] Todas as informações apresentadas neste referido parágrafo foram obtidas por meio de entrevista junto a Secretaria de Produção Rural de Corumbá/MS.

Tabela 2: Quantidade de produtores rurais encontrados nas feiras livres de Ladário/MS

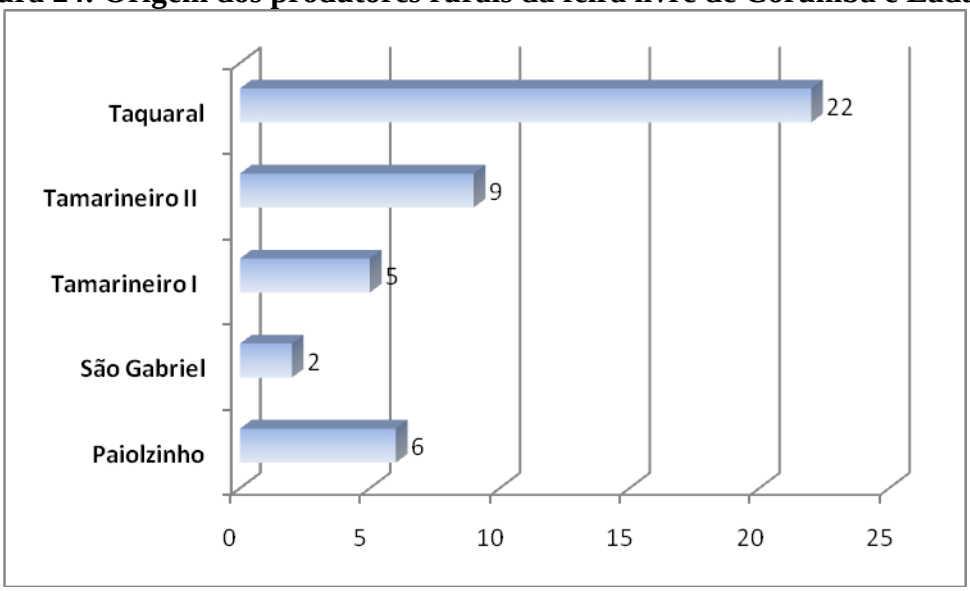
DIAS DA SEMANA/FEIRA	FEIRA DE QUARTA		FEIRA DE QUINTA		FEIRA DE SABADO	
CONTAGEM POR SETOR	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS	FLV	OUTROS
TOTAL POR SETOR	28	125	15	99	45	151
TOTAL GERAL	153		114		196	
Produtor Rural	10		6		18	
Apenas comerciante	18		8		27	

Fonte: Trabalho de campo, dez/2014.

Ladário possui o Assentamento 72 que abriga 85 famílias. Contudo, nos três dias de pesquisas, nenhum produtor desse assentamento foi encontrado. Todos indicaram que eram de assentamentos de Corumbá. Mas, sabe-se da existência de três famílias que possuem espaço de comercialização naquelas feiras e que constantemente estão oferecendo seus produtos no local.

Quanto ao assentamento rural que o produtor pertence, a maioria vem do assentamento Taquaral (Figura 24). Nos assentamentos Urucum, Mato Grande e 72 não foram encontrados nenhum produtor rural. Porém, nas entrevistas com feirantes foi indicada a aquisição de produtos nos assentamentos Urucum e 72.

Figura 24: Origem dos produtores rurais da feira livre de Corumbá e Ladário



Fonte: Trabalho de campo, dez/2014.

O assentamento Taquaral é o mais próximo da cidade de Corumbá, perto do bairro Nova Corumbá, aonde ocorre à feira de sábado (manhã) e onde foram encontrados vários produtores que levam seus produtos de carroça, aproveitando a proximidade geográfica.

Quando perguntado quais são as principais dificuldades encontradas para realizar a comercialização dos produtos da AF na feira livre, todos os produtores foram unânimes em evidenciar o transporte da zona rural para a cidade. Em 07 de outubro de 2014[20], a PMC se encontrou com lideranças dos pequenos produtores rurais, para propor mudanças no sistema de transporte coletivo na zona rural. O prefeito prometeu um espaço na parte traseira do ônibus para que os produtores possam levar seus produtos. E assim vem ocorrendo. Muitos produtores não possuem veículos próprios e utilizam o transporte público coletivo para transportar seus produtos que lhe permitem.

Quanto à origem dos produtos agrícolas, foram entrevistados os 44 produtores rurais brasileiros encontrados. Haviam, também, 28 brasileiros que apenas revendem produtos nas feiras e não são produtores e 20 bolivianos nas mesmas condições, totalizando 92 questionários válidos. Nesse ponto foi utilizada a metodologia "bola de neve" e sua análise qualitativa, visto que as respostas atingiram um ponto de saturação e começaram a se tornar repetitivas. As principais origens dos produtos são:

- ✓ Assentamentos Corumbá
- ✓ Assentamentos Ladário
- ✓ Zona Rural Puerto Quijarro
- ✓ Zona Urbana Corumbá/MS
- ✓ Verdurões de Corumbá/MS
- ✓ Supermercados de Corumbá/MS
- ✓ Campo Grande/MS
- ✓ Goiânia/GO
- ✓ São Paulo/SP
- ✓ Londrina/PR
- ✓ Santa Cruz de La Sierra - Bolivia.

Contudo, quando se relaciona a origem da hortaliça comercializada e o feirante, a situação se torna extremamente complexa. O limite internacional se torna poroso e a fronteira controlada cede lugar à fronteira vivida, originando um território fronteiriço, sem barreiras. Por exemplo, um feirante que comercializa hortaliças e que também é produtor rural no lado brasileiro da fronteira, além de vender sua produção, também compra e vende a do vizinho (que é produtor, mas não vende na feira), de produtores rurais de Puerto Quijarro (Bolívia) e

[20] Ônibus das linhas rurais terão espaços especiais para atender produtores. Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/onibus-das-linhas-rurais-terao-espacos-especiais-para-atender-produtores/17100/ Acesso em 06 de jan. de 2015.

de verdurões que utiliza como diferencial/atrativo em sua banca. Nesse sentido, E. 20 comenta: “Eu produzo tudo lá no sítio, mas às vezes a produção não está boa, daí eu compro alguma coisa do vizinho, ou no próprio mercado daqui da cidade”.

Os bolivianos também se utilizam da mesma estratégia. Em dezembro de 2014, com o Brasil vivendo a alta do dólar americano, os produtos vendidos na Bolívia tornaram-se menos vantajosos para comercialização. Além disso, as condições climáticas foram desfavoráveis para a produção de alimentos. Tanto que E. 21 apontou para a situação dizendo: “as produções de hortaliças de Puerto Quijarro não estão boas, tá tudo muito miudinho”. Assim, brasileiros e bolivianos adquirem produtos nos assentamentos rurais Urucum, 72 e São Gabriel (dos quais não foram encontrados nenhum produtor dentre os feirantes) para revender nas feiras. Além desses assentamentos citados, eles também adquirem produtos da própria zona urbana de Corumbá, que possui dois grandes produtores.

Os bolivianos que revendem na feira compram os produtos de Santa Cruz de La Sierra (frutas) e Puerto Quijarro (hortaliças). Também adquirem hortaliças da zona rural e urbana de Corumbá. E. 23, filha de feirante e trabalhando nas feiras livres desde sua infância, comentou: “eu adquiro de toda parte [...] Se as folhas estão mais bonitas aqui em Corumbá, compro aqui, senão, compro em Puerto, porém, aqui em Corumbá, já nem vou lá buscar, o vendedor traz pra mim”.

Quanto aos feirantes que apenas comercializam e não produzem, os mesmos relataram que fazem pedidos em Goiânia/GO, São Paulo/SP, Londrina/PR e Campo Grande/MS. Também realizam compras de hortaliças na própria cidade de Corumbá. Todos os feirantes brasileiros que revendem produtos agrícolas são cadastrados na Prefeitura e alegaram um diferencial, conforme depoimento do E.24:

> A concorrência com os bolivianos é difícil [...] eles trazem as frutas de Santa Cruz de La Sierra e lá, como os impostos são menores que no Brasil, eles conseguem vender mais barato que a gente. Quando eu faço o pedido de fora do estado, eu tenho que pagar ICMS[21] e não tem como eu não jogar esse imposto na hora da venda para os consumidores.

Quanto à origem internacional, para o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no seu programa “Mala Legal[22]”, qualquer produto de origem animal ou vegetal só pode entrar no Brasil se submetido à análise de riscos sanitários e fitossanitários pelo Ministério da Agricultura e deve obedecer aos requisitos de identidade e qualidade

[21] O Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html Acesso em 08 de jan. de 2015.

[22] Mala Legal: Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/servicos-e-sistemas/servicos/ingresso-produtos-pais Acesso em 02 jun. de 2014

correspondentes. Além disso, é exigida a apresentação do certificado expedido pelo país de origem.

O MAPA deixa claro, segundo a sua portaria normativa n°36 de 2006, que os produtos apreendidos podem ser destruídos. Essas leis valem para todos os modais logísticos do país, mesmo considerando que o Brasil seja um país fronteiriço e, controlar as suas fronteiras, não é a melhor atividade realizada pelo Governo Federal. Contudo, os territórios fronteiriços são diferenciados pelos arranjos que fazem a partir de sua gente, de sua localização, vizinhança, economia e suas territorialidades (com o interior do país e com o imediatamente próximo, que nesse caso é o exterior). A convivência, as relações de solidariedade e as trocas com os vizinhos são, em muitas vezes, a própria condição de ser da fronteira. Por isso a expressão de Grimson (2000, p.1) "pensar fronteras desde las fronteras".

Quando se analisa o controle exercido pelas fiscalizações nos territórios fronteiriços, mesmo que muitas vezes, a distância seja insignificante "a fronteira passa a ser de caráter simbólico por excelência, e em nada impedem este processo de liberdade" (MACHADO, 1996, p.42).

> (...) este é o tipo relacionado com as trocas e fluxos cotidianos em busca de vantagens e diferenciais criados pela existência do limite internacional, ele é reversível e tem como origem e destino centros urbanos localizados na zona de fronteira onde são encontradas melhores condições de mercado de trabalho, saúde, educação, etc. Estes dois tipos de migrações demonstram o caráter tipicamente regional desse tipo de interação transfronteiriça, ligados às condições especiais da zona de fronteira enquanto espaço de contato e de trocas entre o Brasil e a Bolívia. (MACHADO, 1996, p. 42)

Numa aproximação maior do fronteiriço está o Tratado de Roboré, um acordo de trânsito livre assinado entre o Brasil e a Bolívia, em 29 de março de 1958, na cidade de La Paz, e promulgado pelo Decreto nº 65.447, de 13 de outubro de 1969, no Brasil. O referido tratado dispõe sobre práticas comerciais, bem como de circulação de mercadorias entre ambos os países. Já em seu Artigo 1º dispõe:

> O livre trânsito, através dos territórios dos Estados Unidos do Brasil e da República da Bolívia, será realizado de forma permanente e irrestrita, em todo o tempo e circunstância, para toda a classe de cargas, sem exceção alguma, sejam estas originárias ou provenientes dos territórios das Altas Partes Contratantes ou do território de terceiros países, inclusive o trânsito de material bélico (BRASIL, 1970).

Dessa forma, o Tratado de Roboré abre possibilidades para a entrada dos produtos bolivianos comercializados nas feiras livres, contudo, ressalva que deve ser feita por intermédio de uma agência aduaneira e sujeita de tarifação. A entrada dos produtos pode ocorrer em todo o tempo e circunstância necessária, através de modal ferroviário e rodoviário.

Por fim, o último dado tratado nessa etapa da pesquisa refere-se aos produtos agrícolas comercializados na feira livre e na feira do produtor rural. Foram identificados: abóbora,

adubo, berinjela, cana-de-açúcar, coco, doces caseiros, feijão, frango caipira, goiaba, folhagens, laranjas, leites e ovos, limão, mamão, mandioca, manga, maxixe, melancia (Figura 25), melão, milho, pepino, pimentão, pimentas, pokan, quiabo, remédios/ervas, xaropes naturais.

Figura 25: Produtor rural brasileiro comercializando melancia

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Vale destacar que em todas as bancas é possível encontrar os mesmos produtos. Quando perguntados sobre essa característica de igualdade de produtos, os produtores foram unânimes em citar o solo como fator primordial para que todos possuam plantações semelhantes.

Os produtores rurais aproveitam os benefícios dos programas voltados para a AF. Os mais lembrados foram o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que adquire os alimentos da AF e destina as ações do Fome Zero; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que adquire os alimentos da AF (ao menos 30% da produção total) e destina para as merendas escolares. Uma curiosidade é que a gestão desses programas, no município, é feita pela Secretaria da Produção Rural de Corumbá/MS. Assim, quando perguntado “quais programas a sua produção está atendendo” os produtores misturavam o PAA com o PNAE e alguns ainda nem sabiam ao certo quais programas eram, porém elogiavam: “os programas

são bons à gente vende muito pra ele [...] o restante usamos na nossa alimentação e ainda sobra muito para vender na feira" (E.25).

Realmente os programas governamentais voltados para a AF estão suprindo uma grande necessidade dos agricultores. Gerar renda para as famílias e manter a tradição do homem no campo. Quando perguntado aos produtores se "a renda da família é obtida exclusivamente dos produtos vendidos na feira", todos relatam que sim. Boa parte vem da feira, a outra quantia considerável vem da venda para os programas sociais. Também relatam que recebem bolsa família (valores citados vão de R$75,00 a R$150,00), e poucos citaram que já recebem aposentadoria.

Quanto aos legumes e verduras comercializados pelos demais comerciantes brasileiros (que não são produtores rurais), foram encontrados: abóbora, abobrinha, acelga, alho, batata, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, ervilha, espinafre, feijão-vagem, feijão carioca, feijão preto, folhagens, jiló, mandioca, maxixe, milho, moranga, pepino, pimentão, pimentas, quiabo, rabanete, repolho, rúcula e tomate.

Referente às frutas[23] comercializadas pelos feirantes brasileiros e bolivianos foram encontradas: abacate, abacaxi, acerola, ameixa, amendoim, cajá, caqui, carambola, coco, figo, frutas secas, goiaba, kiwi, laranja, limão, maçã, mamão, maracujá, melancia (Figura 26), morango, pera, pêssego, roa, seriguela, tangerina, uva.

Os dados acima mostram uma gama de produtos bem maior e em qualidade, muitas vezes, até superior que a comercializada pelos produtores rurais. No item "folhagens" todos se assemelham visto que, possuem os mesmos fornecedores. Os produtos e a presença do boliviano já fazem parte da história da feira livre de Corumbá.

Embora a AF tenha sido marginalizada pelo mundo globalizado da alimentação, a mesma encontra nas feiras e nos atuais programas sociais a sua maior representatividade e valor.

3.4. A Feira do Produtor

Desde o dia 10 de agosto de 2013, a Prefeitura Municipal de Corumbá criou a Feira do Produtor (Figura 26), uma política pública municipal que surge justamente para fomentar a agricultura familiar do município.

[23] Optou-se por separar frutas de FLV visto que existem bancas que comercializam apenas frutas. Outras são mistas.

Na feira do produtor rural, de todos os produtos supracitados, apenas leite, queijo e frango caipira não foram encontrados, visto que a prefeitura proibiu a comercialização desses produtos por conta da não autorização fitossanitária.

Figura 26: Feira do Produtor Rural

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá, 2014.

Até o momento são 40 produtores cadastrados que comercializam diversos tipos de hortifrúti, cultivados de forma ecologicamente correta. Contudo, dos 40 produtores cadastrados, apenas 23 estão participando da feira do produtor. Todos comercializam FLV (Frutas, Legumes e Verduras), ervas medicinais, doces, temperos e hortaliças. Nesta feira é proibido vender ovos, leites e carnes.

Os produtores rurais apontam que essa baixa participação se deve à dificuldade de romper com a distância física entre os assentamentos rurais e a cidade e proibição de entrar com carros/carroças na praça para descarregar e montar as barracas. Conforme relato de E.18 "é muito difícil estacionar ali no centro, às vezes tinha que carregar caixas por mais de 2 quadras, daí nem fui mais e fico na feira de sábado de manhã de Ladário". Outro agravante é a proibição de se comercializar ovos, leites, carnes e vísceras. E. 19 comenta:

> Essa Feira do Produtor é muito boa. Dá até para vender mais caro porque quem vai nela tem mais dinheiro. Mas o ruim é que muitos produtos que chamam à freguesia a prefeitura não deixa trazer. Daí quando tem a Feira Do Produtor, eu vou lá pra Feira na Pracinha [Feira do Produtor], e meu marido vai para a feira de sábado em Ladário onde podemos levar todos os produtos. Assim não perdemos nenhuma venda.

Logo, a Feira do Produtor não resolveu o problema de comercialização dos produtos da agricultura familiar dos assentamentos rurais de Corumbá, na sua plenitude. Além disso, os consumidores que frequentam essa feira são em menor número, pois a falta de outros atrativos e os elevados preços praticados, seguramente contribuiu para isso. Por outro lado, não se percebe uma cultura de consumo de produtos agroecológicos nessas cidades fronteiriças. O preço ainda é o principal motivador das compras de hortaliças, conforme identificado por Cuyate, Costa e Mariani (2014), abordando a preferência de consumo de hortaliças na feira livre de Ladário-MS.

3.5 A comercialização nas feiras livres de Corumbá: ilegalidade, necessidade ou questão de indiferença?

Ilegalidade, necessidade ou questão de indiferença são três temas diferentes e não mutuamente exclusivos que se fazem presentes, diariamente, nas regiões fronteiriças. De acordo com Costa (2013, p.1) a vida nas regiões fronteiriças possui uma dinâmica própria, que em muitos sentidos desafia a ordem nacional e seus mecanismos de controle e vigilância, transcendendo o dogma da soberania. Um exemplo é o caso da feira livre de Corumbá que, atualmente, é formada por quase 80% de bolivianos (dados da pesquisa – 76,4%), além de ser um verdadeiro cenário de descontrole e ilegalidade.

Para entender este paradoxo proposto no enunciado deste subcapítulo, nesta etapa do trabalho foi realizada uma pesquisa junto a todos os agentes territoriais que formam e tem interesse na feira livre da cidade de Corumbá. Esta pesquisa buscou diferentes olhares sobre o mesmo tema. Para tanto a população da pesquisa foi formada por feirantes (brasileiros e bolivianos), pelos fiscais de postura do município, pelos consumidores, pelas associações (Associação Comercial e Empresarial de Corumbá e a Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário) e pelo poder público brasileiro (funcionários da Prefeitura Municipal de Corumbá, do MAPA e da Receita Federal). O objetivo é identificar entraves para, no final dessa dissertação, propor possíveis soluções para a problemática analisada.

Durante as entrevistas, o cenário que pairava no ar era sobre a continuidade ou o fechamento das feiras livres. Acerca desse tema foi observada dúvidas, medos, desilusões e incertezas. Brasileiros e bolivianos estão ansiosos pela decisão que ainda não foi tomada. E.26, boliviano, feirante há 15 anos diz: “Nossa vida mais uma vez está em jogo [...] de onde

sairá o nosso sustento?" Brasileiros apoiam a feira e a presença dos bolivianos. "Se o boliviano for tirado da feira, acaba a feira [...] os brasileiros não plantam o suficiente e tudo ficaria mais caro e até chato sem eles" (E.27). A feira é o ponto de encontro onde este cenário é construído. O conflito é uma certeza, caso haja qualquer forma de intervenção imposta, tal qual ocorreu no fechamento da feira Bras-Bol.

Mélo (2000, p.1) afirma que dois países fronteiriços, "embora próximos geograficamente, encontram-se distanciados por legislações nacionais, por histórias diferenciadas e objetivos distintos". Para o autor nesses territórios há um campo de poder muito grande, formado por interesses dessemelhantes. Assim, "há necessidade de se investigar as formas como os agentes sociais que vivem em um contexto sócio-histórico e geográfico específico analisam o próprio contexto (MÉLO, 2000, p.1)". Portanto é preciso fazer o que Costa (2013) afirmou: "investigar a construção dos processos históricos por meio dos quais essas identificações e esses limites foram instituídos entre Brasil-Bolívia, em Corumbá-Puerto Quijarro.

Para entender a comercialização de produtos agrícolas bolivianos nas feiras livres de Corumbá, os resultados a seguir foram divididos em dois eixos: 1) origem/tipo/consumo dos produtos comercializados nas feiras; 2) uma análise social e cultural sobre a feira livre das cidades de Corumbá.

Com relação ao primeiro eixo - **origem/tipo/consumo dos produtos comercializados nas feiras** - observa-se a total falta de diálogo ao cruzar as informações apresentadas anteriormente sobre o Tratado de Roboré, dos Feirantes e dos Fiscais de Posturas, com a entrevista realizada com funcionários do MAPA. Segundo (E.28), funcionária do MAPA:

> É extremamente proibida, sobre todos os pontos a entrada de produtos como fruta; verdura; leite; plantas que tem entrado muito; ervas medicinais; remédios e comidas, dentre tantos outros absurdos, de um país para o outro. Já tentamos muita coisa para proibir a entrada desses produtos da Bolívia. O MAPA, a Receita Federal e a própria prefeitura fazem vista grossa e deixam tudo passar [...] falam que é importante à entrada para manter o mercado local, questão da fome [...], contudo nós não deixamos que esses produtos passem de Corumbá [...] só entra e só pode ser vendido em Corumbá [...] é como se tivéssemos isolado Corumbá dentro do Brasil. Tem muita falta de autorização e fiscalização.

No levantamento realizado pela pesquisa de Pinto (2013), foi constatado que nas feiras livres de Corumbá, a maioria dos produtos vendidos são frutas, verduras e legumes (33%), seguidos de roupas e utensílios domésticos (30,8%); o item outros[24] representou 33,7% do

[24] No item "outros", são representados por mais de 10 produtos diferentes, que incluem desde brinquedos, peças para eletrodomésticos, CDS e DVS, bijuterias, artigos de perfumaria, ferragens, peças para bicicletas, aviamentos, artesanatos, acessórios para celular, eletrônicos, ervas medicinais, entre outros. Optou-se nesse caso por unir esses tipos de produtos que individualmente teriam menor representativa do que as categorias individualizadas

resultado da pesquisa. Os lanches[25] respondem por 6,9% dos produtos vendidos na feira; queijos, leite e derivados representa 4,3%; carnes representam 2,2%. Na Figura 27 é apresentado o comércio de FLV por feirantes bolivianos na feira livre de Corumbá/MS.

Figura 27: Feirantes bolivianos comercializando FLV.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Nas visitas realizadas nas feiras, verificou-se que a pesquisa de Pinto, realizada em 2013, ainda é atual. O cenário continua o mesmo. Aumentou, sim, as barracas que vendem roupas, pois, após o fechamento da Feira Bras-Bol, alguns feirantes invadiram as feiras livres e ali instalaram suas barracas. Outro dado curioso, acerca da venda de roupas, vem do relato de E.14, brasileiro, feirante e grande personalidade na feira. Segundo ele:

> Muitos bolivianos começam a namorar, em Puerto Suárez ou Quijarro, engravidam a menina e lá não tem nem 1/3 dos programas sociais que tem aqui no Brasil [...] eles pegam vem para Corumbá, com R$200,00 compram um saco de roupa usada e começam a comercializar aqui nas feiras de Corumbá. É uma concorrência desleal.

Mais um ponto que merece destaque é que na feira tem bolivianos que revendem roupas brasileiras, produzidas em Goiânia e São Paulo. No geral, foi evidenciado que o

[25] Lanches: no quesito "lanches" a de se informar que aí está presente uma multiculturalidade entre brasileiros e bolivianos. São vendidos pastel e cachorro quente, que nem comidas brasileiras são, além de *salteña*, *cuñapé*, sucos como *chicha e mocochinche e durazno* – todos da Bolívia. Temos também a chipa e a sopa paraguaia. Esses dois últimos alimentos oriundos do Paraguai.

mercado de roupa ocorre da seguinte forma: Toda a parte de “jeans” vem da Bolívia. As demais confecções vêm do Brasil. Rendas e bordados são produções próprias dos bolivianos. Quando perguntado *como você adquire essas roupas?* Os bolivianos são unânimes ao dizer. “Tem um atacadista de Goiânia e outro de São Paulo que vem até aqui vender pra gente. Nós não saímos de Corumbá” (E.29).

Pesquisar as vendas de roupas novas ou usadas não é o objetivo deste trabalho. Contudo esse comércio se faz presente em um local – as feiras – onde era para ter a comercialização de FLV, por isso, faz-se necessário discutir tal relato. Essa evidência precisa ser contextualizada para ver se o comércio de roupas nas feiras será um atrativo, conforme a fala de inúmeros produtores rurais, ou entrave, visto que os comerciantes corumbaenses pressionam a Prefeitura e a Associação Comercial para proibir esse tipo de comércio e a participação dos bolivianos nas feiras. Na Figura 28 é apresentado o comércio de roupa dentro da feira de sexta na cidade de Corumbá. A grandiosidade chama a atenção, visto que a mesma ocupa um calçadão todo só para o comércio de roupas.

Segundo entrevista realizada junto a Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, o comércio de roupas usadas é intenso nas feiras da cidade. De acordo com a Associação, vender roupas usadas na Bolívia é crime, já que muitas vêm para doação. Contudo, esse tipo de comércio ocorre tranquilamente nas feiras de Corumbá, onde há fiscalização, porém, nenhuma intervenção (Figura 29).

Figura 28: Comércio de roupas na feira de sexta em Corumbá/MS.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Figura 29: Comércio de roupas seminovas e/ou usadas na feira de domingo no centro da cidade de Corumbá, MS

Fonte: SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 13.

Pinto (2013), ao verificar a origem dos produtos comercializados na feira, identificou que a maioria dos produtos é de origem boliviana (51,1%). O presente estudo apresentou também pouca participação de produtores rurais de Corumbá (15,2%), um fator curioso já que, como elucidado, "as feiras são em sua maioria mecanismos de escoamentos de excedentes de produção da agricultura familiar" (SANTOS, 2009).

Nas visitas realizadas nas feiras da cidade de Corumbá e Ladário houve um momento muito peculiar de confusão da pessoa do pesquisador com um possível fornecedor. Ouviu-se a seguinte pergunta: *"ei... é você que está vendendo o tomate? O meu já acabou*". Esta cena foi se repetindo ao longo da feira em diversos dias da semana. Ao entrevistar uma feirante boliviana, chegaram dois homens com um caderno e disseram: "Você vai querer mais tomate? Posso reservar 3 caixas? ".

Assim, foi observado/constatado que, ao contrário do que muitos pensam, a maioria dos produtos comercializados na feira é de origem brasileira (contrariando a pesquisa quantitativa de Pinto, 2013). Foi observado que os grandes atacadistas de Corumbá abastecem a feira livre da cidade. Na própria entrevista junto a Associação Comercial de Corumbá foi dito: "tenho conhecimento de que brasileiros são fornecedores dos bolivianos" (E.20). Numa barraca, a feirante (E.30) explicou que até o alho, produto tipicamente boliviano, está sendo comprado dos atacadistas brasileiros. "Em Santa Cruz está tudo muito caro [...] ainda tem produto que está vindo de lá, mas muita coisa é daqui do Brasil mesmo, de Corumbá ou Campo Grande".

Assim, quanto à origem dos produtos, fica evidente que existem muitos produtos oriundos de Santa Cruz/Bolívia, mas a participação brasileira não é pequena. Pouquíssimos produtos são da própria produção agrícola local. Quando estes estão presentes, se resumem mais em hortaliças, temperos e ervas medicinais, além de queijo, leite e rapaduras/compotas.

Quando a pesquisa de Pinto (2013) ou o poder público apontam que a maioria dos produtos são bolivianos e que eles são a maioria na feira, há necessidade de tratar melhor esses dados, visto que a feira está sendo abastecida por fornecedores brasileiros. Outra questão se refere ao fato de que muitas pessoas que se parecem bolivianos, na verdade são brasileiros. Os traços físicos e simbólicos, geram interpretações distorcidas no poder público, nos consumidores e nos fiscais de postura do município. Um depoimento aponta isso: "eu sou brasileiro senhor, não sou boliviano. Sou descendente de *chiquitanos*[26], mas nasci em Corumbá [...] eu tenho essa cara de *bugre*[27], como dizem os corumbaenses, mas eu sou um de vocês" (E.31). Assim, essa questão sobre origem e a participação na feira vai muito além do que uma simples contagem estatística. Há necessidade de se envolver um estudo antropossociológico, caracterizando assim, a pessoa humana, suas raízes, influências e evolução.

Ainda com relação aos produtos, os dados apresentados por Pinto (2013), podem ser cruzados com a visita nas feiras (trabalho de campo) e com a pesquisa de Souza (2010), que realizou um estudo sobre as hortaliças de origens boliviana ofertadas nas feiras livres de Corumbá. Segundo a autora, tanto em Puerto Quijarro como Puerto Suárez, destacam-se o cultivo do milho, do feijão e da mandioca. Esses cultivos são para a própria subsistência da família e, o excedente, sendo comercializado junto com as frutas, verduras e legumes nas feiras livres de Corumbá. Contudo, vale ressaltar que, durante a execução dessa entrevista, ao serem questionados sobre a origem dos produtos comercializados na feira, principalmente FLV, os feirantes bolivianos deixaram claro que não sabem dizer se há presença de agrotóxicos nas FLV oriundas de Santa Cruz de La Sierra, ou de atacados da cidade. Os feirantes informam que de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, vêm às hortaliças e as ervas medicinais vendidas na feira (Figura 30).

---

[26] Chiquitano: O povo Chiquitano resulta de um conjunto de povos - *Samucos, Paikoneka, Saraveka, Otuke, Kuruminaka, Kuravé, Koraveka, Tapiis, Korokaneka, Manacica e Paunaka*, entre outros - que foi aldeado na Bolívia, em missões jesuítas nos séculos XVII e XVIII. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/chiquitano/413 Acesso em 27 de ago. de 2014.

[27] Bugre: É uma expressão muito usada para dizer que alguém teve/tem descendência indígena. A palavra Bugre é uma denominação dada para diversos povos indígenas do Brasil. Disponível em: http://www.indioeduca.org/?p=1697 Acesso em 14 de jul. de 2015.

Figura 30: Horta em Puerto Suárez, Bolívia.

Fonte: SOUZA, 2010, p.32

Por outro lado, alguns produtores dos assentamentos rurais de Corumbá vêm atuando nas feiras livres da cidade e na Feira do Produtor Rural. Na fala dos próprios produtores, fica evidente que eles preferem estar nas feiras diárias. Na feira livre foram encontrados diversos feirantes que são produtores rurais e que foram convidados pela prefeitura para participar da Feira do Produtor. E.32, informa que o próprio secretário o convidou para participar da feira do produtor, contudo ele não quis, pois não vê muita saída nesse novo canal. "Já trabalho todos os dias, no sábado eu não aguentaria mais uma feira, fora que já tem a feira de sábado, daí prefiro ir para lá" (se referindo à feira livre do bairro Nova Corumbá).

Vale destacar que a Feira do Produtor é uma iniciativa da Prefeitura de Corumbá que receberá o PAC das Cidades Históricas, cujo um dos pontos contemplados, será a reforma do antigo Mercadão Municipal.

Contudo, até que ponto os próprios produtores rurais aceitam essa medida? Ao serem questionados sobre a possibilidade de atuarem no Mercadão Municipal, alguns produtores rurais relatam que seria uma grande oportunidade "já que os bolivianos não pagam impostos e nós temos que pagar [...] lá seria um canal só nosso de comercialização" (E.33). Outros se preocupam com a burocracia e a precariedade nos transportes públicos "o mercadão é muito centralizado [...] será que um morador daqui da Nova Corumbá iria até lá fazer compras? Aqui tem feira todo sábado e tem supermercado perto. Não sei se será uma boa, fora que a prefeitura proibirá a venda de diversos produtos nossos e, lá no mercadão, só poderá ser vendido produtos que nós produzimos. Eu não planto maçã, eu compro dos bolivianos e coloco na minha barraca para vender junto com o mamão, que eu planto".

Nas entrevistas, quando perguntado aos feirantes brasileiros (tanto aos feirantes da feira livre, quanto da feira do produtor) *como é o seu relacionamento com os feirantes bolivianos*, a maioria elogiou dizendo que há trocas entre eles e que, alguns produtos revendidos pelos próprios produtores brasileiros (nas feiras livres) são entregues pelos bolivianos. "Sou contra e não quero que os bolivianos sejam retirados da feira [...] o sol nasceu para todos, aqui tem espaço para todo mundo" (E.34). "Comecei a vender meus produtos aqui na feira do produtor [...] é uma ótima iniciativa, mas não precisa tirar os bolivianos da feira nem de Corumbá, o nosso diferencial é que, além de vender para as pessoas da cidade, só nós podemos vender para o governo, eles não" (E.35).

A fala do último feirante expressa uma série de programas da Agricultura Familiar que visa ajudar o pequeno produtor rural, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Mais Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros. O PAA e o PNAE já estão em funcionamento na cidade e atendem 21,5 mil pessoas, conforme reportagem do jornal Capital do Pantanal (n°3/2014- de 19 a 26 de maio).

Esses programas são fundamentais para os agricultores, bem como para a economia local. Segundo Braudel (1998), os produtores rurais e feirantes gastam tudo ou parte do que recebem no comércio da cidade, favorecendo a permanência do dinheiro na esfera municipal. Este cenário é visto frequentemente na própria feira.

Ainda sobre a feira do produtor, o secretário de indústria e comércio de Corumbá, aponta que:

> A ideia surgiu justamente para fomentar a agricultura familiar. Aqui, temos de tudo um pouco. É um projeto piloto que pretendemos realizar semanalmente, uma forma de incentivar os produtores rurais e, além disso, colocar na mesma da família corumbaense, alimentos produzido sem uso de agrotóxico, o que é ecologicamente correto, explicou (PMC, 2013).

As falas finais do secretário evidenciam uma grande questão que gira em torno dos alimentos comercializados nas feiras livre de Corumbá: a presença do agrotóxico, a falta de certificação da origem do produto, a questão da higiene e o duelo entre legal x ilegal na entrada de produtos estrangeiros no território brasileiro. Referindo-se a essa problemática, Souza (2010, p.26) atesta que:

> Quanto ao uso e aplicação dos fungicidas/inseticidas nas hortas, os produtores bolivianos de hortaliças alegaram não saberem o grau de toxidade dos mesmos e nem dos perigos que estes produtos podem acarretar para ele e sua família assim como também para o meio ambiente (p.24) [...] No Brasil existe legislação que regula, ou proíbe o uso desses produtos, e obrigam o produtor a devolver as embalagens usadas, através de decretos e leis, criados para a proteção do meio ambiente e para a manutenção saúde humana. Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Da Política Nacional do Meio Ambiente).

É um verdadeiro duelo que deve ser enfrentado. Fechar a feira não é a melhor opção. A cidade passou por um longo tempo, sendo abastecida por apenas uma rede de supermercados (Panoff). Quando este supermercado entrou em crise (antes de ser vendido para o atual Supermercado Quadri), a cidade foi verdadeiramente abastecida e nutrida pelas feiras livres e pelos bolivianos. Neste ciclo, outros supermercados aproveitaram o momento de encerramento do principal supermercado da cidade para abrirem, ou aumentarem a sua estrutura. Contudo, a feira teve e tem um papel fundamental no abastecimento dos lares corumbaenses.

A análise da estruturação dos supermercados na cidade possibilita um maior conhecimento da organização e da dinâmica da cidade. Fica claro por este momento histórico (e recente, 2012) e pelas visitas realizadas nas feiras que a quantidade de produtos produzidos pelos produtores brasileiros não é capaz de abastecer a cidade. Isso comprova a importância dos bolivianos na feira de Corumbá.

Outra fonte justifica o parágrafo supracitado é a entrevista realizada pelo jornal Diário Corumbaense (2013), no dia da abertura da Feira do Produtor. “O preço está bom. Não tem tudo que a gente encontra na feira, mas está com preço em conta, afirmou A.M.M. moradora da cidade.” Como vimos à feira do produtor não tem todos os produtos vendidos na feira livre. A questão da fronteira, presença ou não dos bolivianos, evidencia muito o estudo de Costa e Oliveira (2014, p. 58) ao afirmarem:

> A visão da fronteira pelas pessoas que estão nessa zona, geralmente provoca sentimentos de discriminação do fronteiriço, por ele residir em um local onde são permitidas as mais diversas contravenções, o que permite que ele seja visto como suspeito e indigno de confiança. Na imaginação do “outro”, do que está distante dessa situação, a fronteira é lembrada pelos fatos ruins, e não por suas qualidades.

Nesta fronteira o rigor da legalidade, diariamente, é subvertido. Moradores deste território fronteiriço não têm essa preocupação e fazem do comércio com a Bolívia uma extensão do comércio corumbaense e, o fator preço, os torna altamente atrativos. Da mesma forma, nota-se a presença de bolivianos comprando produtos brasileiros, o que se faz ajustar essa reciprocidade em relação a trocas econômicas locais.

A fronteira é um local que permite variados convívios de grupos de imigrantes, impulsionados por diferentes motivos, em momentos históricos particulares, com interesses também particulares. A fronteira é palco de união e crescimento mútuo. Todavia também é palco de legalidades e ilegalidades. “En las fronteras la tensión entre legalidad e ilegalidad es parte constitutiva de la vida cotidiana. Las transacciones comerciales entre las poblaciones son consideradas muchas veces como «contrabando» por los Estados mientras es la actividad más natural para la gente del lugar” (GRIMSON, 2000, p.3).

Outra questão a ser analisada nas regiões fronteiriças como indica Benedetti (2011, p.2) são as mobilidades entre território e fronteira:

> La frontera es aquello que está al frente del territorio y, al igual que este, debería pensarse como una construcción social, un proceso abierto y contingente, una realidad que no es sino que está siendo, permanentemente, a través de las prácticas materiales y culturales de la sociedad (García Álvarez 2006). El límite político internacional es el contorno del espacio definido a partir del centro de poder […] pero el límite no impide el ingreso ni el egreso. Para eso está la frontera.

O comércio, legal ou ilegal, é um dos principais propósitos que incentiva as mobilidades existentes nas regiões fronteiriças, conforme exposto pelo próprio Benedetti (2011). Entretanto, quando analisamos o papel da feira livre, num cenário nacional, a feira se mostra como um canal de venda aonde os produtores rurais garantem a comercialização da produção, que de outra forma seria difícil nessa economia de pouca liquidez e concorrência desleal.

Foi perguntado aos feirantes bolivianos: "*você está cadastrado junto a Prefeitura*"? Todos foram unânimes em responder afirmativamente. Muitos chegaram e fizeram questão de mostrar o boleto pago. Diante dessa situação, surge uma nova questão: o boliviano, enquanto cadastrado na prefeitura, pagando sua tributação e vendendo produtos comprados de atacadistas brasileiros (que inserem no preço de venda os impostos que devem ser pagos) está legal, aos olhos da legislação vigente? Tudo indica que sim, afinal os tributos estão sendo pagos. Mais uma vez, fica evidente a necessidade de diálogo e de uma política pública.

É nesse ponto que está um dos vários problemas existentes nas feiras de Corumbá. A ilegalidade e o desconhecimento (ou descaso), por parte do governo brasileiro, da origem e certificação do produto. Quando perguntados sobre a legalidade X ilegalidade, tanto os bolivianos, quanto os consumidores brasileiros, não vem esse comércio como ilegal. Sempre alegam a seguinte afirmativa: "Nós só queremos trabalhar, não estamos fazendo nada de errado". Tal expressão se repete na fala de inúmeros bolivianos, e nos remete a seguinte citação:

> Assim, entende-se que o fato de as pessoas não considerarem ilegais algumas práticas não quer dizer que elas não o sejam; em outras palavras, a distinção entre o legal e o ilegal existe na prática, exerce efeitos sociais e está materializada em códigos e leis. [...] o nosso interesse principal é o de compreender como os limites da lei são negociados por parte das pessoas envolvidas nessas diferentes atividades a que chamaremos de esquemas (COSTA e OLIVEIRA, 2014, p.210).

O "*esquema"* é uma atividade presente em todo território fronteiriço do Brasil. Costa e Oliveira (2014, p.213) definem esquema não como algum sinônimo de crime organizado, ou máfia. Interpretam esquema como "a mesma lógica dos negócios capitalistas em que os atores sociais operam como empreendedores [...] possuindo liderança, gerenciamento de uma

unidade de negócio recebedora de lucro, com componente de inovação e com capacidade para superar as incertezas".

> Isso quer dizer que em muitas ocasiões nem todos os indivíduos integrantes se conhecem, mas todos compartilham de operações secretas, ou de parte do segredo. Nem todo esquema é uma máfia, mas toda máfia necessariamente tem seus esquemas (COSTA e OLIVEIRA, 2014, p.213).

Vale destacar que, além da ilegalidade de produtos agrícolas, tem a questão da venda de roupas usadas, que chegam à Bolívia de doações dos Estados Unidos e da Europa e que deveriam ser entregues às famílias carentes. Conforme visto anteriormente, essas vendas são proibidas na Bolívia. Contudo, o mercado no Brasil é promissor e sem nenhuma fiscalização. Aqui o ilegal se torna legal e ganha o gosto popular e o apoio das mídias, tal qual matéria veiculada pelo jornal Diário Corumbaense (principal jornal da cidade), em 21 de junho de 2011, sendo replicada na íntegra no jornal online Midiamax News (jornal online da Capital do Estado).

Outro problema se refere à imigração, já que muitos feirantes moram na Bolívia e estão entrando e saindo todos os dias, com pouca ou nenhuma fiscalização. Durante as entrevistas, foram encontrados chilenos e até coreanos, que estão com o visto vencido, residem em Puerto Suárez e atravessam todos os dias a fronteira para trabalhar na feira em Corumbá. Esse fenômeno social só pode ser entendido no contexto da migração pendular trans/fronteiriça. Uma última questão (não que reflita o último problema em uma feira que apresenta uma emaranhada gestão) são os feirantes - tanto brasileiros quanto bolivianos - que não são cadastrados junto à prefeitura, logo, não pagam tributos sobre a concessão e as vendas realizadas.

Em que pese à força das ilegalidades e da complexidade de territorialidades manifestadas, a feira é fundamental para a cidade. É preciso discutir suas problemáticas de forma multidimensional, pois existem elementos particulares a cada uma das dimensões de análise. Do ponto de vista econômico, possibilita às famílias corumbaenses encontrarem produtos com preços satisfatórios e aos produtores e feirantes vender e escoar a sua produção. Contudo, conflita com interesses de outros comerciantes da cidade quando comercializa outros produtos que não agrícolas e artesanatos. Por outro lado, os feirantes recolhem taxas aos cofres públicos, logo não são plenamente ilegais.

Como supracitado no início deste subcapítulo, para entender a ilegalidade, necessidade ou questão de indiferença da comercialização dos produtos bolivianos nas feiras livres, o segundo eixo deste subcapítulo levanta a seguinte proposta: **uma análise social e cultural sobre a feira livre das cidades de Corumbá.**

A feira tem um papel sociocultural imenso. Trata-se de um ponto de encontro de brasileiros e bolivianos que compartilham a língua, religiosidade, alimentação, vestimentas, famílias, tradições, dentre outros. Conforme Schneider (2008), a agricultura familiar vem recebendo poucas políticas públicas do governo e, quando recebem, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade. É preciso assumir compromissos produtivos para vender em programas como PAA e PNAE.

Um primeiro fator que chama a atenção é um olhar sobre os símbolos presentes na fronteira - as vestimentas das feirantes brasileiras. Todas as feirantes encontradas se vestem iguais às bolivianas, com vestidos e com um avental tradicional da feirante boliviana, que possui três grandes bolsos para que elas possam guardar o dinheiro da venda. Algumas usavam o tradicional chapéu de palha utilizado no campo, para se proteger do sol, ou do chapéu-coco, indumentária típica das mulheres bolivianas, as chamadas *cholitas*[28]. Aqui temos a presença da identidade em diversos símbolos. "A identidade é formada pelas edificações (monumentos, cidades, pontes...), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos" (SAQUET, 2013, p. 148).

Outra questão que chama atenção são as formas de relacionamento existentes. Quando perguntado "*como tudo começou"*, muitos bolivianos afirmaram que herdaram essa tradição de ser feirante dos próprios pais. "Meu sogro fazia feira há 26 anos. Ficou mau, doente e nós assumimos a feira. Ele iniciou lá na feira do Boliviano, aquela que fechou, depois veio parar nas feiras do dia a dia" (E.34). "Antes meu pai ficava na feira. Como eu cresci com ele, fui assumindo as atividades. Meu pai era da feira do Boliviano. Só eu estou aqui há 13 anos, ele já tem quase 30 anos de feira. Depois que fechou a feira do boliviano, nós viemos pra cá e cada dia a feira funciona em um local" (E.35). Quanto aos feirantes brasileiros, fica evidente a origem está concatenada ao movimento dos Sem-Terra. "Fazem 20 anos que sou feirante. Eu e meu marido éramos sem-terra, lá de Itaquirai/MS. Quando chegamos aqui conseguimos ser assentados. No início comprávamos os produtos e revendíamos, hoje temos uma pequena produção" (E.36).

São pessoas que constroem suas vidas de acordo com as possibilidades e com os enfrentamentos individuais e coletivos. Lidam e se aproveitam das oportunidades presentes

[28] *Cholitas* ou *cholas* são mulheres bolivianas que vestem saias rodadas, uma espécie de chalé muito colorido embrulhado nos ombros, blusas delicadamente estampadas e um chapéu por cima do cabelo dividido em duas longas tranças. Essa tradição foi imposta foi imposta por Carlos II, vice-rei Toledo em fins do século XVIII que obrigava as índias a usarem estas vestimentas que se assemelhava aos vestidos regionais das camponesas espanholas. Disponível em: https://trotamerica.wordpress.com/2010/01/08/quem-sao-as-cholas/ Acesso em 14 de jul. de 2015.

nos territórios. Segundo Grimson (2000, p.91), as populações fronteiriças podem e devem ser vistas como agente da própria história, bem como "de mudanças sociopolíticas significativas para além da sua localidade". De acordo com Grimson (2000, p.93-94):

> Las zonas fronterizas constituyen espacios liminales donde se producen a la vez identidades transnacionales, así como conflictos y estigmatizaciones entre grupos nacionales. Como zonas de expansión y de límite, se reconfiguran para cumplir nuevas funciones en el nuevo orden global y regional. En diversas regiones se manifiestan dos procesos aparentemente contradictorios: la construcción de distinciones identitarias, y la construcción de elementos o rasgos compartidos por sus habitantes más allá del límite político existente. Estas zonas de frontera del Cono Sur están siendo analizadas no sólo como localizaciones de conflictos interestatales o del desarrollo de hermandades inmemoriales, sino como espacios estratégicos donde las tensiones entre estos aspectos se debaten y se procesan.

Referente a essas forças dos agentes sociais, E.37 filha de feirantes, atual esposa de feirante e ex-participante da Feira Bras-Bol, expressou o seguinte comentário:

> Chegaram e acabaram com a feirinha (em referência à Feira Bras-Bol) [...] também somos brasileiros. Somos filho desse país [...] vamos viver do que? No ano passado, [depois que fecharam a feira] até a festividade da Santa [*Urkupiña – Figura 31]* foi fraca, não conseguimos reunir todos os participantes de anos anteriores. Muitos estavam com raiva do prefeito e outros simplesmente estão correndo atrás de um novo espaço para trabalhar. É muito mais que dinheiro, tem tradição.

Figura 31: Local onde funcionava a feira Bras-Bol

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

A insatisfação com as ações do poder público municipal é evidente e os feirantes fazem questão de frisar isso a todo instante. Na Figura 31 é apresentado o antigo local onde

acontecia a feira Bras-Bol. No local só restou à gruta que abrigava as santas de Urkupiña e Nossa Senhora de Aparecida.

Outra entrevista que chama a atenção para uma análise aquém do econômico, mas sim, sociocultural, é a fala dos dois consumidores a seguir:

> Eu tenho um Opala marrom. Meu carro só sai de casa um único dia da semana. Domingo de manhã para vir na feira. Eu adoro andar com minha esposa. É o nosso passeio. Se isso aqui acabar, ou se tirarem os bolivianos daqui, aonde iremos. Não tem nenhum lugar igual aqui. Faço isso desde que me casei com a minha esposa (E.38).
>
> Se fechar a feira nós ficaremos numa situação péssima. Os produtos são melhores que os do supermercado e mais baratos. Os bolivianos são a feira e sem eles isso aqui não sobreviverá (E.39).

Nas entrevistas acima, há alguns elementos que precisam ser analisados. Primeiro, refere-se ao compartilhamento de cultura, símbolos e religiosidade. Neste caso, podemos exemplificar com o compartilhamento do *portunhol*[29] onde diariamente a comunicação é intensa e a língua não é uma barreira, ao contrário, flui com naturalidade. Segundo, o compartilhamento da religião, onde brasileiros e bolivianos se unem para celebrar as festividades de Nossa Senhora de Aparecida (padroeira do Brasil), Virgem de Urkupiña e Copacabana (Bolívia). A maioria das bolivianas disse que participa/dança no desfile comemorativo. Informaram até que há alguns anos também começaram a distribuir saquinhos de doces na festa de Cosme e Damião (festa tipicamente brasileira). O terceiro compartilhamento refere-se a comida onde foi possível encontrar brasileiros comercializando as tradicionais sopas que os bolivianos tanto apetecem. Há uma troca de sabores e temperos de ambos os lados, inclusive de festas cívicas, conforme E.40: "todos os anos nós, brasileiros e bolivianos, desfilamos no aniversário de Corumbá [...] as cholitas vão dançando e tudo mais. E nós também desfilamos para comemorar o dia 6 de agosto (Independência da Bolívia) ". Por fim tem-se o compartilhamento do espaço onde a feira fica caracterizada como ponto de encontro para que ocorram os relacionamentos existentes dentro de uma comunidade.

Este paradoxo cultural pode ser um grande potencial turístico. Costa, Figueiredo e Silva (2010, p.39) destacam o seguinte ponto referente à diversidade cultural em territórios fronteiriços:

> A fronteira é, sobretudo, um lugar marcado pela diferença. [...] A atividade turística vem crescendo e cada vez mais se busca incorporar novos territórios, lugares e, sobretudo, o diferente. Assim sendo, a fronteira significa potencialidade, pois contempla o diverso, o diferente. [...] A fronteira ainda é vista como uma palavra tingida por um forte etnocentrismo cultural.

---

[29] Portunhol ou *portanhol* é uma palavra-valise que designa a interlíngua (ou língua de confluência) originada a partir da mistura de palavras da língua portuguesa e da espanhola. Ocorre, sobretudo, em cidades de fronteira entre países de língua portuguesa e espanhola (FAULSTICH, 1997).

A feira livre faz girar a economia local, contribuindo para o fortalecimento e o surgimento de novos aspectos sociais e culturais. É dentro dessa visão que vale a pena explanar o conceito de Comunidade. Segundo Zuben (2013, p.1), influenciado pela visão de Martín Buber (1878-1965), quando estudamos a comunidade, estamos tratando de compreender o humano como ser de relação:

> [...] compreender o humano significa, por sua vez, a impossibilidade de compreendê-lo isoladamente, mas apenas na sua relação com o mundo: sua família, seu trabalho, suas responsabilidades e obrigações, experiências que nos permitem caracterizar o humano como ser essencialmente vinculado à comunidade [...] comunidade significa a multiplicidade de pessoas, de modo que sempre seja possível para qualquer um que a ela pertença, estabelecer relações autênticas, totais [...] o que caracteriza a comunidade são essencialmente as relações constituídas, que tem como pressupostos básicos a imediaticidade, pela supressão de toda forma de interesse, mediações; a totalidade das relações, posto que a vida em comunidade envolva todo o ser e não apenas uma parte, assim como a possibilidade de um evento real, imediata está subordinada à participação com a totalidade do ser [...] ela pressupõe, ainda, a superação de uma visão utilitarista, do outro, a partir da qual o eu vê o outro como um meio para alcançar um fim.

Outra força dos agentes sociais idealizados por Grimson (2000) que merece destaque é o papel das Associações e da Prefeitura neste território. Os feirantes possuem uma Associação dos Feirantes, além de um Centro Boliviano-Brasileiro, que atende a população boliviana dentro da cidade de Corumbá. Quando perguntados: *participa de associações ou cooperativas?* Todos responderam que sim, fazem parte da Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário. Um ponto que merece destaque é o fato de alguns bolivianos terem respondido “sim, eu participo da associação [...] da Associação 2 de Mayo”. Esta associação é dos feirantes que trabalham em Puerto Quijarro e Puerto Suárez, referente às atividades desenvolvidas lá. Segundo E.14, “essa associação não tem jurisprudência nem amparo legal para intervir no Brasil. Só nós podemos ajudar e interpor qualquer ato/defesa que represente os feirantes. Hoje estamos mais organizados e temos até um estatuto próprio”.

Na pergunta: *há incentivo para a formação de grupos de defesa dos interesses dos feirantes?* Os feirantes dizem que não veem a participação da Associação e que, por ora, todos só aguardam as decisões que serão tomadas. Portanto, não há nada planejado/estruturado. Na conversa com o presidente da Associação, ficou evidente que eles não têm nenhuma defesa/argumento pronto, por escrito, para defesa dos seus interesses.

Analisando as três falas a seguir, podemos observar à força dos agentes sociais idealizados por Grimson (2000), e a total falta de diálogo entre os agentes sociais da fronteira Brasil-Bolívia.

> É muito fácil ser feirante em Corumbá. Você chega se infiltra, quando os fiscais passarem você tem a chance de não ter as mercadorias apreendidas. Você é encaminhado para a Prefeitura para realizar o cadastro. Paga um valor simbólico e tudo bem. Durante muito tempo a Associação 2 de Mayo infiltrou diversos feirantes aqui na feira de Corumbá. Claro, lá é muito mais difícil de ser feirante e o pagamento é em dólar (3 mil dólares o período, fora taxas de manutenção/segurança). A nossa associação não vê bolivianos ou brasileiros. Somos todos feirantes e queremos o nosso espaço para trabalhar. Concordo que falta sim um melhor ordenamento da feira. Para nós da associação, na feira só poderia trabalhar quem é brasileiro ou boliviano que já tem residência comprovada na cidade (até com filhos brasileiros). Estes são cadastrados e até gastam seu dinheiro no nosso comércio. Fazem a nossa economia girar. A Bolívia é mais bem considerada do que Corumbá, veja o quanto as cidades do lado de lá estão crescendo e a nossa não vai para frente (E.14, Presidente da Associação dos Feirantes).
>
> A feira livre é essencial para Corumbá, porque nela encontramos produtos frescos, preços acessíveis e a própria presença dos bolivianos, que não pode ser ignorada. Contudo, as feiras de Corumbá são mal organizada e possuem péssima fiscalização. Há necessidade de ter mais higiene, banheiros químicos e limpos, um quiosque padronizado; a presença da guarda municipal. Eu não concordo com a desorganização da feira. A feira precisa se reorganizar e os feirantes têm que ser cadastrados junto à prefeitura e serem formalizados como Microempreendedor Individual (E.41, Presidente da Associação Comercial de Corumbá).
>
> A feira é importante. A preocupação nossa, fiscais de postura do município, a cada dia aumenta mais. Todo dia a gente tenta por na cabeça dos feirantes que o dizer feira livre não significa que é para vender de tudo. Tem muita coisa ilícita, sem origem, falta de higiene e constante presenças de crianças. Esses dias uma barraca quebrou e a criança estava embaixo da barraca dormindo (E.42, Fiscal de Postura do Município).

Dizer o mesmo de diversas formas e sem fundamentação é a mesma coisa que não dizer nada. Como visto a feira em Corumbá é um verdadeiro palco de emoções e irregularidades, ou, tal qual expressou Santos (2002, p.7), “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Ficou evidente, ao longo de todas as entrevistas realizadas, a falta de diálogo entre os diversos atores sociais entrevistados. Dallabrida (2007, p.4), ao apresentar seus estudos sobre a gestão territorial através do diálogo e da participação, enfatiza que é “indispensável que se criem espaços públicos de representação, negociação e concertação, assim como, o redesenho do papel do próprio Estado”. Certamente este estudo não foi lido pelo poder público municipal na sua ação frente à Feira Bras-Bol e, até o momento, não serve de base para qualquer ação idealizada frente às feiras livres. O papel do boliviano na feira livre de Corumbá deixa evidente que os feirantes percebem a fronteira do ponto de vista dos fluxos humanos como vivida. Em conformidade com Machado (1996, p.42), a fronteira passa a ser de caráter simbólico por excelência, e em nada impedem este processo de liberdade.

4. BUSCANDO E APONTANDO POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

4.1. Experiências de comercialização de produtos agrícolas

Compreender a importância e o papel das feiras livres é como visualizar o compartilhamento cultural e econômico de uma cidade, interpretá-las como o palco onde ocorrem as diversidades locais e globais, do escoamento da produção, a distribuição, a comercialização, a renda, o consumo, a vivência e a cultura. As feiras devem ser objetos de intervenção de políticas públicas que propicie um melhor ordenamento territorial da mesma. Qualquer forma de planejamento deve considerar o entendimento mais completo possível da função de uma feira para a sociedade e para a agricultura familiar.

Dessa forma esta etapa do trabalho tem por objetivo apresentar experiências de comercialização de produtos agrícolas em diversas feiras do Brasil. A ideia inicial era retratar experiências apenas de comercialização em áreas fronteiriças. Devido à limitação da bibliografia, optou-se por uma ampla pesquisa em feiras livres por todo o Brasil e que possuíssem semelhanças com as feiras de Corumbá/MS.

A primeira experiência vem da Feira dos Goianos, que ocorre na regional do Gama, no Distrito Federal (DF). O estudo realizado por Pierre e Valente (2010), tem como principal objetivo apresentar que os gargalos no escoamento da produção podem ser considerados um dos principais entraves para a comercialização de produtos agrícolas. Nesta vertente, Pierre e Valente (2010) defendem as vendas diretas para o fortalecimento da agricultura familiar. Vendas diretas são todas as operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, “tais como: entregas ao domicílio, tele-entregas, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade" (PIERRE e VALENTE, 2010, p.6).

Para dirimir o gargalo no escoamento da produção, as autoras afirmam que “pequenos produtores isolados dificilmente são capazes de atingir escala de produção suficiente para realizar transações comerciais rentáveis” (PIERRE e VALENTE, 2010, p.9). Para tanto, há necessidade de se formar uma associação ativa, que seja capaz de reduzir os custos de comercialização e viabilizar a capacidade de negociação de preços. Dessa forma, os

agricultores, por meio de vendas diretas em feiras livres, conseguiriam as vantagens competitivas frente aos grandes varejistas, como os supermercados e frutarias.

As autoras também apresentam que as feiras possuem um grande potencial como espaço de comercialização e relações sociais. Por isso, defendem que os aspectos socioculturais das feiras livres devam ser considerados pelos governos locais quando forem planejar qualquer ação que vise potencializar os aspectos econômicos das feiras. Nesta defesa, as autoras apresentam a seguinte visão sobre a Feira dos Goianos:

> Algumas feiras revelam uma imagem simbólica em relação à natureza e mundo rural, que se encaixa no limiar difuso entre o rural e urbano, entre o fim da fase produtiva e início da fase de consumo. Para Ribeiro et al., (2003), da função social da feira livre se depreende a possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar, pois a feira possibilita a agregação de valor aos produtos e colocação regular da produção, devido ao encurtamento da cadeia comercial (PIERRE e VALENTE, 2010, p.15).

Para as autoras, espaço social das feiras se apresenta como um modelo de desenvolvimento alternativo, cuja lógica de produção e comercialização é contra-hegemônica. Neste contexto é valorizado o resgate de tradições familiares, os saberes transmitidos e o apoio tecnológico nas produções. Pierre e Valente (2010) sustentam que o foco dos programas e ações para o fomento da comercialização deverá ser a ativação do seguinte circuito: Estímulo à comercialização direta dos produtos da agricultura familiar em feiras livres > Minimização da participação de intermediários na cadeia produtiva > Aumento da renda das famílias > Fortalecimento de laços de cooperação e solidariedade entre produtores rurais. Defendem que a dimensão sociocultural da feira livre deve ser considerada, já que congrega uma variedade de pessoas e grupos, em eventos periódicos, compartilhando tradições e com objetivos diferentes.

Outra experiência analisada e que apresenta intensas semelhanças com a cidade de Corumbá é a Feira do Produtor de Alegrete, no Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada por Fontoura e Neumann (2010) que analisaram a produção, a comercialização e as relações socioculturais com o objetivo de fortalecer as estratégias da agricultura familiar no cenário municipal.

Alegrete está localizada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, a 500 km da capital Porto Alegre. Possui 90 mil habitantes e é o maior município em extensão territorial. A região é frequentemente identificada pela presença de grandes propriedades rurais que atuam na criação de gado. Porém, nessa região também existe um número significativo de propriedades familiares envolvidos na produção e comercialização de hortigranjeiros e que participam da Feira de Produtores do município de Alegrete/RS.

Muitas semelhanças com a cidade de Corumbá/MS, visto que ambas possuem quase o mesmo número de habitantes, estão distanciadas cerca de 500 km de suas capitais, são grandes criadoras de gado e se configuram como os maiores municípios em extensão territorial dos seus respectivos estados. Outra analise feita por Fontoura e Neumann (2010) e que se assemelha muito a realidade de Corumbá é a seguinte:

> De acordo com Panassolo (1992), além das barreiras geográficas, estruturais de mercado e de crédito, os técnicos enfrentam, ainda, o fator "resistência", inerente à maioria dos pequenos produtores, e responsável pela inviabilização de muitos programas socioeconômicos, voltados para grupos de produtores de baixa renda. Esse autor sugere que a origem dessa resistência pode ser explicada pela não adequação dos programas às reais necessidades da população rural. Alende (2006) observa que, relegar a importância de diversificar a produção agrícola na Fronteira Oeste a um segundo plano, considerando somente o fator cultural "enraizado" na produção pecuária como potencial regional de desenvolvimento da agricultura familiar, pode ser um caminho reducionista e perigoso (FONTOURA e NEUMANN, p.5).

Fontoura e Neumann (2010) relatam que na Feira do Produtor de Alegrete são comercializados produtos de origem vegetal, como frutas e olerícolas[30], de origem animal como ovos, leite, mel e processados de agroindústrias caseiras, como doces em calda, rapaduras, pães, bolos, massa de panqueca, queijo, charque e embutidos. As propriedades rurais estão localizadas entre 8 a 23 km de distância da área urbana de Alegrete. Todos os produtos comercializados são produzidos pelos próprios produtores e existe uma Associação dos produtores rurais. "Na decisão sobre como atribuir os preços de venda aos produtos, esclarecem que são definidos pela associação, que tenta avaliar os preços do mercado e estipular um preço um pouco mais acessível para os consumidores" (FONTOURA e NEUMANN, 2010, p.6).

Outro ponto interessante sobre a Feira do Produtor de Alegrete e que se aproxima muito da realidade de Corumbá/MS, é a alta perecividade dos produtos, principalmente folhosas, somado ao fato do armazenamento ser precário, ou inexistente. Todos os dias os produtores precisam voltar com seus produtos para a zona rural. No ir e vir, a perecividade se intensifica e as perdas geram mais custos.

Sobre a comercialização, os produtores de Alegrete relatam que, além da feira do produtor, também comercializam com supermercados, restaurantes e armazéns. Contudo expressam: o melhor local ainda é a feira. Fontoura e Neumann (2010, p. 6-7) assim retratam:

> Os produtores rurais observam que na feira as vantagens são referentes ao pagamento, que ocorre na hora, e que em alguns produtos conseguem ganhar um

[30] Olerícolas: É o nome comum para o fruto das leguminosas que se fecundam dentro de um carpelo. São legumes, raízes, bulbos, tubérculos, talos, folhas, flores, frutos e sementes. Exemplo: feijão. Disponível em: http://www.senar.org.br/content/produtor-de-olericolas Acesso em 20 de jul. de 2015.

> pouco mais. Todos enfatizam que na feira conseguem vender tudo o que produzem (inclusive produtos que produzem em menor quantidade).

Fontoura e Neumann (2010), assim como nesta dissertação, também realizaram uma pesquisa histórica e jurídica da feira. Identificaram, através dos documentos encontrados na Associação, que a feira já foi realizada em vários pontos do município. Atualmente, ocorre em três da área urbana: um na praça central durante dois dias da semana (terça e quinta) no turno da manhã (com 10 feirantes) e no sábado pela manhã, na Avenida Osvaldo Aranha e na Rua Bento Manuel, com um número menor de feirantes em cada (de três a quatro feirantes em cada feira).

Observa-se que o fortalecimento da feira de Alegrete só ocorreu após a criação da Associação dos Produtores Rurais. Na pesquisa de Fontoura e Neumann (2010), os feirantes destacaram que, nos últimos anos, a associação está com pouca atuação, contudo, ainda é fundamental para, além de definir os preços praticados, lutar pelo direito dos feirantes comercializarem seus produtos em áreas centrais da cidade de Alegrete.

Ainda sobre a localização da feira, os gestores do município de Alegrete insistem, desde os governos anteriores, que a praça não deve ser um local de comércio. A prefeitura há alguns anos, já tentou levar estes agricultores para um galpão de comércio, mas a proposta não foi aceita pelos feirantes por não ser um local central.

> A administração pública atuante no período do trabalho de pesquisa também apresentava intenção de mudar a feira de local, deslocando para próximo à estação rodoviária da cidade. No entanto, os agricultores continuavam resistindo, salientando que a feira deve ser realizada em um local de grande circulação de pedestres, pois o município não possui tradição na realização de feiras. Argumentando assim, que só conseguem comercializar porque aquele é um ponto estratégico de movimentação da população. Um dos agricultores, fazendo referência a essa indefinição de local para a venda dos produtos, diz que “não dá para se meter lá nos cafundós”.

Observa-se aí o importante papel de uma associação em lutar pelos direitos dos seus associados. A Associação de Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiros do município de Alegrete se faz presente desde 1988, quando a mesma começou a cobrar da gestão municipal a criação legal (jurídica) da feira do produtor, visto que, na época, as feiras ocorriam em espaços públicos, não delimitados pela prefeitura local, onde alguns agricultores vendiam seus produtos diretamente aos consumidores. Isso, num período bem anterior a fundação da associação.

Sobre a presença de uma associação que trate do interesse dos produtores rurais de Corumbá, durante as entrevistas foi evidenciado que existe tal associação, contudo, os produtores afirmam que a sua participação é quase nula. Hoje, em Alegrete, embora os feirantes continuem organizados sob a forma de uma Associação, poucas reuniões e

discussões são realizadas sobre as melhorias que desejam, pois parecem desacreditados em relação às promessas do poder público e da extensão rural.

Outra experiência interessante, também vem do Rio Grande do Sul. Felin e Miorin (2006) realizaram um estudo visando encontrar ações para o fortalecimento das atividades em feira livre na cidade de Santa Maria, próxima à Alegrete. O objetivo do estudo de Felin e Miorin (2006) foi analisar o funcionamento e a organização das feiras-livres, no município de Santa Maria-RS, a partir da feira da Rua Professor Teixeira, conforme as relações entre os atores envolvidos na manutenção da atividade. Algo bem parecido com esta dissertação que teve o cuidado de analisar a fala de alguns sujeitos para propor ações de melhoria na comercialização de produtos agrícolas.

Estes autores apresentam as contribuições de três sujeitos da pesquisa: feirantes, consumidores e o poder público, onde foram identificados e analisados os seguintes pontos: estrutura e fortalecimento das feiras; mercado informal; feirante e consumidor; ações da administração municipal e; segurança alimentar. Os resultados mostraram que para o fortalecimento das atividades da feira livre na cidade de Santa Maria seria necessário trabalhar com maior rigor:

✓ As avaliações sanitárias, principalmente no âmbito da segurança alimentar e nutricional;

✓ A estrutura das feiras, que carece de inserção da agricultura familiar fortalecida a garantir o custeio de investimentos em melhorias e ousadia para empreender e capacitar competitivamente em preço e qualidade, frente aos mercados;

✓ Ações educativas e transferência de capacitação aos feirantes na transformação e agregação de valor, garantindo a rentabilidade, melhor qualidade aos produtos e como alternativa consolidar a reprodução socioeconômica da classe feirante. Mesmo que consistindo numa intervenção reativa, torna-se a melhor opção em curto prazo;

✓ Deve-se priorizar atenção ao público alvo das feiras, buscando sua ampliação e diversificação, pelo incentivo ao consumo, por preços e qualidade, que garantam níveis de reciprocidade entre os atores em via de estabelecer a função social coletiva e não para grupos específicos.

No fim, após a avaliação sobre o olhar dos três sujeitos, os resultados se aproximam muito das feiras de Corumbá e apontaram para três olhares: 1) os feirantes (produtores e comerciantes) possuem dificuldades para transportar o produto e carecem de melhores estruturas; 2) o poder público concede alvará e recolhe a taxa anual, expondo a informalidade da feira por inexistência de legislação específica; 3) os consumidores avaliam positivamente a

feira pela localização e qualidade dos produtos. Assim, conclui-se a presença do conflito: oferta e demanda, aponta-se para ações educativas ao capacitar os feirantes, transformação, agregação de valor, rentabilidade e melhor qualidade, como caminho para consolidar a classe dos feirantes.

Outra feira chama atenção pelo tamanho e pelo tempo que está em funcionamento é a Feira Livre de Arapiraca[31], no estado de Alagoas. São reconhecidas regionalmente como polos culturais, onde ocorre um fervor em torno da música, poesia, teatro e literatura de cordel. Surgiu em 1884 e representa a verdadeira cultura nordestina, sendo a mais antiga e de maior importância de toda a região.

Na Feira Livre de Arapiraca o comércio de mercadorias é bastante variado: roupas, utensílios domésticos, alimentos, material para o trabalho no campo, animais, ervas medicinais, móveis, ferragens, brinquedos, artesanatos e diversos outros produtos. Contudo, há um rigoroso regulamento com normas e padrões a serem seguidos. Também existem líderes de setores da feira que se encontram periodicamente com a gestão pública para manter e atender a feira.

A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços de Arapiraca, possui um departamento exclusivo para a coordenação das feiras livres e do mercado público. É a responsável por coordenar as 12 feiras de Arapiraca, de modo que cada feira está localizada em um ponto estratégico da cidade e funciona num dia predeterminado, para poder melhor atender a população, não só de Arapiraca, mas de toda a região.

Arapiraca é um verdadeiro exemplo para Corumbá, visto que, apesar da feira livre da cidade possuir um Decreto que a regulamenta, a Prefeitura Municipal só está cuidando do cadastro e recolhimento dos tributos. Diversos feirantes relataram que é a Associação dos Feirantes que determina o local onde o feirante poderá instalar a sua barraca, bem como a participação, ou não do feirante na mesma. Para isso, E.43, produtora rural de Corumbá, relatou:

> Eu demorei quase um ano para conseguir participar na feira livre. Eu fui até o CRAS Rural, de lá me indicaram que eu falasse com o presidente da Associação dos Feirantes e este prometeu que conseguiria uma vaga para mim. Outras pessoas passaram na minha frente e eu, durante esse quase um ano de espera, comercializava em um pedaço da barraca de um amigo [a relação dos compadres descrita anteriormente]. Há pouco tempo consegui esse espaço e daqui não saiu mais.

Como dito anteriormente, sobre a comercialização de produtos agrícolas em outras cidades fronteiriças do Brasil, a bibliografia se mostrou limitada e pouquíssimos materiais

[31] A informação desta secção foi obtida em: http://www.arapiraca.al.gov.br/v3/feiralivre.php Acesso em 10 de jul. de 2015.

abordavam especificamente, a questão da entrada de produtos de outros países. O que mais foi encontrado foram reportagens sobre a proibição da entrada de produtos agrícolas, sem a procedência/autorização comprovada no território nacional. Destacam-se aí as frutas, principalmente as bananas que entram intensamente pela fronteira com o Paraguai.

O MAPA estrutura diversas operações ao longo da fronteira do Brasil com o intuito de coibir a entrada de produtos sem autorização e até contrabandeados. Destaca-se aqui a operação JMJ realizada pelo MAPA em julho de 2013. Seu nome é devido ao evento que o Brasil realizava naquele momento, a Jornada Mundial da Juventude (JMJ).

Fiscais do MAPA se instalaram na fronteira com a Bolívia e com o Paraguai numa Operação realizada em conjunto com a Receita Federal, ANVISA, ANTT, PRF e Policia Federal. Segundo o responsável pela operação:

> A distribuição de milhares de panfletos educativos do Vigiagro aos condutores e passageiros que entraram na Bolívia e Paraguai, passando pelos Postos da Receita Federal em Corumbá e Mundo Novo/MS, contribuiu para a redução das apreensões de produtos de origem animal e vegetal. Até o momento, já foram destruídas e incineradas mais de três toneladas de produtos apreendidos pelos fiscais e agentes, como carnes (bovina, suína, aves e pescado), grãos (milho, feijão, quínua, favas, entre outros), leite, queijos, linguiças, embutidos, batata, mandioca, flores e verduras em geral. Dezenas de cargas contendo esses tipos de produtos, que abasteciam a feira livre de Corumbá, estavam desacompanhadas do certificado fitossanitário e foram orientadas a retornarem a Bolívia para evitar a apreensão[32].

Como observado, essas operações visam mais coibir do que promover a regulamentação e a integração dos povos latinos. Conhecer a certificação, a origem e as condições fitossanitárias dos produtos é fundamental, porém, reportagens como a supracitada, são comuns na cidade de Corumbá/MS. O que não é comum é o cidadão visualizar uma reportagem que apresente uma discussão e um diálogo para a regulamentação da entrada e comercialização dos produtos agrícolas.

Outro ponto de proibição encontrado em diversas feiras pelo país, e presente nas feiras de Corumbá, é a comercialização de carnes e outros frios. Como relatado, são poucas as barracas encontradas que comercializam carnes nas feiras de Corumbá e Ladário, mais especificamente três barracas. Uma experiência nesse tipo de comércio vem de Dourados/MS[33] onde a prefeitura municipal daquela cidade regulamentou a venda de peixes, carnes bovinas, suínas e aves nas feiras da cidade.

---

[32] Disponível em: http://www.uagro.com.br/editorias/politicasetorial/outros/2013/07/26/fiscaisdomapaparticipamdeoperacaojmjnafronteira.html Acesso em 10 de jul. de 2015.

[33] Disponível em: http://pontapora.capitalnews.com.br/cotidiano/prefeituraregularizacomerciodecarnesnafeiralivrededourados/280516 Acesso em 10 de jul. de 2015.

Para tanto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Dourados regulamentou/autorizou a venda de carnes resfriadas ou congeladas em cortes variados, inclusive temperadas e linguiças. Tudo é feito dentro das normas da Vigilância Sanitária, inclusive com fiscalização. Os interessados neste tipo de comércio foram registrados no SIMD (Serviço de Inspeção Municipal) e o produto tem que ser processado no interior de algum tipo de estabelecimento e não na feira livre. Os produtos precisam, previamente, serem embalados, resfriados, transportados para a feira e mantidos em resfriadores. Não ocorre manipulação alguma na feira, o produto não fica exposto e o consumidor tem a garantia de que está comprando um produto de qualidade. Vale destacar que em Dourados, já existe um projeto em que os feirantes passarão a atuar em um Mercadão Municipal, tal qual já ocorre na cidade de Campo Grande/MS.

Buscando elementos que apresentassem como ocorre a venda de roupas em feiras livres do Brasil, foi encontrado a feira da Cidade Operária, em São Luís no Maranhão, num estudo realizado por Lima et al. (2014). Nesta feira são comercializados cinco grandes grupos de produtos: FLV; mariscos e pescados; temperos e pimentas caseiras; roupas e calçados; e cosméticos.

Esta feira é altamente caracterizada pela informalidade. Lima et al. (2014), também evidenciaram o significado de circuito inferior, tal qual está dissertação, para entender sobre como “o mercado informal acaba se constituindo em refúgio típico das áreas urbanas e desempenhando o papel de abrigo para uma população pobre e que não apresenta as habilitações necessárias para ingresso no circuito superior da economia” (LIMA et al. 2014, p.7). Contudo, além do contexto informal, diversos problemas estruturais impactam a feira da cidade, como a questão da segurança pública, transporte público, esgoto a céu aberto, iluminação pública e coleta de lixo.

A questão da segurança também foi evidenciada, durante a realização da pesquisa nas feiras de Corumbá, tanto é que a Associação dos Feirantes precisou contratar seguranças para reforçar o controle de assaltos e primeiros socorros na feira. Durante as pesquisas também foi evidenciado a questão da iluminação pública, sobretudo na feira de sábado à noite, onde a mesma é muito escura e tem diversas quedas de energia, já que a ligação elétrica é precária. Esgoto a céu aberto não foi encontrado, nos locais onde ocorre a feira livre, contudo, ao término das feiras, todo lixo produzido é deixado no local (Figura 32), cabendo à prefeitura de Corumbá a responsabilidade por limpar a área, todos os dias, logo após o término das feiras.

Figura 32: Lixos deixados pelos feirantes ao final da feira de sexta em Corumbá[34].

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

A conclusão dos autores é que há necessidade de se planejar e dar mais atenção às feiras livres, visto que a grande variedade de produtos e a diversidade nos preços se destacam entre os fatores que viabilizam as feiras livres como relevante canal de comercialização.

Finalizando esta etapa do trabalho é possível visualizar muitas similaridades por diversas feiras ao longo do Brasil. Conhecer as dificuldades de cada feira e como estas foram superadas é uma excelente forma de inspirar e propor medidas de melhoria na comercialização dos produtos agrícolas na cidade de Corumbá/MS.

4.2 Propostas

> No âmbito da implantação de grandes projetos de infraestrutura, é natural que a população dos territórios impactados clame por um canal de diálogo com o governo – o responsável pelos projetos. Criados pelo Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com as chancelarias dos países vizinhos, os Comitês de Fronteira surgiram para atender às demandas de determinadas comunidades fronteiriças e facilitar a coordenação entre as autoridades fronteiriças. Os Comitês são, via de regra, presididos pelos respectivos cônsules nas cidades e têm como propósito servir de foro para que autoridades e comunidades locais possam discutir os problemas comuns e buscar soluções (CARNEIRO FILHO e RÜCKERT, 2013, p.9).

[34] Outras áreas estavam bem mais sujas. Para preservar a identidade das pessoas, optou-se por não apresentar as fotos.

Esta etapa do trabalho visa apresentar propostas para um melhor ordenamento da produção e comercialização de produtos agrícolas neste território fronteiriço. Essas propostas foram identificadas a partir das falas de alguns sujeitos que possuem interesse na produção agrícola local e no funcionamento das feiras livres da cidade de Corumbá/MS (evidenciados na Figura 3). As propostas, conforme destacada na citação em epígrafe, devem ser articuladas e discutidas em comitês de fronteira para atender as necessidades de toda a população deste território fronteiriço.

Para chegar a estas propostas todos os problemas de pesquisa foram revistos e, também, foram consideradas todas as evidências surgidas ao longo das entrevistas. Após essas análises, optou-se por agrupar e apresentar as propostas em quatro grandes grupos:

- ✓ Gestão do território fronteiriço e comitês de fronteira;
- ✓ A comercialização de produtos agrícolas em território fronteiriço;
- ✓ Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Feira do Produtor Rural;
- ✓ Organização da feira livre de Corumbá/MS.

Destarte, durante as entrevistas houve o cuidado de sempre deixar bem claro para os entrevistados que todas as informações tinham o objetivo de reconhecer a vida diária destes sujeitos para que, no fim, pudessem ser elencadas propostas de melhorias e que, estas propostas, poderiam, talvez, nunca ser aplicadas, apenas evidenciadas nesta dissertação. A ideia é a mesma desde o início da pesquisa: potencializar o comércio de produtos agrícolas, reconhecer a importância e a participação dos bolivianos nas feiras da cidade e resgatar e preservar a memória que a feira exerce sobre a vida de todos os cidadãos corumbaenses, ladarenses e bolivianos.

4.2.1 Gestão do território fronteiriço e comitês de fronteira

Como começar a elaborar propostas se não chamando todos os interessados, brasileiros e bolivianos, para sentar e iniciar os debates de como poderá ocorrer, da melhor forma possível, a comercialização dos produtos agrícolas neste território fronteiriço?

A questão que se impõe é: existem territórios fronteiriços, cada qual com suas normas e um sistema de gestão particular; mas não existe um mecanismo de gestão compartilhada, que englobe todos eles num só. Um sistema que possa ser ágil, participativo, que discuta e ordene a vida fronteiriça, abarcando os territórios nacionais de fronteira.

Conforme apresentado no referencial teórico desta dissertação, a gestão fronteiriça surge como ferramenta fundamental, capaz de por em discussão, problemas comuns, de ambos os lados da fronteira – a fronteira vivida, e que pode responder positivamente para o desenvolvimento do território fronteiriço. A gestão desses territórios pode ser estimulada por meio de comitês de fronteira, que se constituem em fóruns de participação aberta a todos os agentes territoriais que proporiam soluções ágeis aos problemas comuns das localidades.

Contudo, ressalta-se, o comitê de fronteira é presidido pelos cônsules dos respectivos países, neste caso, pelo cônsul do Brasil (na Bolívia) e pelo cônsul da Bolívia (no Brasil). O cônsul é o responsável por, após a reunião em uma das cidades fronteiriças (aqui geralmente ocorre na cidade de Puerto Suárez ou Corumbá), apresentar as ações nas capitais federais dos respectivos países, buscando um meio para solucionar o problema debatido.

Ao analisar as atas de reuniões do Comitê de Fronteira Corumbá (MS) e Puerto Suárez (SC), observa-se que a fronteira é interpretada com ar da criminalidade latente. A maior parte dos assuntos tratados refere-se ao tráfico de drogas. Entende-se e se propõe a reestruturação do Comitê e de suas proposições. É preciso romper com a insignificante busca por culpados em prol da urgente necessidade de ampliação dos diálogos e das melhorias das cidades a partir de acordos tácitos ou formais de apoio mútuo. O resultado da equação é simples: nenhuma das quatro cidades (Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez) produzirá desenvolvimento pleno sem a união com as demais para resolução dos problemas comuns. Entende-se que cabe a Corumbá o papel de protagonista, pelo fato de ser a maior e mais populosa, de chamar as demais cidades para as negociações coletivas.

As ações desta primeira proposta são apresentadas na Figura 33:

FIGURA 33: GESTÃO DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO E OS COMITÊS DE FRONTEIRA.				
AÇÃO	**O QUE É**	**OBJETIVO**	**RESPONSÁVEL**	**RESULTADOS ESPERADOS.**
Fortalecimento do comitê de fronteira	Segundo Calleja e Safarov (2007, p.1), os comitês são encontros binacionais que se realizam entre as regiões fronteiriças de dois países para o tratamento de temas de interesse mutuo e que compreendem a diferentes aspectos com respeito a uma problemática local.	Fortalecer o comitê de fronteira existente.	Consulados dos dois países.	Promoção do desenvolvimento integral e sustentável da zona fronteiriça binacional; eliminando os problemas de segurança que constituam riscos para o Estado.
Criação de um conselho de fronteira.	Orgão de ligação entre a sociedade civil organizada e os cônsules, configurando-se como forma operacional do Comitê de fronteira. Deve ser paritário, composto por membros da sociedade civil organizada e representantes dos governos (de todas as esferas com atuação no local) de ambos os lados da fronteira.	Desburocratizar o funcionamento do comitê de fronteira, tornando-o mais ágil e sob comando da sociedade civil organizada e dos governos locais.	Prefeituras Municipais UFMS (MEF)	Agilidade na resolução dos problemas e na pactuação de medidas protetivas comuns entre os fronteiriços.
Definição dos Agentes Territoriais	São pessoas (aqui chamados de agentes territoriais) do próprio território fronteiriço que possam fornecer ações, propostas que se adéquem às necessidades das populações fronteiriças.	Convidar/definir quem serão os agentes territoriais (empresários, instituições públicas, IES, e demais interessados do território fronteiriço).	Conselho de Fronteira	Compartilhamento das ações, decisões e dos trabalhos; desenvolvimento do território fronteiriço.
Gerenciamento do Território Fronteiriço.	Segundo a OIM (2012, p.47) "a gestão fronteiriça é aquela que compreende a natureza multidimensional de uma problemática fronteiriça e que se adequa as particularidades geoeconômicas, políticas, sociais e ambientais das zonas de aplicação". Os 6 passos apresentados ao lado, foram desenvolvidos pela OIM em 2012 (anexo 1) e adaptado para o tema desta dissertação.	1. Determinar a extensão territorial de onde o comitê de fronteira atuará, levando em consideração os aspectos das dinâmicas sociais, culturais, econômicos e ambientais. 2. Definir um marco institucional e normativo, podendo ser, por meio de um Acordo de Cooperação, no qual deverá ser registrado todos os tratados e mecanismos surgidos das relações binacionais. Definir um protocolo de responsabilidades e obrigações de cada cidade fronteiriça. 3. Identificar os problemas comuns e as dificuldades particulares de cada cidade. Isto permitirá o reconhecimento da realidade do território fronteiriço como um norte para a etapa do planejamento. 4. Definir claramente papéis e funções de cada agente territorial na coordenação desta gestão. 5. Trabalhar, primeiramente, com as articulações possíveis, na forma de piloto e, na medida do possível, incluir as escalas local e regional de administração dos países fronteiriços. 6. Priorizar os problemas e o planejamento estratégico fronteiriço para a comercialização de produtos agrícolas e da participação dos bolivianos nas feiras de Corumbá, além de se definir como os produtos corumbaenses e ladarenses poderão entrar no território boliviano. Assim, haverá a elaboração das políticas em parceria. Estas políticas estarão orientadas para solucionar os problemas dos territórios fronteiriços e implementar melhorias na comercialização de produtos agrícolas.	Toda equipe que integrará a Gestão do Território na fronteira Brasil-Bolívia.	Regularização da comercialização de produtos agrícolas no território fronteiriço desta pesquisa. Regularização da participação dos bolivianos nas feiras livres da cidade. Definição de como se procederá a entrada de produtos agrícolas do Brasil na Bolívia e da Bolívia no Brasil. Mapeamento de todos os feirantes e produtores rurais que vivem da agricultura familiar e da feira livre. Fortalecimento do relacionamento sociocultural entre brasileiros e bolivianos. Transformação do Comitê numa referência para dialogar os diversos problemas/potencialidades existentes na fronteira Brasil-Bolívia.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

As ações da proposta que prevê a gestão do território fronteiriço concentram esforços dois pontos chaves: “fortalecimento do comitê de fronteira” e a “criação de um Conselho de Fronteira”. Deles irradiarão as demais ações. Conforme apresentado no referencial teórico desta dissertação, o comitê de fronteira de Corumbá e Puerto Suárez já existe e debate mais questões relacionadas ao tráfico de drogas, assalto de veículos, do que desenvolvimento territorial. Além disso, suas atividades são frequentemente suspensas. Voltou a funcionar, por exemplo, em 2011 e nos últimos quatro anos não ocorreram mais reuniões. Portanto, há necessidade de romper com essa intermitência.

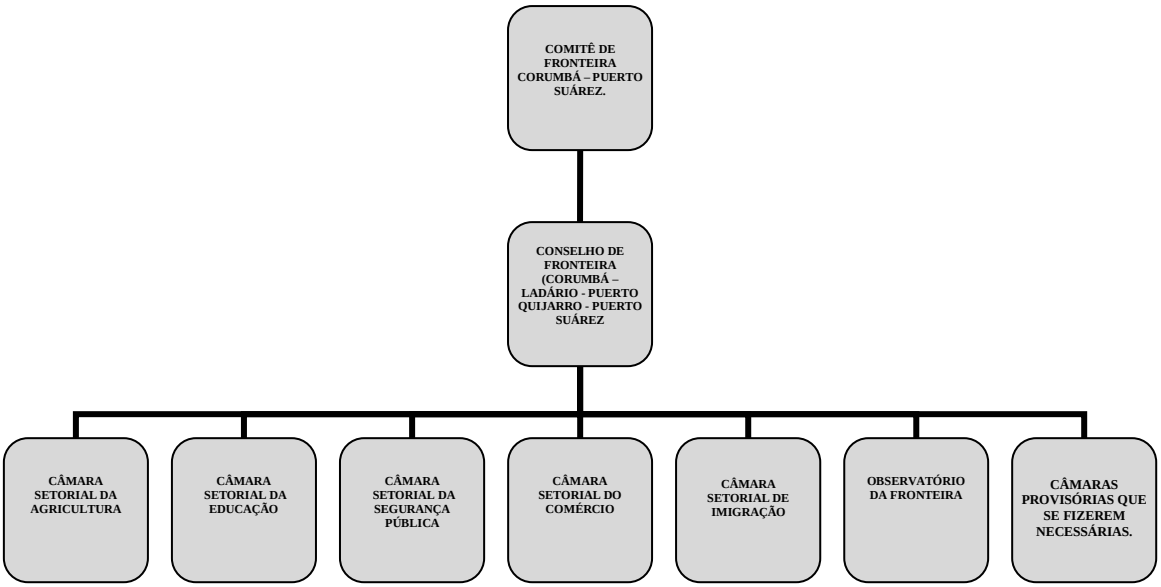
Esse fortalecimento ocorrerá com uma participação mais maciça dos municípios fronteiriços e com propostas de debates para além da segurança pública, que contemple outras áreas, como a educação, turismo, cultura, agricultura, comércio, dentre outras. Os resultados esperados de um comitê de fronteira mais ativo e fortalecido devem ser a promoção e o desenvolvimento integral e sustentável do território fronteiriço e discussão de temas relativos ao desenvolvimento econômico regional.

O papel do cônsul é fundamental nos comitês de fronteira, visto que eles são os representantes (agentes territoriais) da esfera federal. Contudo, com tanta burocracia, os comitês podem não gerar a frase supracitada no início deste subcapítulo: soluções ágeis aos problemas comuns de duas localidades. Dessa forma, a segunda ação da proposta 1, inspirado em Sabatel e Costa (2013), indica a necessidade de criação de um Conselho de Fronteira.

> Poderia se criar uma espécie de Conselho de Desenvolvimento dos Territórios Rurais Fronteiriços, que funcionaria como uma ferramenta de planejamento. Conforme sugerido em Costa (2009), deveria ser paritário e composto por membros da sociedade civil organizada – nesse caso específico, por representantes das associações e entidades civis com atuação nos territórios – e representantes dos governos (de todas as esferas com atuação no local) de ambos os lados da fronteira. [...] Nesse caso, não seria possível ter um caráter deliberativo, pois esbarraria na questão político-territorial. Os acordos pactuados em consenso no Conselho deveriam ser levados às instâncias decisórias de cada lado da fronteira e, então, pressionados para serem executados. Evidentemente que o fato de ser consultivo pode levar à inoperância do mesmo. Contudo, acredita-se que uma vez fortalecida a coesão territorial é possível que, a partir do pacto entre seus membros, se exerça forte pressão nas lideranças políticas de cada território, em favor dos interesses dos rurais fronteiriços (SABATEL e COSTA, 2013, p.12).

O Conselho de Fronteira seria promotor do primeiro diálogo entre as cidades fronteiriças. Seria um acordo bilateral entre os municípios fronteiriços que daria mais flexibilidade para a discussão de propostas e resolução de problemas comuns. O Conselho seria formado por diversas Câmaras Setoriais. A Figura 34 apresenta uma proposta de organograma para a gestão fronteiriça integrada.

Figura 34: Proposta de representação da gestão do território fronteiriço.



Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

As Câmaras Setoriais seriam núcleos de discussão sobre um determinado assunto, conforme apresentado na Figura 34. Um Conselho desses poderia ter quantas Câmaras fossem necessárias e que tratassem permanentemente de assuntos ligados à agricultura, segurança pública, educação, comércio, imigração, dentre outras. Algumas Câmaras podem ser, inclusive, provisórias. Cada Câmara seria formada por agentes territoriais específicos para cada temática. Após as discussões nas Câmaras, o Conselho de Fronteira teria uma ferramenta de interlocução instituída para alcançar os resultados desejados junto aos comitês de fronteira e aos prefeitos municipais. Os comitês, por sua vez, fariam o diálogo com o governo federal de cada país, sobre os assuntos que não seriam resolvidos localmente.

Na administração, segundo Heilborn e Lacombe (2009), esse fenômeno é denominado *downsizing.* Em português esse termo significa “achatamento” e visa eliminar o excesso de burocracia existente nas empresas, ou até mesmo, nas organizações públicas. O objetivo é facilitar o processo decisório deixando a estrutura mais eficiente e mais enxuta possível, onde os processos sejam executados mais rapidamente.

Dessa forma, com o enxugamento da burocracia, haveria a gestão compartilhada entre todas as cidades fronteiriças. O sistema se tornaria mais ágil e participativo, por meio da discussão e do ordenamento da vida fronteiriça, abarcando os territórios nacionais de fronteira.

Para que as duas primeiras ações ganhem corpo e alcancem os objetivos estabelecidos, é necessária uma terceira ação, apresentada na Figura 33: “definição dos agentes territoriais”. Os agentes territoriais seriam todas as pessoas (pessoa física e jurídica) que forneceriam ações, propostas que se adequassem às necessidades das populações fronteiriças. Cada Câmara Setorial deve ser formada por esses agentes (empresários, instituições públicas, IES e demais interessados) que proporcionem o desenvolvimento do território fronteiriço.

O gerenciamento de toda estrutura acima foi inspirado nos estudos da OIM (anexo 1), que elaborou os seis passos para alcançar uma gestão fronteiriça integral. Esses passos foram adaptados para a realidade local, conforme apresentado na Figura 33, e visa a identificação dos problemas (sociais, culturais, econômicos e ambientais), e como estes seriam solucionados. No final desse gerenciamento, haveria a elaboração das políticas públicas em parceria. Estas políticas estariam orientadas para solucionar os problemas particulares dos territórios fronteiriços e estabelecer uma melhoria na comercialização de produtos agrícolas.

Como visto, é por meio dos comitês de fronteiras, dos Conselhos de Fronteira e de suas Câmaras Setoriais, que haverá o gerenciamento do território fronteiriço, visando compartilhar responsabilidades e unir as forças. É nesse momento que emerge o papel do diálogo, exposto por Dallabrida (2007), como um caminho ou eixo orientador de ações que culminarão com a elaboração de políticas públicas. Contudo, o Comitê de Fronteira de Corumbá e Puerto Suárez, que poderia ser acionado como foro de discussão no tocante ao planejamento e no encaminhamento de reivindicações e acompanhamento das ações na região de fronteira, encontra-se subutilizado, tal qual acontece com o comitê do Arco Sul, evidenciado por Carneiro Filho e Rückert (2013).

A fronteira deve ser interpretada nesta direção, como um território organizado, que carece de políticas públicas e ordenamento territorial que valorize o desenvolvimento da sociedade local. Daí a importância do comitê de fronteira se encontrar constantemente (e não com um calendário esporádico) para definir políticas públicas que gerem ações concretas para enfrentar problemas públicos do território fronteiriço.

4.2.2 A comercialização de produtos agrícolas em território fronteiriço

Neste segundo grupo de propostas, a frase condutora de Grimson (2000, p.1) “há de se pensar a fronteira, a partir das fronteiras”, faz sentido em suas amplas discussões. As propostas, a seguir, apareceram na fala de alguns sujeitos e foram embasadas no referencial teórico desta dissertação. O objetivo é que tais propostas resultem soluções que culmine em

melhorias nas dimensões econômica, social e cultural. A ideia fulcral é gerenciar a origem e a comercialização dos produtos agrícolas.

As ações da proposta 2 começam com a “gestão dos produtos agrícolas comercializados na feira e oriundos do Brasil”. Como evidenciado através desta pesquisa, muitos produtos comercializados nas feiras por brasileiros e bolivianos são adquiridos em território brasileiro através de fornecedores locais e de outras cidades do país. Dessa forma, quando o feirante (brasileiro ou boliviano) adquire o produto no Brasil, já está com os encargos tributários inclusos no preço. Essa ação é a mais fácil, pois só depende do gerenciamento/arquivamento das notas fiscais. Cabe apenas guardar as notas fiscais para comprovar que o produto é brasileiro e que os impostos já foram pagos.

A “comercialização de carne” (bovina, suína, aves, peixes e embutidos) na feira livre de Corumbá também é destaque neste segundo grupo de proposta. Conforme evidenciado nas pesquisas, hoje a comercialização ocorre de forma precária através de três feirantes que não quiseram fornecer informações sobre a origem e a procedência da carne. Na verdade, esse tipo de comércio é proibido nas feiras livres, pois não atende as normas de controle sanitário.

Durante a aplicação de pesquisa junto aos consumidores foi perguntado: *quais produtos você acredita que não deveria ser vendido na feira?* A resposta unânime foi carne bovina. Ou seja, a própria população não está satisfeita com esse tipo de comercialização, apontam que precisam do produto, mas que gostariam de melhores condições sanitárias.

Essa proposta foi inspirada no sucesso ocorrido na cidade de Dourados/MS que regularizou e autorizou somente a venda de carnes resfriadas ou congeladas em cortes variados e embaladas, inclusive temperadas e linguiças. Tudo é feito dentro das normas da Vigilância Sanitária, com fiscalização para garantir que não ocorra manipulação na feira. Recomenda-se parceria com as seguintes instituições: Sugere-se parcerias com as seguintes instituições: SENAI-MS, para viabilidade de execução do Programa Senai Carne Vermelha; SENAR-MS, para ministrar os cursos de Processamento de Carnes de Peixe, Produção Artesanal de Embutidos e Defumados de Suínos e; com o SENAC-MS, para aplicação do curso de Higiene e Manipulação de Alimentos.

FIGURA 35: A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO				
AÇÃO	**O QUE É**	**OBJETIVO**	**RESPONSÁVEL**	**RESULTADOS ESPERADOS.**
Gestão dos Produtos comercializados na feira, oriundos do Brasil.	Controle dos produtos comercializados nas feiras (por brasileiros e bolivianos) adquiridos de fornecedores locais e de outras cidades do país por meio de Nota Fiscal ou Nota do Produtor.	Garantir a procedência dos produtos agrícolas comercializados e a segurança alimentar.	PMC, PML, Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário	Regularização dos produtos comercializados na feira oriundos do Brasil e segurança alimentar.
Comercialização de carne	Permissão para comercialização de carne (bovina, suína aves, peixes e embutidos) na feira livre de Corumbá.	Regularizar e autorizar somente a venda de carnes (peixes, carnes bovinas, suínas e aves) resfriadas ou congeladas em cortes variados, inclusive temperadas e linguiças.	PMC, PML, Associação de Produtores Rurais de Corumbá, SENAI-MS, SENAR-MS, SEBRAE-MS, MAPA, IAGRO.	Garantia para o consumidor de qualidade fitossanitária do comércio de carnes na feira livre; ampliação da oferta de produtos, de emprego e geração de renda.
Criação de uma Central de Abastecimento (CEASA)	As Centrais de Abastecimento (CEASA) são empresas de economia mista regulamentadas pelo Decreto nº 70.502. É responsável por gerenciar a comercialização dos hortifrutigranjeiros garantindo a boa comercialização e a qualidade dos produtos.	Criar uma CEASA na cidade de Corumbá; incentivar a produção da AF; orientar e disciplinar a distribuição de hortifrutigranjeiros.	PMC, Associação dos Produtores Rurais de Corumbá e Ladário, MAPA, Embrapa Pantanal, Receita Federal.	Incremento da comercialização de produtos da AF na cidade de Corumbá; ampliação da oferta de hortifrutigranjeiros e de outros produtos alimentícios de forma a atender a demanda do mercado e as políticas sociais do governo.
Reativação do Mercado Municipal de Corumbá/MS.	Mercado Municipal, popularmente conhecido como Mercadão, é o local onde se comercializa frutas, verduras, cereais, carnes, temperos e outros produtos alimentícios.	Reativar o mercadão municipal da cidade, dotando-o de características de modo a se transformar num ponto de encontro e de comercialização dos produtos da AF na cidade.	PMC, Associação dos Produtores Rurais de Corumbá e Ladário, MAPA, Embrapa, UFMS, SEBRAE-MS.	Criação de um novo ponto de encontro e de lazer para os moradores locais; segurança de armazenamento para os produtos da AF; maior oferta de FLV.
Gestão dos produtos comercializados na feira, oriundos da Bolívia.	Controle dos produtos agrícolas oriundos da Bolívia nas feiras livres e supermercados da cidade, por meio de certificação de origem de FLV.	Garantir a procedência dos produtos agrícolas comercializados e a segurança alimentar dos consumidores.	Conselho de Fronteira, Embrapa Pantanal, CIAT, MAPA e Receita Federal.	Regularização dos produtos comercializados na feira oriundos da Bolívia; ampliação da oferta de produtos agroecológicos; manutenção da diversidade cultural das feiras livres.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Para regularizar e potencializar a comercialização de produtos agrícolas neste território fronteiriço foi idealizado, nesta proposta, a "criação de uma Central de Abastecimento (CEASA)" e a "reativação do Mercado Municipal de Corumbá".

De acordo com o Central de abastecimento de Goiás (2012) e de Paraná (2015)[35] a criação da CEASA tem aparato legal (Decreto Federal nº 70.502/1972) e tem seu foco em evitar a precária comercialização dos hortifrutigranjeiros, sem qualquer norma oficialmente instituída e condições adequadas de operacionalização da comercialização, nem garantias de boa classificação e qualidade dos produtos. Por meio de uma Central de Abastecimento seria possível incentivar a produção da AF, orientar e disciplinar a distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios de forma a atender a demanda do mercado e as políticas sociais do governo.

A reativação do Mercado Municipal de Corumbá seria uma forma de fortalecer a AF na região e dar um local fixo para os produtores rurais comercializarem o excedente da sua produção. Hoje, essa comercialização ocorre por meio da feira do produtor rural na praça central da cidade, que é orientada para o lazer e não apresenta condições mínimas para qualquer tipo de comercialização.

Figura 36: Mercado Municipal de Corumbá/MS.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

[35] Os dados e regulamentos apresentados no item acima "CEASA" foram obtidos em Ceasa: http://www.ceasa.goias.gov.br/post/ver/144720/criacao e http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=379 Acesso em 22 de jul. de 2015.

Na Figura 36 é apresentada a sede do Mercadão Municipal de Corumbá. O local é constituído de 2 blocos. Na parte da frente poderia funcionar o mercado municipal e seus 50 boxes, como prevê o projeto da PMC (PMC, 2014). Na parte de trás do mercadão, o 2º bloco poderia ser a sede da CEASA, que atenderia aos feirantes, produtores rurais, supermercados e frutarias da cidade, bem como a população local.

Segundo o projeto (PMC, 2014) o Mercadão de Corumbá será revitalizado por meio do programa federal PAC das Cidades Históricas. Nos últimos anos, o Mercadão estava sendo utilizado para abrigar serviços de saúde pública, entre eles, Laboratório de Análises Clínicas, Fisioterapia e Farmácia municipais perdendo totalmente a sua essência e real destinação de um mercado municipal que é atender aos produtores rurais da região. De acordo com a PMC (2014) a ideia é que o local seja referência turística.

Além dos espaços para a comercialização da produção rural dos assentamentos, o novo Mercadão contará ainda com uma praça de alimentação onde ficarão instaladas lanchonetes e cantinas, além de banheiros e uma área administrativa.

Os produtores rurais brasileiros sinalizaram, nas entrevistas, que não têm interesse em concentrar suas atividades exclusivamente no antigo Mercadão Municipal. Pelos seus relatos fica evidente que preferem continuar participando da feira livre. Porém, precisam visualizar essa possibilidade para além do fato de estar num local fixo de comercialização de seus produtos. Isso não impedirá o produtor rural de também participar da feira livre. Como já ocorre hoje em dia, evidenciado nas entrevistas: enquanto o produtor está na feira de sábado de manhã, no bairro Nova Corumbá, a sua esposa está na feira do Produtor (praça central) e um filho ou genro na feira de sábado de manhã na cidade de Ladário. Ou seja, o mercadão é mais um canal para o produtor rural aumentar suas vendas diretas.

Outro benefício é que os produtores poderiam utilizar os boxes do mercadão (cada produtor com o seu respectivo Box) para estocar os seus produtos em um local da cidade (visto que muitos assentamentos se localizam distantes da área urbana de Corumbá). Vale relembrar que um dos principais entraves relatados pelos produtores rurais de Corumbá e Ladário é o transporte público dos assentamentos até as feiras. Assim, há necessidade de se dialogar com os produtores explicando as funcionalidades e benefícios de reativação do mercadão municipal.

No que tange a reativação do mercadão municipal, há de se comentar sobre a necessidade da diversidade e quantidade de mercadorias comercializadas. Essas mercadorias não podem se limitar apenas a FLV, pois a cidade possui muitas feiras, praticamente uma para cada bairro. Dessa forma haverá atração mínima. Há de se considerar a comercialização de

outros produtos agrícolas como queijo, leite, doces, temperos, remédios, comidas típicas, erva mate, fumo, dentre outros produtos que caracterize um mercadão municipal. No estado de Mato Grosso do Sul, o Mercadão Municipal de Campo Grande se tornou um grande sucesso de público e referência nesse processo de comercialização. O Mercadão vai para além de sua função comercial e vira ponto de encontro da localidade, além é claro, de fomentar mais uma atividade turística para a cidade.

Quanto à "gestão dos produtos comercializados na feira, oriundos da Bolívia" foi evidenciada a importância do FLV (procedente da Bolívia) para o mercado corumbaense. Logo, a proibição acarretará em um aumento do comércio informal como aconteceu, ao longo dos anos, quando muitas feiras foram proibidas. A proposta dessa pesquisa é regularizar essa participação nas feiras.

O Tratado de Roboré (Brasil, 1958) abre precedente para esse tipo de comércio e ressalva, em seu artigo VI, que "o trânsito da carga procedente ou originária da Bolívia obedecerá às disposições seguintes: Parágrafo primeiro. As cargas serão relacionadas às Alfândegas brasileiras separadamente daquelas destinadas ao Brasil, para efeito de sua recepção" (BRASIL, 1958, s/p). Logo, há necessidade de se criar um local, próximo à divisa Brasil-Bolívia, para inspecionar a entrada de produtos agrícolas oriundos da Bolívia, onde será verificada a procedência dos produtos e a liberação para a comercialização nas feiras da cidade.

Contudo, haverá necessidade de se estabelecer um acordo de cooperação internacional entre a Embrapa Pantanal e o *Centro de Investigación Agrícola Tropical* - CIAT (Bolívia) visando colaboração técnica para experimentação de práticas agroecológicas nas hortas urbanas e rurais desses territórios fronteiriços. Dele, também, poderão participar as Instituições de Ensino Superior (IES). Será importante a constituição de associações de produtores agroecológicos e da certificação de modo a garantir a origem e, portanto, ampla comercialização na fronteira.

O MAPA possui expertise de fiscalização fitossanitária. Contudo, devido aos territórios fronteiriços apresentarem intensa fluidez e relações de troca e, pela importância dos produtos agrícolas bolivianos no abastecimento de Corumbá e Ladário, é fundamental que o pretenso Conselho de Fronteira apresente soluções menos burocráticas e que potencializem esse comércio, onde a fiscalização fosse rápida e atendesse a necessidade dos feirantes e consumidores locais. Após a verificação, cada feirante seria liberado com uma autorização de comercialização, que deveria ser apresentada na feira livre, quando assim fosse solicitado

pelos fiscais de postura do município. Pode-se criar um selo de origem pactuado entre o CIAT e a Embrapa Pantanal que garante a origem dos produtos.

Com a gestão dos produtos comercializados na feira oriundos da Bolívia, haverá a regularização oficial dos produtos bolivianos comercializados na feira e um maior controle da fiscalização fitossanitária.

4.2.3 Fortalecimento da agricultura familiar e da feira do produtor rural

A produção de estudos e pesquisas sobre agricultura familiar comprova que as associações de produtores rurais constituem um importante instrumento para promoção do desenvolvimento local e para geração de renda da comunidade.

As ações desta proposta foram inspiradas nas experiências identificadas no capítulo anterior desta dissertação, principalmente da Feira do Produtor de Alegrete (RS) e nas falas de alguns sujeitos entrevistados durante as pesquisas. Também houve contribuições da Professora Drª. Edima Aranha Silva (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/PPGG/CPTL) que durante o exame de qualificação desta dissertação trouxe significativas considerações sobre a AF. Outras contribuições foram obtidas durante a Feira do Empreendedor 2014, realizada pelo SEBRAE-MS, em Campo Grande, observando propostas de turismo rural e de incentivo a estudos e pesquisas sobre a AF. O I Seminário de Compras Públicas - Desenvolvendo a Agricultura Familiar, realizado pelo SEBRAE-MS, em Campo Grande também serviu de motivação para as propostas de ações apresentadas na Figura 37.

As ações da proposta 3 começam pelo “fortalecimento das associações de produtores rurais existentes nos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário”. Segundo Loss (2010) uma associação é uma estrutura social regulamentada como pessoa jurídica e que delega a si mesma a função de resolver demandas por ela mesma formalizada (demandas oriundas de sua diretoria e de seus membros).

Foi relatado pelos produtores rurais que já existem associações, contudo, com pouca ou nenhuma participação dos seus associados e, logo, com poucas ações práticas. Esse fato é evidenciado na conversa com o atual presidente de uma dessas associações, que não soube responder se a associação possui, ou não, regimento próprio (ou estatuto) e qual o número de filiados.

FIGURA 37: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL				
AÇÃO	**O QUE É**	**OBJETIVO**	**RESPONSÁVEL**	**RESULTADOS ESPERADOS.**
Fortalecimento das associações de produtores rurais de Corumbá e Ladário.	Associação é uma pessoa jurídica constituída por uma diretoria, onde seu membros procuram defender, assistir e proteger direitos e interesses de seus associados.	Identificar quais associações devem ser fortalecidas, visando torná-las mais ativas na defesa dos interesses dos produtores rurais.	Associações de produtores rurais de Corumbá e de Ladário, Embrapa Pantanal, UFMS e SEBRAE-MS.	Associações mais ativas, transparentes, legítimas, capazes de buscar recursos em diferentes escalas. Interlocução privilegiada com as lideranças rurais.
Apoio à constituição de cooperativas de produção/ comercialização	Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizada, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados.	Apoiar a constituição de uma cooperativa agrícola que incentive a produção e a comercialização de produtos agrícolas.	Associações de produtores rurais de Corumbá e de Ladário, Embrapa Pantanal, UFMS.	Ampliação da produção e comercialização da AF; Atendimento dos programas governamentais de combate à fome.
Fortalecimento da Agricultura Familiar	Acesso dos agricultores ao PRONAF e de seus diversos programas para reverter o cenário de dificuldades enfrentadas.	Fortalecer a AF de Corumbá e Ladário.	PMC, Associações de Produtores Rurais de Corumbá e de Ladário, Embrapa Pantanal, UFMS	Aumento da renda e consequente melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais; ampliação da oferta de FLV em Corumbá e Ladário.
Definição da localização da feira do produtor	Refere-se ao local específico de comercialização somente permitida aos produtores dos assentamentos rurais de Corumbá.	Definir o Mercadão Municipal (ação 2) como o local específico para os produtores rurais comercializarem a sua produção.	PMC, Associações de Produtores Rurais de Corumbá, EMBRAPA, UFMS, SEBRAE	Regularização de local de referência de produtos da AF e criação de um novo ponto turístico para a cidade.
Apoio tecnológico nas produções	Suporte à incorporação da inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade e diversidade de produção.	Oferecer apoio tecnológico para fomentar a produção rural dos assentamentos de Corumbá, Ladário, Puerto Suárez e Puerto Quijarro.	Associações de Produtores Rurais de Corumbá, Embrapa Pantanal, UFMS, SEBRAE MS, SENAR MS, BNDES, CIAT.	Aumento da renda e consequente melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais; ampliação da oferta de FLV; oferta de produtos com qualidade para os consumidores.
Ampliação do acesso aos mercados institucionais	São as compras públicas realizadas pelos governos federal, estadual ou municipal para atender aos projetos referentes à geração de renda aos agricultores familiares.	Elaborar mecanismos de divulgação e de atendimento dos requisitos fundamentais dos programas institucionais para a AF.	PMC, Associações de Produtores Rurais de Corumbá, SEBRAE MS e UFMS.	Ampliação dos canais de comercialização da AF, usando o poder de compra do Estado; geração de renda para agricultores familiares; ampliação do acesso a alimentos saudáveis pela população local.
Turismo Rural	Atividade que se baseia no desenvolvimento, aproveitamento e desfrute de novos produtos presentes no mercado e intimamente relacionados com o meio rural (GARCÍA CUESTA, 1996, p. 49-7). Trad. Nossa.	Elaborar o circuito de Turismo Rural envolvendo as áreas fronteiriças.	Associações de Produtores Rurais de Corumbá, SEBRAE MS, Prefeituras municipais, UFMS, CIAT, AGRAER.	Revitalização econômica e social dos territórios rurais; diversificação do turismo na cidade; novas formas de renda para os produtores rurais.
Incentivo a produção de produtos orgânicos	Produção orgânica é um processo produtivo que desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.	Incentivar a produção orgânica nos assentamentos da de Corumbá e de Puerto Quijarro e Puerto Suárez.	Associações de Produtores Rurais de Corumbá, Prefeituras, UFMS (MEF), SEBRAE MS, SENAR MS, Embrapa Pantanal e CIAT.	Valorização e diversificação da produção; aumento da renda; segurança alimentar.

AÇÃO	O QUE É	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	RESULTADOS ESPERADOS.
Certificação da Produção Orgânica	É um selo que o produto orgânico recebe que comprova sua procedência.	Certificar os produtos orgânicos dos produtores rurais brasileiros e bolivianos da fronteira.	Associações de Produtores Rurais de Corumbá, Prefeituras, UFMS (MEF), APOMS, Embrapa Pantanal e CIAT.	Valorização da produção; segurança alimentar.
Criação de um Observatório da AF fronteiriça.	O Observatório reúne todos os estudos, pesquisas e extensão sobre a AF num determinado território ou região. Neste caso, a unidade geográfica é a fronteira.	Criar um Observatório da AF na fronteira Brasil-Bolívia.	UFMS, AGRAER, CIAT, SEBRAE MS, SENAR MS, Prefeituras, IAGRO, Embrapa Pantanal.	Conhecimento da realidade da AF desta fronteira; disponibilização pública e gratuita de informações sobre a produção da AF; maior captação de recursos para investimentos na AF.
Regularização da venda de carnes, ovos, leites, doces e queijos.	Conjunto de adequações necessárias para a comercialização de carnes, ovos, queijos, doces e leite da AF.	Regulamentar a venda de carnes, ovos, leites, doces e queijos em Corumbá.	PMC; PML; SENAI MS; SENAR MS; SENAC MS; CIAT; Embrapa Pantanal; IAGRO.	Qualidade fitossanitária e ampliação da oferta de carnes, ovos, leites, doces e queijos; Aumento da renda dos produtores rurais.
Abastecimento de água potável nos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário	Água potável, própria para o consumo humano, animal e irrigação das plantações é um problema histórico nos assentamentos de Corumbá.	Regularizar o sistema de abastecimento de água por meio de: instalação de cisternas (reservatórios para captação de água de chuva), bombeamento de água do rio Paraguai até os assentamentos e reativação de poços artesianos.	PMC, PML, Associações de Produtores Rurais de Corumbá e de Ladário, Governo do Estado de MS, MAPA, INCRA, Embrapa Pantanal, SANESUL.	Melhoria da qualidade de vida dos assentados rurais; aumento da oferta de alimentos para as áreas urbanas.

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Na verdade, existem mais de uma associação em cada um dos assentamentos rurais de Corumbá. Assim, é fundamental: a) identificar quais associações deve receber apoio para fortalecimento e quais devem ser finalizadas; b) conhecer o número de filiados de cada uma; c) (re)estruturação do regimento/estatuto; d) elaboração da missão e da visão empreendedora de cada uma delas; e) garantir a gestão transparente, mediante cadastro na Prefeitura Municipal, no setor de produção rural.

Uma associação ativa luta pelos interesses de seus associados, buscando apoio para viabilizar a produção, manutenção das estradas vicinais, abastecimento de água e energia elétrica, oferta de serviços de saúde e educacionais, realização de festas, dentre outros. Contudo, não pode comercializar. Para tanto, necessitariam cooperativas.

Outra ação fundamental é o "apoio à constituição de cooperativas de produção/ comercialização" (Figura 37). As cooperativas possuem feição jurídica para comprar equipamentos e insumos e para comercializar a produção. Além disso, possuem incentivos governamentais, como facilitação de créditos e não tem limite de cota para venda aos programas governamentais. Dessa forma, todos os cooperativados não precisariam possuir necessariamente a Declaração Anual do Produtor Rural (DAP) individual para acessar o PAA ou PNAE. A cooperativa pode fazê-lo através de uma DAP jurídica. Além disso, a existência de cooperativas de produção agroecológica poderia facilitar a certificação solidária que, segundo Caldas e Sacco dos Anjos (2010, p.8) é um processo participativo que "atende aos princípios da agroecologia, da participação e da corresponsabilidade".

"Fortalecer e incentivar a agricultura familiar" na cidade é outra ação definida nesta dissertação com vistas a reverter o cenário de dificuldades que os produtores rurais enfrentam. Para tanto, esse fortalecimento poderá ocorrer através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e seus diversos programas: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Composição de Dívidas, Pronaf Jovem e Pronaf Microcrédito. Além da realização de cursos, palestras e assessoria técnica que auxiliem os produtores rurais.

O objetivo deste fortalecimento seria estimular a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar nas feiras livres, minimizar a participação de intermediários na cadeia produtiva, aumentar a renda das famílias e fortalecer laços de cooperação e solidariedade entre os produtores rurais. Assim, a adesão ao PRONAF seria de grande auxílio para incentivar e dar suporte aos produtores.

O fortalecimento da agricultura familiar neste território fronteiriço passa pela definição da localização da feira do produtor rural. Assim como aconteceu com a Feira de

Alegrete (RS), a praça central da cidade de Corumbá não comportará mais a presença dos produtores rurais. A praça não é um local apropriado para essa feira. Entretanto, os produtores rurais precisam de uma área central que estimule a comercialização. Pierre e Valente (2010), defendem as vendas diretas, por meio de feiras livres ou feiras específicas (do produtor) para o fortalecimento da AF, pois, este tipo de venda, possibilita a entrega direta ao consumidor final, eliminando os intermediários.

Em uma cidade com transporte público precário e distância considerável dos assentamentos, a localização da feira do produtor é algo fundamental. Assim, devido à distância dos assentamentos, é preciso realizar um trabalho de conscientização com os produtores rurais (cadastrados na Secretaria de Produção Rural) para que eles continuem na área central da cidade, contudo, dentro do Mercadão Municipal. Trata-se de um espaço muito grande que poderia acolher os 40 produtores cadastrados (na parte inicial do prédio) além da CEASA (na parte restante do edifício).

Para que ocorra a comercialização, evidenciada na ação anterior, é necessário que se tenha uma boa produção. Dessa forma, o "apoio tecnológico nas produções", visa dar o suporte necessário para o aumento da produtividade nas propriedades rurais, além do estímulo à diversidade de produção, adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e a inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

Esta ação seria realizada através de visitas às propriedades rurais brasileiras, onde seria possível identificar os pontos fortes e os pontos fracos da produção rural de Corumbá e Ladário com o objetivo de potencializar a AF na região. Para tanto, recomenda-se parceria com as seguintes instituições: Embrapa Pantanal, que possui estudos de solo e de sementes; BNDES, através do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (INOVAGRO); SEBRAE-MS, com os programas Despertar Rural, Apoio ao Empreendedorismo Rural e Pró-Agroindústria; SENAR-MS, com a aplicação de diversos cursos. Acredita-se que com estas parcerias haverá aumento da renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, propiciando assim o fortalecimento da agricultura na região.

Paralelamente, também seria considerado o território fronteiriço e toda sua fluidez. Trata-se de articular este apoio tecnológico nas produções para Puerto Quijarro e Puerto Suárez. Conforme evidenciado nesta pesquisa, a produção agrícola dessas seções municipais bolivianas entra na cidade e acaba na mesa dos corumbaenses. Dessa forma, é interessante incentivar a agricultura nestas cidades e conscientizar o boliviano sobre os perigos dos agrotóxicos e apresentar alternativas agroecológicas.

Para tanto, sugere-se os mesmos programas citados anteriormente para as propriedades brasileiras, contudo, em parceria com o CIAT. Também é recomendada a aplicação de minicursos ligados à melhora do plantio e de alternativas de combate às pragas.

O apoio tecnológico nas produções permitirá um aumento em qualidade e quantidade da produção da AF. Conforme evidenciado nesta pesquisa, os produtores rurais brasileiros sinalizaram que boa parte de sua produção rural destina-se aos mercados institucionais. Segundo Brasil (2014), mercados institucionais são compras públicas realizadas pelos governos federal, estadual ou municipal, para atender aos projetos referentes à geração de renda para os agricultores familiares e à promoção ao acesso de alimentos saudáveis para a população de baixa renda brasileira.

Durante as entrevistas, alguns produtores rurais desconheciam os programas e nem sabiam, ao certo, para qual programa a sua produção estava sendo direcionada. Assim, a ação, "ampliação do acesso aos mercados institucionais", objetiva que os programas sejam apresentados às famílias e que haja uma discussão sobre quais programas atenderão suas necessidades. Para tanto, deve-se elaborar mecanismos de divulgação e de atendimento dos requisitos fundamentais dos programas institucionais para a AF. Também deve haver uma maior transparência sobre os requisitos necessários para participar do programa, bem como, a viabilidade de execução do programa escolhido. Aqui entra o papel das cooperativas, evidenciada no início desta ação. Vários produtores rurais podem se unir, entregar a sua produção à cooperativa e, por meio desta, concluir as compras com os mercados institucionais.

Ampliar as potencialidades da AF é uma excelente oportunidade de estar fortalecendo a agricultura familiar na região. Segundo Machado Queiroz (2012, p.47), o meio rural é o resultado das relações da sociedade com a natureza. Trata-se de "um espaço em mutação, em reconstrução socioespacial e ambiental, onde a população busca, incessantemente, novas atividades produtivas de desenvolvimento". (MACHADO QUEIROZ, 2012, p.46)

Para a autora, são inúmeras as transformações do meio rural que geram uma desagregação das maneiras tradicionais de produção, buscando-se novas fontes de renda que tenham força para dinamizar este espaço, sendo o turismo uma delas. Nas suas palavras:

> Gradativamente, a sociedade conscientiza-se da importância da conservação ambiental como estratégia de manutenção da paisagem como um todo, procurando, também, valorizar o modo de vida local com vistas à assegurar a sua identidade cultural, surgindo a possibilidade de implementação do turismo em espaço rural que contribui para permanência do homem no campo. (MACHADO QUEIROZ, 2012, p.47-48).

Dessa forma, o Turismo Rural é evidenciado nesta dissertação como uma ação que poderá despontar como uma alternativa para aumentar a renda dos produtores rurais. Para tanto será importante a criação de circuitos de turismo rural envolvendo as áreas fronteiriças.

Os circuitos turísticos, de acordo com Ferreira et al. (2007, p.7) "permitem a interação social, estabelecem parcerias, tanto com a iniciativa privada, quanto do poder público, nas três esferas, municipal, estadual e federal". Ainda de acordo com os autores, no turismo rural, tais circuitos favorecem a inserção da comunidade na gestão dos locais e entorno de cada ponto da rota do circuito.

Neste território fronteiriço poderiam existir múltiplos circuitos. A seguir são apresentadas algumas ideias que um circuito eco rural poderia abranger neste território fronteiriço. Fica registrada a sugestão para pesquisas e trabalhos futuros que abranjam esta temática.

- ✓ Pesque solte: Atividade muito comum em Corumbá e, principalmente, em Ladário que já contam com algumas fazendas que possuem essa atividade, ainda pouco explorada;
- ✓ Passeios, trilhas ecológicas e esportes radicais: Visto que este território fronteiriço conta com o Pantanal, que é a maior área alagável do planeta e detentora de uma fauna e flora exuberante. Destaca-se o Pantanal Extremo – Jogos da Aventura, organizado pela PMC que é um projeto que une a prática de esportes radicais com a contemplação da natureza.
- ✓ Circuito Fazendas: Trata-se de um dia de experiência onde os turistas não dormem no local, mas vivenciam a experiência de tirar leite da vaca, colher frutas, fazer queijos, andar a cavalo, produzir pães e comidas típicas, dentre outras atividades voltadas à produção agropecuária.
- ✓ Festas Religiosas: Foi identificado junto aos produtores rurais que em Albuquerque acontece às festas religiosas do Divino Espírito Santo e São Sebastião; no Jacadigo acontece a festa a Nossa Senhora de Aparecida; em El Carmen de la Frontera acontece a feste de Nossa Senhora do Carmo. Todas as festas atraem muitos moradores da cidade e das zonas rurais.
- ✓ Visita às produções de transição agroecológicas rurais br**a**sileiras e bolivianas: Seriam um circuito de visitação as propriedades rurais que produzem FLV e abastecem as feiras, supermercados e frutarias da cidade.

O turismo rural é entendido nesta dissertação para além das porteiras da fazenda, ou seja, não se restringe a zona rural. Na zona urbana também é encontrado o turismo rural que

seria uma extensão do meio rural nas áreas urbanas. Ai tem-se outras oportunidades de circuitos como o circuito da Feira do Produtor Rural (que futuramente seria o Mercadão Municipal da cidade), as próprias feiras livres da cidade, dentre outras possibilidades que se configurem em uma extensão do meio rural.

Sobre as potencialidades e benefícios do turismo, Mariani (2012, p.149) aponta que o turismo "propicia a geração e amadurecimento de negócios (relacionados à alimentação, hospedagem, transporte e entretenimento, por exemplo) consubstanciados à manutenção das especificidades locais (dado que o turista quer conhecer aquilo que é autêntico aos vários territórios)". Ou seja, várias possibilidades que podem gerar diversos benefícios para além do rural. Assim, o turismo se impõe como uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento local.

Para potencializar a AF da cidade de Corumbá-MS deve-se propor a implantação de sistemas agroecológicos ou incentivar as produções orgânicas? Antes de apresentar as propostas de cada ação, cabe discutir as diferenças básicas entre agroecologia e a produção orgânica isto porque, conforme destacado por Assis e Romero (2002), existem certos equívocos correntes sobre os dois conceitos.

Assis e Romero (2002) demonstram que a agroecologia é uma ciência desenvolvida a partir da década de 1970, devido ao progresso tecnológico na agricultura e que, em linhas gerais, visa conciliar a ciência, o meio ambiente e os sistemas de produção. Os autores ainda destacam que "o sistema agroecológico adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais" (ASSIS e ROMERO, 2002, p.72).

Com relação a Agricultura Orgânica (AO), a Associação da Agricultura Orgânica apresenta a seguinte definição[36]:

> Um processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.

Após essa breve discussão teórica, qual sistema deve ser implantado? Produção Orgânica ou agroecológicos? É claro que deveriam ser adotados medidas e programas que culminasse com a agroecologia. Contudo, devido à necessidade de grandes recursos financeiros e intenso trabalho de conscientização junto ao produtor rural, sugere-se que seja iniciado o incentivo a produção orgânica para que, em um futuro próximo, haja a migração da

[36] Associação da Agricultura Orgânica. Disponível em: http://aao.org.br/aao/agricultura-organica.php Acesso em 28 de jul. de 2015.

produção orgânica para sistemas agroecológicos. A agricultura orgânica tem um papel importante como agricultura de base ecológica e já ganhou a aceitação de muitos consumidores. Destarte, tanto uma quanto a outra não devem ser tratada de forma antagônica, visto que ambas têm um peso social, ambiental e econômico muito importante, especialmente para a agricultura familiar.

Dessa forma, para a ação que visa incentivar a produção de produtos orgânicos, recomendam-se parcerias com a Embrapa Pantanal, o SEBRAE e o SENAR que possuem projetos e cursos que atendem e incentivam a produção agrícola orgânica. Parcerias com o CIAT e com a UFMS (MEF) também foram elencadas, no sentido de estender essa cultura da produção orgânica para a cidade de Puerto Suárez. O CIAT faria a o monitoramento e o apoio aos produtores rurais, enquanto que, a UFMS (MEF) ficaria encarregada da produção de estudos e trabalho de conscientização junto aos produtores.

Com o aumento da produção orgânica, haverá necessidade de certificá-la. A certificação é um selo que o produto orgânico recebe comprovando sua procedência. De acordo com o MAPA (2015), o Decreto Nº 6.323/07 é que regulamenta as atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica. Em seu artigo 29 institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg. É por meio do SisOrg que haverá a validação da garantia orgânica pelas certificadoras e que permite aos produtores certificados o uso do Selo do SisOrg nos rótulos de seus produtos. Uma vez certificados, estes produtores poderão efetuar venda direta a consumidores e venda a indústrias, processadores, mercados, supermercados, lanchonetes, restaurantes etc. e, mesmo, exportação.

Uma forma bem prática e reconhecida pelo MAPA e pela a Associação da Agricultura Orgânica (AO) de gerar essa certificação é denominada de certificação por Sistemas Participativos de Garantia. Nele, todos os envolvidos na produção atuam como parceiros, visitando um ao outro, para garantir que todos os processos da produção, desde o plantio, passando pela colheita, armazenamento, distribuição e venda, sejam realizados mediante aos princípios da produção orgânica. O MAPA (2015) apresenta a seguinte conceituação:

> O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica.

Dessa forma, poderia ser definido quem seriam os Membros do Sistema neste território fronteiriço que ficariam responsáveis por visitar as produções rurais brasileiras e bolivianas. Tudo isso em parceria com a Embrapa Pantanal e o CIAT. O modelo de Sistema Participativo prevê que os produtores, de tempo em tempo, precisam passar por auditorias que verificariam se tudo está ocorrendo conforme o conceito da agricultura orgânica.

Essa auditoria, em Mato Grosso do Sul, poderia ser realizada pela Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) que visa promover uma agricultura sustentável, baseada na agroecologia e no fortalecimento das relações de solidariedade. Atualmente, participam dessa associação cerca de 200 famílias que trabalham na produção de café e gergelim e outros produtos com certificação (APOMS, 2015, s/p.).

Neste sistema os produtores rurais que trabalham com a AO podem vender seus produtos diretamente a consumidores, supermercados, dentre outros canais de vendas. Os resultados dessa ação visam à valorização da produção, ao aumento da renda e à certificação garantida para os consumidores.

Para fortalecer a agricultura familiar na região, também deve ser considerada a "criação de um observatório da AF fronteiriça". Trata-se de incentivar e elaborar estudos, pesquisas e projetos de extensão junto aos agricultores rurais. Os resultados esperados são o aumento no número de estudos e publicações sobre a AF servindo estas de norte para futuros projetos.

Outro ponto identificado nas pesquisas desta dissertação é "regularizar a venda de carnes, ovos, leites e queijos". Quando perguntado "*quais produtos você acredita que não deveria ser vendido na feira*" alguns consumidores relataram a venda de leites ou de carne bovina. Para esta informação E.44, consumidora assídua da feira de domingo relatou: "Venho a feira de domingo porque gosto de passear e é muito barato [...] não deveria vender leite em garrafinha e no chão, não deveria vender nada que vem de carne e leite sem inspeção".

Conforme evidenciado nas pesquisas, na feira do produtor rural de Corumbá, os produtores rurais não comercializam carne bovina, apenas carne de peixe e aves. Também não comercializam leite, queijo e ovos, atualmente proibidos. Durante as pesquisas, observou-se que este tipo de comércio ocorre de forma oculta (escondido). Dessa forma, esta ação visa regulamentar a venda de peixes, aves, leite, queijo e ovos na feira do produtor rural da cidade seguindo a regulamentação já explicitada no item 4.2.2.

Recomenda-se parceria com as seguintes instituições: SENAR MS para ministrar os cursos: Processamento de Carnes de Peixe; Manejo de Ordenha; Como Produzir Leite Com Qualidade; Criação de Bezerras e Novilhas para Produção de Leite, Criação de Frango Tipo

Caipira; Produção de Ovos Tipo Caipira. Com o SEBRAE MS no projeto: Apoio à Pecuária Leiteira. E com o SENAC MS para aplicação do curso de Higiene e Manipulação de Alimentos.

A regularização do abastecimento de água potável nos assentamentos de Corumbá e Ladário é um problema histórico no município. Em 2011[37], uma análise feita por solicitação do Ministério Público Federal (MPF) mostrou que 93% da água de oito assentamentos de Corumbá e Ladário apresentam contaminação por coliformes fecais. Ou seja, das 43 fontes de abastecimento de água dos assentamentos rurais da região, 40 estão contaminadas e totalmente impróprias para consumo.

Além do consumo necessário para o homem e para o animal, há também problemas relacionados à irrigação das plantações, visto que a água encontrada nos assentamentos é classificada como carbonatada[38]. As ideias apresentadas surgiram[39] através de projetos já existentes e que não ganharam a devida atenção da esfera federal. Trata-se de regularizar o sistema de abastecimento de água por meio de instalação de cisternas (reservatórios para captação de água de chuva), do bombeamento de água do rio Paraguai até os assentamentos e da reativação de poços artesianos.

4.2.4 Organização da Feira Livre de Corumbá/MS

Este último grupo de ações, sem dúvida, é o mais delicado e o mais discutido pela população dos dois lados da fronteira. A participação do boliviano no comércio local, como evidenciado nas pesquisas, é algo histórico, que se faz presente antes mesmo da construção da rodovia Ramão Gomes (que une o Brasil e a Bolívia). Os bolivianos já participaram da Feira do Boliviano, do camelódromo da cidade, da feira Bras-Bol e, atualmente, participam das feiras livres e com pequenos caixotes espalhados pelo centro comercial da cidade (Figura 38).

---

[37] Água dos assentamentos de Corumbá e Ladário é imprópria para consumo. Disponível em: http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/agua-dos-assentamentos-de-corumba-e-ladario-e-impropria-para-consumo Acesso em 8 de ago. de 2015.

[38] Carbonatada: água com excesso de ácido carbônico Co2 resultantes do excesso de calcário presentes n água. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/carbonatada/ Acesso em 10 de ago. de 2015.

[39] Disponível em: http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=11028 Acesso em 8 de ago. de 2015.

Figura 38: Bolivianos comercializando no centro de Corumbá/MS

Fonte: Anzóis de CRV, 2015[40].

Quanto "a participação do boliviano na feira", é importante ressaltar que o livre trânsito de brasileiros e bolivianos foi definido pelos governos do Brasil e da Bolívia, reafirmando uma vez mais o princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e fluvial para cada uma das duas nações no território da outra. Esse direito é reconhecido perpetuamente pelas Altas Partes Contratantes no artigo V do Tratado de 17 de novembro de 1903, regulamentado pelo Tratado de Comércio e Navegação Fluvial de 12 de agosto de 1910. Este livre trânsito se faz presente no caput do Convênio de Livre Trânsito (Ata de Roboré) e pode ser, mais uma vez reafirmado, pelas atuais discussões sobre a Bolívia se tornar membro pleno ao Mercado Comum do Sul[41] (MERCOSUL).

Essa defesa sobre a participação dos bolivianos pode ser corroborada com as palavras de Lemos (2015), ao afirmar que o Tratado de Roboré deixa claro, em sua reversal que trata sobre o comércio, que o mesmo permite o comércio e o tráfego de produtos e pessoas entre as cidades fronteiriças dentro dos limites dos dois países. O tratado tem por objetivo "desembaraçar a entrada de pessoas para o livre trânsito em cidades circunvizinhas às fronteiras, tudo para a promoção do comércio entre os países e a maior integração para a região com um todo" (LEMOS, 2015, p.110).

---

[40] Disponível em: https://anzoisdecrv.wordpress.com/category/corumba/ Acesso em 28 de jul. de 2015.

[41] A participação da Bolívia no Mercosul. Disponível em: http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/mercosul-avan%C3%A7a-ades%C3%A3o-da-bol%C3%ADvia-como-membro-pleno. Acesso em 17 de jul. de 2015.

FIGURA 39: ORGANIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE CORUMBÁ/MS.				
AÇÃO	**O QUE É**	**OBJETIVO**	**RESPONSÁVEL**	**RESULTADOS ESPERADOS.**
A participação boliviana nas feiras livres	Os bolivianos representam a maioria dos feirantes que participam das feiras livres de Corumbá. São personagens que ajudam a compor elementos culturais riquíssimos, que singularizam as feiras-livres de Corumbá. Contudo, são, supostamente estrangeiros trabalhando em terras brasileiras na informalidade.	Identificar quem são os feirantes bolivianos das feiras livres da cidade e regularizar sua condição em território nacional.	Conselho de Fronteira, Receita Federal do Brasil, Armada Boliviana, Polícia Rodoviária do Brasil.	Fortalecimento das relações de fronteira; regularização da participação do boliviano na feira.
Participação brasileira na feira	Trata-se de conhecer quem são os brasileiros que atuam na feira livre da cidade.	Identificar quem são os feirantes brasileiros que participam da feira livre.	Prefeitura Municipal de Corumbá e Ladário (Brasil)	Regularização dos feirantes brasileiros participantes nas feiras livres.
Atualização do Decreto Municipal n°307, de 05 de julho de 2007, que regulamenta a gestão da feira livre de Corumbá/MS.	Decreto municipal que dispõe sobre as obrigações e responsabilidades da administração municipal, dos feirantes e dos consumidores.	Atualizar o Decreto Municipal 307 que regulamenta o funcionamento das feiras livres.	Câmara Municipal dos Vereadores de Corumbá, Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, SEBRAE MS.	Ordenamento territorial das feiras livres da cidade de Corumbá.
Coordenação das feiras livres	Trata-se de criar medidas e estratégias de gestão compartilhada para que ocorra um melhor ordenamento/ coordenação da feira livre.	Criar um setor dentro da Secretaria de Indústria e Comércio (PMC) que seja responsável pela gestão da feira livre para coordenar a gestão compartilhada.	PMC, SEBRAE MS, UFMS, Associação dos Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário.	Organização política das feiras livres; gestão compartilhada das feiras livres.
Fortalecimento da associação dos feirantes	Uma associação é uma pessoa jurídica constituída por uma diretoria, onde seu membros procuram defender, assistir e proteger direitos e interesses de seus associados.	Fortalecer a associação já existente visando torná-las mais ativas na defesa dos interesses dos feirantes.	Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, PMC, PML, UFMS, SEBRAE MS.	Tornar a associação mais ativa, mais transparente e com maior representatividade junto ao governo local.
Definição do tamanho e da localização das bancas	Padronização dos tamanhos das bancas nas feiras livres e da localização de cada feirante.	Definir o tamanho das barracas e a sua localização nas feiras livres de Corumbá e Ladário.	PMC, PML Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, SEBRAE MS.	Padronização dos tamanhos das bancas; melhoria da apresentação visual da feira; maior facilidade de circulação pela feira; maior sensação de segurança do feirante quanto ao seu ponto.
Estruturação da comercialização na feira livre	Refere-se a 3 itens necessários para a estruturação da comercialização nas feiras livres: manipulação dos alimentos, precisão das balanças e precificação do produto.	Capacitar os feirantes com o curso Higiene e Manipulação de Alimentos e realizar uma campanha de vacinação junto aos feirantes.	PMC, PML e SENAC MS	Segurança alimentar; cumprimento da LOSAN (Lei nº 11.346); saúde e bem estar dos feirantes e consumidores.
		Auferir e precisar as balanças utilizadas nas feiras livres.	Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, Agência Estadual de Metrologia de MS.	Maior transparência na comercialização; satisfação dos clientes que ficarão melhor informados sobre os produtos.
		Exigir a identificação dos preços dos produtos expostos na banca.		

AÇÃO	O QUE É	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	RESULTADOS ESPERADOS.
Tombamento da feira livre de domingo	Tombamento é um instrumento legal de proteção, que visa a preservação de um determinado bem ou conjunto de bens culturais.	Tombar a feira livre de domingo como patrimônio cultural do município de Corumbá.	Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário, PMC, UFMS, IPHAN	Consolidação da feira como ponto turístico da cidade.
Regularização da feira de sábado à noite	A feira de sábado a noite é apontada pelos consumidores como uma verdadeira quermesse. Contudo, esta feira não é reconhecida pelo Decreto n°307, de 05 de julho de 2007, que regulamenta a gestão da feira livre de Corumbá/MS.	Regularizar a feira de sábado a noite, transformando-a em um ponto de encontro/lazer para a população.	PMC, Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário.	Reconhecimento e organização de um ponto de lazer na cidade.
Dotação de espaço para manifestações culturais na feira livre de domingo.	Refere-se a um espaço na feira livre de domingo dedicado a apresentações culturais e religiosas.	Incentivar as manifestações culturais e religiosas na feira livre de domingo.	PMC, UFMS, FSST, SEBRAE MS.	Enriquecimento cultural, preservação das tradições e incentivo ao turismo.
Estrutura básica e de saneamento da feira livre	Refere-se a estrutura básica que uma feira livre necessita para o seu bom funcionamento.	Disponibilizar lixeiras em todas as feiras da cidade.	PMC, PML, ENERGISA, Policia Militar, UFMS, Sanesul.	Mais segurança para clientes e feirantes no que tange a saúde e a segurança das pessoas.
		Instalar banheiros químicos nas feiras.		
		Criar uma operação conjunta entre Policia Militar, Guarda Municipal e Guarda de Trânsito para assegurar o funcionamento da feira livre.		
		Fiscalizar/dar suporte, em parceria com a Energisa, para as bancas que precisam de energia.		

Autor: ESPIRITO SANTO, A. L., 2015.

Esta ação foi dividida em três objetivos. O primeiro prevê a definição da legalidade da participação do boliviano nas feiras livres da cidade. Visto que os tratados e acordos binacionais reconhecem o livre trânsito e por esta decisão emanar de Lei Federal (logo se aplica para as cidades de Corumbá, Ladário, Puerto Suárez e Puerto Quijarro), considera-se esta ação realizada. Além do mais, foi evidenciado durante a realização das entrevistas que os bolivianos que trabalham na feira possuem o documento fronteiriço, ficando dessa forma, amparados pela PF e pela RF. Com o documento e o cadastro junto a prefeitura, para comercializar nas feiras livres, o boliviano se configura como legal, perante a lei.

Este primeiro objetivo serve apenas para fundamentar o equívoco das falas de alguns sujeitos ao afirmarem que a presença do boliviano é ilegal em Corumbá. Como visto nas leis essa presença é autorizada. Por meio dos Conselhos de Fronteira poderia ser discutido até a participação do brasileiro nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, visto que, conforme identificado nesta pesquisa, a frutaria pesquisada (um dos exemplos) tem dificuldade em levar seus produtos para os comerciantes de Puerto Quijarro.

O Tratado de Roboré sinaliza para o livre trânsito entre as cidades fronteiriças do Brasil e da Bolívia. Lemos (2015, p.110) destaca que o livre trânsito de pessoas e produtos definidos pelo tratado acaba sendo abandonado em favor "da questão da segurança e da defesa, pela questão da liberdade dada aos nacionais de ambos os países adentrarem ao país vizinho, ainda que de forma limitada, mas não tendo maiores controles, o que poderia afetar diretamente a segurança entre os nacionais de cada Estado". Logo, com esta ação, poderá acontecer o fortalecimento das relações de fronteira por meio da regularização da participação do boliviano na feira e da participação do brasileiro nas cidades bolivianas.

A proposta de cadastrar todos os bolivianos que participam da feira livre e atualizar os seus cadastros periodicamente objetiva conhecer o quantitativo de bolivianos que participam da feira livre. Durante esse cadastro deve ser verificado se o feirante boliviano possui o documento fronteiriço ou dupla nacionalidade. Caso ainda não tenha deve ser incentivado a se regularizar no país. Isso permitirá criar regras sobre a entrada de novos participantes e o possível descredenciamento de um feirante que não cumprir com as regras para atuar na feira livre.

A participação dos bolivianos que comercializam roupas e comidas típicas não é vista como ilegal pelos consumidores e pelos feirantes e há possibilidade de ser regularizada. O Tratado de Roboré indica que os produtos fabricados nas cidades fronteiriças podem ser comercializados nas cidades fronteiriças. Logo, uma grande ação seria trazer/incentivar a vinda das indústrias de confecção de Santa Cruz de La Sierra, La Paz e outras grandes cidades

bolivianas para Puerto Quijarro e Puerto Suárez. De acordo com informações da Asociación 2 de Octubre (da Feirinha de Arroyo Concepción, Bolívia) já foram adquiridos os terrenos para instalação de indústrias de confecção em Puerto Quijarro. Isso fomenta ainda mais o desenvolvimento deste território fronteiriço com geração de emprego e renda para a população. Outra medida que poderia ser analisada é uma parceria com a Receita Federal para a possível elaboração de uma cartilha com orientações sobre o que pode ser comercializados no que tange as roupas e acessórios.

Uma segunda cartilha, com orientações sobre as comidas típicas, também pode ser elaborada em parceria com a UFMS (MEF) e com o SENAC MS e SEBRAE MS. A cartilha sobre o comércio de comidas típicas deve respeitar a cultura e a tradição do "como fazer", contudo, deve estar alinhada com boas práticas de preparação, evitando a contaminação e mantendo a higienização dos pratos.

Após essa definição, e possível elaboração da cartilha, o que é entrave (comércio ilegal) poderá ser regularizado e permitido. Assim, o comércio de roupa passará a ser atrativo, sendo autorizados somente os bolivianos cadastrados a comercializarem roupas e comidas típicas.

A "participação de brasileiros na feira" é uma ação proposta para identificação de quem são esses feirantes que de fato são atuantes na feira. É importante que o cadastro seja feito com tempo suficiente, a partir de ampla divulgação. É recomendada uma ação de panfletagem, pelos fiscais, durante uma semana inteira, contemplando todas as feiras, informando o período para cadastro que não pose ser inferior a 15 dias. A prefeitura poderia disponibilizar uma barraca na feira para facilitar o cadastramento. O resultado esperado desta ação é chegar a um quantitativo oficial de quantos brasileiros participam da feira livre, tendo assim, um maior monitoramento sobre a feira.

Para uma melhor organização da feira livre há de se considerar a "atualização do Decreto Municipal n°307, de 05 de julho de 2007, que regulamenta a gestão da feira livre de Corumbá/MS". Após a análise de todo Decreto nº307 é recomendável que a PMC atualize o mesmo, evidenciando a atual localização das feiras, os tipos de produtos que podem ser comercializados na mesma, a definição das obrigações e responsabilidades dos feirantes e da administração municipal, regularizar a participação dos bolivianos, regularizar e reconhecer a feira de sábado à noite, proibir a presença de caminhões e caminhonetes nas cabeceiras e proximidades da feira, dentre outras ações que se fizerem necessárias. Os resultados esperados são políticas públicas que propiciem um melhor ordenamento territorial das feiras livres da cidade de Corumbá.

Segundo Fayol (1987), os princípios básicos da administração são: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Assim, no que tange a “coordenação das feiras livres”, cabe a Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio de sua Secretaria de Indústria e Comércio, oficializar a coordenação da feira livre, tirando essa gestão das mãos da Associação dos Feirantes e iniciar a coordenação compartilhada da feira por meio de Núcleos de Gestão. Será necessária a presença da Secretaria de Produção Rural (que acompanha de perto a produção nos assentamentos rurais) e da Fundação de Cultura (pela característica cultural da feira) nesse sistema de gestão.

A coordenação pode ocorrer na forma da feira de Arapiraca (presente no item 4.1 desta dissertação – pág. 112). Assim, é recomendável a criação de um setor dentro da Secretaria de Indústria e Comércio, que ficaria responsável pelas atividades ligadas às feiras. Contudo, devido ao tamanho da feira e as dificuldades que uma prefeitura possui, ela não pode ser a única responsável pela coordenação da feira. Dessa forma, é possível elaborar uma setorização da feira livre, sem, contudo, homogeneizá-la. Trata-se de criar lideranças por setores ao longo da feira, em que cada líder coordenaria o seu setor (que pode ser definido por ocupação de quadras ou quantidade de bancas) e estaria ligado ao Presidente da Associação, que por sua vez, à Secretaria de Indústria e Comércio. Assim, o Núcleo de Gestão da feira livre seria formado pelo tripé: Secretaria de Indústria e Comércio, Associação dos Feirantes e os Líderes dos Setores, assessorados por técnicos da Secretaria de Produção Rural e da Fundação de Cultura, alcançando assim, uma maior eficiência de gestão por meio da harmonização de todos os atos e esforços coletivos facilitando o trabalho e o sucesso da coordenação das feiras livres.

Para que os feirantes possam desfrutar de uma boa organização da feira livre, inicialmente, deve ocorrer o “fortalecimento da associação dos feirantes”. A associação já existe e possui uma participação mais ativa que as diversas associações de produtores rurais existentes no município. Contudo, muitos feirantes desconhecem as ações e não participam, por meio de votação, de suas decisões. Assim, há necessidade de se fortalecer a Associação de Trabalhadores Autônomos das Feiras Livres de Corumbá e Ladário para que ela possa defender e dar assistência aos direitos e interesses de seus associados.

Um trabalho de conscientização precisa ser feito junto aos feirantes sobre a importância da participação do mesmo nas votações e, até mesmo, no processo de eleição para a presidência da associação. Hoje o presidente em exercício é feirante do setor de roupas e possui um ótimo trabalho para a gestão da feira e para a defesa da proibição da comercialização de roupas falsificadas. Muitos feirantes que comercializam FLV e são

produtores rurais reclamaram da pouca atenção dada, pelo presidente da associação, aos produtores rurais.

Por meio de um trabalho de conscientização todos os feirantes entenderiam o real papel do presidente e o quanto isso é importante para a defesa dos feirantes, como um todo, bem como, para a classe que ele representa. É preciso entender que a soberania em qualquer associação é exercida pela assembleia geral e não pelo presidente.

Com relação a "definição do tamanho e da localização das bancas", de acordo com as pesquisas de Pinto (2013), as bancas da feira de Corumbá/MS tem o tamanho variando de 1m a 16m, sendo que a maioria possui de 3m a 4m. Quanto à localização foi relatado pelos feirantes e pelo presidente da associação que cada feirante tem e respeita a sua localização exata na feira. Esse relato foi comprovado quando houve muita chuva, na madrugada e nas primeiras horas da manhã de quinta feira, 18/12, durante a aplicação da pesquisa em dezembro de 2014. Vários espaços sem bancas foram encontrados, o que evidenciou que o feirante respeita a localização de todos.

O objetivo dessa ação é definir o tamanho das bancas e a sua localização dentro das feiras livres de Corumbá e Ladário. Com relação ao tamanho, as prefeituras de Corumbá e Ladário poderiam regularizar um tamanho, por exemplo, de 2 a 6 metros. Cada feirante pleitearia um determinado espaço (tamanho das bancas) de acordo com suas necessidades. O tamanho pode impactar na tributação do feirante (taxa mensal paga a prefeitura). Já a localização das bancas seria útil, por exemplo, para a prefeitura realizar, de forma mais precisa, a sua fiscalização e, também, para a elaboração de mapas turísticos, como na feira de domingo, evidenciando onde são encontrados determinados produtos, comidas dentre outros artigos comercializados na feira.

Quanto à padronização das bancas (materiais utilizados para a criação da mesma) os feirantes apontam que não seria interessante padronizá-las visto que poderia descaracterizar a paisagem da feira. Vale lembrar, conforme discutido anteriormente, que os feirantes são contrários à setorização por elemento de compra. Para eles é importante a manutenção da distribuição das bancas conforme o funcionamento atual.

Para que ocorra a comercialização dentro da feira livre é necessário, ao mínimo, a sua estruturação. A "estruturação da comercialização na feira livre[42]" é aqui caracterizada por três

[42] Os conceitos apresentados nestes três pontos dessa ação foram retirados dos seguintes sites:
Vacinação para trabalhadores que manipulam alimentos. Disponível em: http://www.portaldaretina.com.br/home/noticias.asp?cod=1061. Acesso em 17 de jul. de 2015.
Segurança alimentar. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar. Acesso em 20 de jul. de 2015.

pontos importantes existentes durante a realização do comércio: manipulação de alimentos, precisão da balança e a precificação dos produtos.

No que tange a manipulação de alimentos, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O manipulador de alimentos trabalha na produção, na venda, no transporte, na preparação e no oferecimento de alimentos. Por isso, o risco de contaminação é grande, pois todos são portadores de microrganismos no corpo, que podem contaminar os alimentos. Dessa forma, é recomendável capacitar os feirantes com o curso Higiene e Manipulação de Alimentos (com emissão de certificados), além de realizar uma campanha de vacinação, visto que todos que trabalham com a produção ou manipulação de alimentos devem estar com a carteira de vacinação em dia. Na área da alimentação, é recomendável vacinar-se contra: Tríplice viral, Hepatite A, Tríplice Bacteriana (DTpa), Varicela, Gripe.

O segundo ponto desta ação refere-se à precisão das balanças. Toda balança utilizada para atividade econômica deve, obrigatoriamente, ser de modelo aprovado pelo Inmetro e ser verificada periodicamente pela Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul. Recomenda-se uma campanha junto aos feirantes para uma maior transparência na comercialização e satisfação dos clientes que ficarão melhores informados sobre a tara dos produtos.

Durante as pesquisas realizadas, um assunto muito apontado pelos consumidores foi à falta de informação sobre os preços nos produtos. Os consumidores relatam que, em um mesmo dia, o preço pode aumentar consideravelmente e, até mesmo, baixar. Segundo o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, os produtos devem trazer informações claras e completas em língua portuguesa, especialmente o preço. Assim, recomenda-se exigir dos feirantes a colocação de mais placas com os preços dos produtos expostos na banca.

Agência Estadual de Metrologia. Disponível em: http://www.aem.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=5230. Acesso em 19 de jul. de 2015.
Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8078.htm Acesso em: 19 de jul. de 2015.

O tombamento[43] é um instrumento legal de proteção, um ato de se reconhecer e proteger um bem histórico ou um conjunto de bens culturais. Pode ser feito pela União, pelos Estados e pelos Municípios, incidindo sobre os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural, e está definido e regulamentado na Constituição Federal e em várias leis específicas.

Uma pergunta pode ser feita: por que tombar a feira livre de domingo? Como identificado através de análise documental, diversas feiras foram surgindo, ganhando corpo e características próprias e sendo abruptamente fechadas pelo pode público local. Segundo o Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico de São Paulo[44], a importância do tombamento se deve a seguinte questão:

> Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas.

Durante as entrevistas junto aos consumidores encontrados na feira de domingo foi perguntado: *"por que você frequenta a feira de domingo?"* A resposta unânime foi passear e passear e aproveitar. Em outras palavras, os consumidores aproveitam o passeio e realizam compras e lanches.

O objetivo do tombamento da feira de domingo é preservar as trocas e os bens culturais nela existentes. O tombamento seria um instrumento legal de proteção e preservação, havendo assim, um aparato legal que impediria legalmente a sua destruição. Vale destacar que, durante a realização das entrevistas em todas as feiras, ficou evidenciado um forte sentimento de pertencimento dos frequentadores e feirantes com a feira de domingo (de forma intensa) e com a feira de sexta. Com as demais feiras (segunda, terça, quarta, quinta e sábado) a sensação que se teve é que prevalece a relação comercial e de praticidade e proximidade geográfica dos frequentadores. Portanto, é importante adotar medidas para o tombamento da feira de domingo e analisar a feira de sexta, verificando a necessidade de tombá-la, ou não.

Visando a organização das feiras livres de Corumbá, há de se realizar a "regularização da feira de sábado à noite", apontada pelos consumidores como uma verdadeira quermesse, onde é possível passear, lanchar, comprar roupas e acessórios, brinquedos e bebidas. Entretanto, esta feira não é reconhecida pelo Decreto n°307, de 05 de julho de 2007, que

---

[43] Conceito de tombamento http://www.ouropreto.mg.gov.br/veja/32/23/o-que-e-tombamento Acesso em 01 de ago. de 2015.

[44] Por que preservar (Tombamento): Disponível em: http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf. Acesso em 08 de ago. de 2015.

regulamenta a gestão da feira livre de Corumbá/MS e, constantemente, é noticiado pelos jornais matérias sobre assaltos e vandalismo na mesma.

Dessa forma, a sugestão é transformá-la em um ponto de encontro/lazer oficial para a população. A feira seria um misto de camelódromo com praça de alimentação. Para uma cidade com pouco lazer noturno, seria um grande atrativo para a população local. Para tanto, há de se investir em segurança, iluminação, cadastro dos feirantes, fiscalização sobre os produtos comercializados e regulamentação da mesma.

Conforme destacado nesta dissertação, em seu subcapítulo 3.5, a manifestação e trocas culturais e religiosas se fazem presentes neste território fronteiriço. Desta forma, seria interessante a "dotação de espaço para manifestações culturais na feira livre de domingo", potencializando esses elementos e aproximando o conceito de feira com o de festa. Esta ação está sendo idealizada para preservar as tradições religiosas e culturais da população fronteiriça presente na feira e, para destacar ainda mais a motivação de tombamento da feira de domingo. Imagina-se um espaço que durante toda a manhã ocorram, de forma escalonada, apresentações de capoeira, de danças típicas bolivianas, apresentações artísticas locais/regionais, dentre outras formas de expressão religiosa e cultural.

Sobre o ordenamento da feira livre tem-se a necessidade de evidenciar a "estrutura básica e de saneamento da feira livre". Trata-se de um assunto de extrema importância para o funcionamento da feira livre. Uma das justificativas anunciadas pela PMC para o fechamento da feira Bras-Bol (além do comércio legal x ilegal) era o risco de incêndio e a falta de estrutura que a mesma oferecia. Na época, o prefeito da cidade chegou a comparar o risco de incêndio na feira Bras-Bol com o da Boate Kiss (Santa Maria-RS). As feiras livres são bem maiores que a antiga feira Bras-Bol, tanto em espaço físico, quanto em quantitativo de pessoas. Apesar de serem abertas, portanto com menor risco para incêndios, ainda assim sua estrutura básica merece atenção. São propostos quatro pontos básicos:

a) Lixeiras: como retratado na Figura 31 todo o lixo produzido nas feiras de Corumbá são deixados pelos feirantes, cabendo à prefeitura (lixeiros em alaranjado ao fundo da foto 31) realizar a limpeza. A limpeza poderia ocorrer com uma gestão compartilhada. A PMC atuando ao final da feira, como já vem ocorrendo. Contudo, a cada duas bancas, poderia ter a colocação de cestos de lixo (gerenciado pelos feirantes). Durante a pesquisa não foi encontrado nenhum cesto de lixo. Na Bolívia, mais especificamente na Associação Comercial 2 de Mayo (galpão onde se localizam as tendas que comercializam roupas em Puerto Quijarro), a limpeza dos corredores é de responsabilidade dos feirantes que estão sujeitos a multas caso não mantenham a limpeza e as tendas bem fechadas (para dificultar roubos).

b) Banheiros químicos: nenhum banheiro químico foi encontrado nas feiras durante a realização das pesquisas. Algumas casas, próximas às feiras, cobram de R$2,00 a R$5,00 para o uso do banheiro ou banho. Muitos feirantes e consumidores fazem suas necessidades fisiológicas aos arredores da feira. Por isso é fundamental a instalação de banheiros químicos nos locais em dias de feiras.

c) Segurança: durante a realização das pesquisas nenhum guarda municipal foi visto nas feiras, nem a polícia militar (encontrada uma vez na feira de domingo). A guarda de trânsito foi vista principalmente nas feiras maiores (de sexta e domingo), aplicando multas nas formas irregulares de estacionamento. Os assaltos eram comuns tanto aos feirantes, quanto aos consumidores. Conforme relatado, a Associação dos Feirantes contratou pessoal (pago por todos os feirantes) para fazer a segurança da feira livre. Esse resultado se mostrou positivo. Contudo, não se pode prescindir da segurança pública. É preciso criar uma operação conjunta entre a Polícia Militar, a Guarda Municipal e a Guarda de Trânsito para assegurar o funcionamento da feira livre.

d) Iluminação: é fundamental a articulação da prefeitura com a Energisa para dar suporte às bancas que precisam de energia elétrica, que poderiam ficar concentradas para facilitar a distribuição de energia. Nas feiras matinais não são muitas as bancas que utilizam energia elétrica. Contudo, nas feiras noturnas (tanto de Corumbá quanto de Ladário)a situação se agrava, pois os fios passam pelo meio da rua dificultando a circulação dos consumidores. Além disso, as ligações diretas dos postes causam diversas quedas de energia e apagões na feira.

No que tange a comercialização de produtos agrícolas, a feira livre se mostra como o melhor local da cidade para que ocorra este tipo de comercialização. Contudo, conforme elucidado por Costa (2009) há necessidade de um ordenamento territorial, ou seja, um conjunto de regras e normas para um determinado arranjo espacial. Para a formulação de um ordenamento territorial, vale frisar que o papel dos Comitês de Fronteira seja resguardado, pois, é por meio dos comitês, que se chegará ao ideal de integração das cidades fronteiriças do Brasil (Corumbá e Ladário) e da Bolívia (Puerto Quijarro e Puerto Suárez). Integração esta marcada pela luta de um povo, aqui caracterizado pelos feirantes e produtores rurais, contra as desigualdades e dificuldades que vivem diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstraram que o território fronteiriço analisado é marcado por intensa fluidez, caracterizado por frequente mobilidade humana e trocas comerciais, compartilhamento cultural e outras manifestações coletivas. Nesse conjunto de cidades fronteiriças, Corumbá se diferencia das outras três (Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suárez) por apresentar uma melhor infraestrutura e oferta de serviços. Além disso, possui o dobro da população de todas elas, tornando-se um importante mercado consumidor.

Essa condição demanda grande esforço de abastecimento de alimentos. Observou-se, pois, que a agricultura familiar é de suma importância para este território fronteiriço. Contudo, esses produtores enfrentam inúmeras dificuldades, como falta de apoio tecnológico na produção, falta de orientações sobre canais de vendas, falta de água, além de problemas com o solo. Por isso, a produção agrícola é insuficiente para abastecer os mercados locais, exigindo aquisições em outras cidades do Estado e de outras Unidades Federativas.

A falta de organização produtiva da agricultura familiar, não permitindo a continuidade de oferta de gêneros alimentícios, inibe contratos de entrega regular nos supermercados da cidade. Dessa forma, os assentados rurais precisam buscar outros canais de comercialização. As compras públicas realizadas pelos governos federal, estadual e municipal, como o PAA e o PNAE são importantes alternativas de comercialização da produção dos assentamentos. Contudo, ainda não atinge a maioria dos agricultores familiares, seja por desconhecimento ou por impedimento em razão das regras desses programas.

As feiras foram criadas para ser um canal de comercialização do excedente da produção rural. Contudo, percebeu-se que numa cidade fronteiriça como Corumbá houve o desvirtuamento do papel original da feira livre, pois são encontrados produtos piratas, roupas, plantas, brinquedos e outros artefatos. Para, além disso, a feira livre de Corumbá ainda se tornou o palco de compartilhamento cultural da sociedade brasileira e boliviana que convivem neste território. Dessa forma, os bolivianos perceberam essas possibilidades e aos poucos foram se fazendo presentes nas feiras livres de Corumbá e Ladário e exercendo papel fundamental para o abastecimento local.

As fronteiras são marcadas por complementariedades e, portanto, os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais encontram um lugar desenhado pelas relações historicamente construídas, podendo ser modificadas pelas ações dos agentes territoriais – especialmente pelo Estado. A partir da organização das informações coletadas ao longo da pesquisa, é possível

afirmar que os bolivianos têm uma participação histórica nas feiras livres da cidade de Corumbá/MS. Todavia, sua atuação como feirante é frequentemente questionada pelo Estado (na figura do governo municipal), especialmente motivada pelas pressões da associação dos comerciantes locais. Entretanto, as sucessivas desterritorializações dos feirantes bolivianos são seguidas de reterritorializações a partir da (re)apropriação, por esses, de novos espaços na cidade de Corumbá.

Constatou-se que a feira livre é uma atividade histórica em Corumbá, de suma importância para os moradores locais, fazendo parte de seu cotidiano. Na visão dos produtores rurais, dos feirantes e dos consumidores, a feira ainda é o melhor canal de comercialização a ser utilizado pelos agricultores para os excedentes de sua produção. Destarte, os próprios produtores rurais brasileiros e consumidores corumbaenses defendem a permanência do boliviano na feira livre.

A feira tem um papel importante no contexto local, por estabelecer a comunicação entre os lugares e trocas de produtos e informações, além de possibilidades de lazer, para aqueles que vivem em localidades mais afastadas, como acontece em Corumbá. A diversidade de produtos encontrados nas feiras induz uma ideia de movimento, à medida que ela não é a mesma a cada dia.

Os principais entraves para a comercialização de produtos agrícolas podem ser resumidos na falta de diálogo entre as quatro cidades fronteiriças. O grande embate que se dá nesse quesito refere-se à origem desses produtos, visto que é proibida a entrada de produtos agrícolas de outros países sem a certificação/autorização do MAPA em todo território nacional. A maioria dos entrevistados se posiciona a favor da permanência do boliviano, bem como da entrada dos produtos agrícolas em Corumbá. Destaca-se a existência de tratados e acordos jurídicos firmados entre os dois países que possibilitam a regularização desse tipo de comercialização.

Além disso, foi elaborado, nessa Dissertação de Mestrado, um conjunto de propostas que pode servir como diretrizes para a futura criação de uma política fronteiriça de comercialização de produtos agrícolas, fortalecendo as atividades da AF e as feiras livres. Todas as propostas foram obtidas junto aos agentes territoriais, caracterizados por pessoas/instituições envolvidos e com interesse na comercialização de produtos agrícolas e no funcionamento da feira livre. Esses agentes foram identificados nesta dissertação (figura 3) e suas falas foram embasadas por teorias e experiências de outras cidades brasileiras. Ficou evidente a importância do Comitê de Fronteira, da necessidade de um Conselho de Fronteira e da intensa mediação das Câmaras Municipais, na ordenação e regulação da participação dos

bolivianos nas feiras livres da cidade de Corumbá. A ideia do diálogo deve ser defendida, não só referente à questão econômica, mas também para reconhecer a influência dos elementos históricos, jurídicos, sociais, culturais e de vizinhança nesse território.

Compreender a complexidade da vida nas cidades fronteiriças é o desafio da atual sociedade. Não se trata apenas de criar um tema, um foco, um único olhar sobre a fronteira. É preciso aprofundar os estudos e ter uma perspectiva aberta que permita compreender a multiplicidade de fatores e identidades existentes, além de suas diferenças e conflitos.

Sinteticamente é possível dizer que a comercialização de produtos agrícolas na cidade de Corumbá encontra nas feiras livres o principal canal de vendas diretas, além da profusão cultural, advindas de sua marca fronteiriça. No entanto, tanto a agricultura familiar, quanto a feira livre carecem de investimentos públicos. Com o passar dos anos e o desenvolvimento de novos canais varejistas, a feira de Corumbá não perdeu o seu valor e ainda mantém a sua importância como o principal irradiador de fluxos e de sociabilidade reafirmada em novos padrões e manifestações de sua gente.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa cumpre seu objetivo de apresentar propostas para a criação de uma política fronteiriça de comercialização de produtos agrícolas. Evidentemente, não se pretendeu esgotar o assunto em razão do tempo que uma pesquisa de mestrado possa dispor. Contudo, foram elencadas propostas factíveis de serem implementadas desde que haja vontade política para tal.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração**: guia completo de conteúdo e forma: inclui normas atualizadas da ABNT, TCC, TGI, trabalhos de estágio, MBA, dissertações, teses. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local**. Artigo disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3a> Acesso em: 05 de maio. 2014.

AMARAL, Moyses dos Reis; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. O preço de ser fronteira e a ação da sociedade fronteiriça. **Anais...** II Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá: UFMS, 2010. p. 625-636

APOMS. **Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - 2015**. Disponível em: http://www.caatingacerrado.com.br/apoms/ Acesso em 28 de jul. de 2015.

ASSIS, Renato Linhares; ROMERO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. XL **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo, Atlas, 1993.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y movilidade comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In COSTA, E.A; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (Orgs.). **Fronteiras em foco.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2011, p.33-55. (Séries Fronteiras).

BENEDETTI, Alejandro; LAGUADO, Iñigo. El espacio fronterizo Argentino-Chileno: definición de categorías operativas y primera aproximación descriptiva. En: **Fronteras en movimiento e imaginarios geográficos**. Núñez, Arenas y Sánchez eds., Serie GEOlibros Nº 16, Santiago. 2013, 451-483.

BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban. “Fronteras en la construcción del territorio argentino”. **Cuadernos de Geografía:** Revista Colombiana de Geografía 23 (2): 121-138.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Tratado de Roboré**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1958/b_14/ Acesso em 15 de maio de 2014.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Produtor, saiba como supermercados mineiros operam com hortifrutis**. Revista Frutifatos, Brasília, 2004, n.5. Disponível em: <www.integracao.gov.br/infraestruturahidrica/publicacoes/frutifatos.asp>. Acesso em: 01 de abr. de 2015.

_____. **Por um Brasil Rural com Gente Feliz**: políticas agrícolas e programas para os municípios. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

_____. **Territórios da Cidadania.** Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio|2013.

_____. **Alimentos para o Brasil:** Plano Safra da Agricultura Familiar (2014-2015). Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

_____. **Transformando Vidas, Plantando Futuro:** políticas públicas para a agricultura familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário, outubro |2013.

BRAUDEL, Fernand. **Os Jogos das Trocas**. vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CALDAS, Nádia Velleda. SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agroecologia e certificação solidária: desafios e possibilidades à regularização de agroindústrias familiares. **Revista Espaço Acadêmico** - nº172 - set/2015. (5-13) Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7730/5237 Acesso em 14 de ago. de 2015.

CALLEJA, Marcos; SAFAROV, Alejandro. La importancia de los comités de frontera en la política exterior del Estado Argentino. **I Jornadas del CENSUD** – "Análisis de la inserción de Sudamérica en el mundo". Instituto de Relaciones Internacionales/UNLP, septiembre de 2007. 19 p.

CAMPEÃO, Patrícia (et. al). **Logística interna de frutas, legumes e verduras (FLV) em supermercados**: um estudo multicasos em Campo Grande/MS. UFMS CAMPO GRANDE - MS - BRASIL, 2008.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. Relação Brasil-Bolívia: a fronteira, os conflitos contemporâneos e o ideal de integração. **V Seminário de Estudos Fronteiriços**. UFMS/CPAN, p. 15-25, 2015.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; RÜCKERT, Aldomar. Transfronteirização e gestão do território no arco sul da fronteira do Brasil. **Revista Geonorte,** edição especial 3, V.7, N.1, p.1298-1314, 2013.

CARVALHO, Alexey. **A Utilização da Tecnologia em Supermercados**: proposta de um modelo de maturidade. Disponível em: http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/posgraduacao/Trabalhos/Dissertacoes/DM_Tecn_Alexey_Carvalho.pdf Acesso em: 12 de abr. de 2015.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CAVALCANTE, Jordana de Souza. Venezuela no Mercosul: turismo e região de fronteira em Roraima. **Revista Eletrônica EXAMÃPAKU** | ISSN 1983-9065 | V. 07 – N. 02 | Maio.

Agosto/2014. Disponível em: http://revista.ufrr.br/index.php/examapaku Acesso em 14 de jul. de 2015.

CECCATO, Carla; BASSO, Cristiana. **Avaliação das Perdas de Frutas, Legumes e Verduras em Supermercado de Santa Maria – RS**. Disc. Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 12, n. 1, p. 127-137, 2011.

CONTERATO, Marcelo Antônio [et al.] (Org.). **Mercados e agricultura familiar:** interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 358 p.: il. (Difusão IEPE/UFRGS)

CORUMBÁ. **Código de Posturas do Município**. Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/downloads. Acesso em 24 de maio de 2014.

_____. **Lei Orgânica do Município de Corumbá Estado de Mato Grosso Do Sul**. Texto atualizado até a emenda à Lei Orgânica n. º 029/2.010. Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/site/portal-do-servidor/6/legislacao/81/ Acesso em 05 de jul. de 2014.

_____. **Com revitalização, Corumbá terá novamente o seu Mercadão Municipal**. Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/com-revitalizacao-corumba-tera-novamente-o-seu-mercadao-municipal/16187/ Acesso em 04 de ago. de 2015.

_____. **Prefeito regulamenta funcionamento de feiras livres.** Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/prefeito-regulamenta-funcionamento-de-feiras-livres/1863/ Acesso em 02. de maio de 2014.

_____. **Decreto Municipal n°307**, de 05 de julho de 2007 que regulamenta a organização e funcionamento das feiras-livres de Corumbá. Prefeitura Municipal de Corumbá. Arquivo, 2007.

_____. **Feira do Produtor é aprovada e atende população corumbaense** http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/feira-do-produtor-e-aprovada-e-atende-populacao-corumbaense/14686/ Acesso em 02 de fev. de 2014.

_____. **Prefeitura interdita Feira Bras-Bol para regularização das instalações** www.corumba.ms.gov.br/noticias/prefeitura-interdita-feira-brasbol-para-regularizacao-das-instalacoes/14134/ Acesso em 20 de fev. de 2014.

_____. **Sábado tem Feira do Produtor na Praça da Independência, em Corumbá**. Disponível em: http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/sabado-tem-feira-do-produtor-na-praca-da-independencia-em-corumba/16776/ Acesso em 25 de abr. de 2015.

COSTA, Edgar Aparecido da. Saúde e Fronteira: A difícil tarefa da Gestão Pública. In: **Despertar para a fronteira**. COSTA, E.A.; OLIVEIRA, M.A.M.; SILVA, G.A.M. (Org.). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

_____. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (Orgs.). **Fronteiras em foco.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2011, p.131-170. (Série Fronteiras).

_____. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In COSTA, E. A; OLIVEIRA, M. A. M. **Seminários de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009, p. 61-78.

COSTA, Edgar Aparecido da. FIGUEIREDO, Nilze de Paula, SILVA, Aguinaldo. Fronteira: limite ou potencialidade para as práticas do turismo? **II Seminário de Estudos Fronteiriços.** Corumbá, MS: ed. UFMS, 2010.

COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, Giovanni França. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – vol. 7 – n° 2 – abr/mai/jun 2014 – p.207-332.

COSTA, G.V.L. O muro invisível. A nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Tempo Social-Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n.2 – nov 2013 – p.141-156.

_____. **A Interdição da Feira Bras-Bol, em Corumbá-MS**: Considerações sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte: outubro/2013.

COSTA, Mário Wanderley Moreira; SOUZA, Roberta de Castro. **As Transações entre Supermercados e seus Fornecedores de Frutas, Legumes e Verduras**. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (USP). 2010. São Paulo/São Carlos.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUYATE, Rozilene; COSTA, Edgar Aparecido da; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Las fiestas como estrategias de implementación de la actividad turística con base local: Reflexiones sobre el Asentamiento 72, Ladário-MS, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 23, p. 305-326, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A Gestão Territorial Através do Diálogo e da Participação. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XI, n.245. agosto/2007.

DORFMAN, Adriana. A Condição Fronteiriça Diante da Securitização das Fronteiras do Brasil. In. **CNPQ - Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013.

DUNCAN, W.J. **Organization culture**: *"getting a fix" on a elusive concept. The Academy of Management Executive*, v.3, n.1, p.229-236, 1989.

FAYOL, Henry. **Administração Geral e Industrial**. São Paulo, Atlas, 1987.

FAULSTICH, Enilde. **O portunhol é uma interlíngua**? Universidade de Brasília (UnB) - Departamento de Linguística, Línguas Clássica e Vernácula (LIV). Seminário apresentado no Institut Universitari de Linguística Aplicada (IULA), Universitat Pompeu Fabra (UPF), Barcelona, em 21 de abril de 1997.

FERREIRA JUNIOR, João Lourenço. **A Importância dos Supermercados para a Economia Comercial**. Disponível em:

http://www.folhadooeste.com.br/impressa/economia/os-supermercados-e-a-importancia-na-economia-comercial-1.1095423 Acesso em: 10 de abr. 2015.

FERREIRA, Patrícia M. de S. Circuito Água Verde: turismo rural e agricultura familiar no município de Rio Preto da Eva. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 03/2007.ISSN 1980-6930

FONTOURA, Andréia F. da; NEUMANN, Pedro S. **A produção, a comercialização e as relações sócio-culturais da feira de produtores do município de Alegrete/RS**. CONGREGA URCAMP 2010. ISSN: 1982-2960. Alegrete, 2010.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GARCÍA CUESTA, José Luis. El turismo rural como factor diversificador de rentas en la tradicional economía agraria. **Estudios turísticos**, n. 132, p. 45-60, 1996.

GNT. **Olivier começa uma viagem pelo Pantanal no próximo 'Diário do Olivier**. Disponível em: http://gnt.globo.com/programas/diario-do-olivier/materias/olivier-comeca-uma-viagem-pelo-pantanal-no-proximo-diario-do-olivier.htm Acesso em 10 de jul. de 2014.

GRIMSON, Alejandro. **Pensar fronteras desde las fronteras.** Nueva Sociedad n° 170. Universidad de Buenos Aires. Noviembre-Diciembre 2000.

_____. **La Nación en Sus Límites**: Colonia, provincia y nación.1ª edición: agosto 2003, Barcelona. Editora Gedisa, S.A. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200017> Acesso em 28 de abr. de 2014.

HEILBORN, G.; LACOMBE, F.J.M. **Administração**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

JORNAL DIÁRIO CORUMBAENSE. **Bras-Bol**: projeto cria Centro Comercial para funcionar no antigo mercadão. Disponível em: http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=59068 Acesso em: 21 de fev. 2014.

_____. **Venda de roupas usadas faz sucesso nas feiras livres de Corumbá**. Disponível em: http://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=31561 Acesso em 29 de jul. de 2014.

JORNAL A TRIBUNA. **Feira-livre de Corumbá comemora 1 ano**. Jornal A Tribuna, n°17.731 de 03 de maio de 1960. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica e de Estudos Regionais – UFMS/CPAN.

_____. **O crescimento de Corumbá**. Jornal A Tribuna n° 17460, de 03 de junho de 1959. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica e de Estudos Regionais – UFMS/CPAN.

JORNAL O SUCESSO. **Comerciantes locais querem a retirada dos camelôs do centro da cidade.** Jornal O Sucesso de 11 de fevereiro de 2000. Disponível no Núcleo de Documentação Histórica e de Estudos Regionais – UFMS/CPAN.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Varejo.** São Paulo: Atlas, 1994.

Lemos, Walter Gustavo da Silva. **Os acordos de Roboré e o pensamento geopolítico brasileiro** / Walter Gustavo da Silva Lemos. – Porto Alegre, 2015. Dissertação de Mestrado.

LEVY, Michael; WEITZ, Barton A. **Administração de Varejo**. São Paulo, Atlas, 2000.

LIMA, Danielle B. (org.). Um olhar sobre as feiras de São Luís: uma visão a partir do contexto sócio econômico da Feira da Cidade Operária. **Anais...** VII Congresso Brasileiro dos Geógrafos. Vitória, 2014.

LOSS, Hugo. O campo de estudos sobre associações de classe de São Paulo de 1910 a 1945. **Revista Sociologia Política.** Curitiba, v. 18, n. 37, p. 227-246, out. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n37/14.pdf Acesso em 28. de ago. de 2015.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território.** Rio de Janeiro, v. 8, 1996, p. 9-29.

_____. Limites, Fronteiras e Redes. In: T.M. Strohaecker, A. Damiani, N.O. Schaffer, N. Bauth, V.S. Dutra (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MACHADO QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes. O meio rural e sua apropriação pelo turismo. In: **Turismo, Espaço E Estratégias De Desenvolvimento Local.** Giovanni Seabra, A. P. S.; QUEIROZ, O. T. M. M. (organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. (p.45-58).

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Economia Solidária, Turismo e Desenvolvimento Local: possibilidades de mediações no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. In: **Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local.** Giovanni Seabra, A. P. S.; QUEIROZ, O. T. M. M. (organizadores). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. (p. 145-155).

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Organismo Participativo**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo Acesso em 01 de set. de 2015.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2008.

MÉLO, José Luiz Bica de. **Fronteiras**: da linha imaginária ao campo de conflitos. Sociologia, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2000, p.126-146.

MELLO, L. I. A. e COSTA, L. C. A. **História Moderna e Contemporânea.** 5ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 1995.

MICHELLON, Ednaldo [et al.] (Org.). **Feira do produtor rural pela visão dos consumidores.** VI EPCC – CESUMAR. ISBN 978-85-61091-05-7. Maringa/PR: 2009.

MORABITO, Reinaldo; [et al.] (Org.). **A importância da rapidez de atendimento em supermercados**: um estudo de caso. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/gp/v16n1/v16n1a02.pdf Acesso em: 10 de abr. de 2015.

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. Trad. Llana Heineberg. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina 2008.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO v. 1, n. 2, dez/2007, p.27-41.

OLIVEIRA, T. C. M.. **Tipologia das Relações Fronteiriças**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.377.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Módulo I – Gestión de Fronteras**: Gestión fronteriza integral en la subregión andina. Lima: Impreso en WR, 2012, 84p.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil - Gestão e estratégia**. São Paulo, Atlas, 2000.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; VALENTE, ANA LUCIA E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. **Anais.** Sober, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf Acesso em 1 de jul. de 2015.

PINTO, Jorge de Souza (Org.) **Os Aspectos Peculiares que Caracterizam a Feira Livre da Cidade de Corumbá-MS**. Disponível em: < www.admpg.com.br/2013/down.php?id=288&q=1> Acesso em: 27 de jul. de 2013.

POTRICH, Ani Caroline G. Potrich; PINHEIRO, Renes Rossi; Schmidt, Denise. **Estudo Comportamental de Aquisição e Consumo de Frutas, Legumes e Verduras na Região Central do Médio Alto Uruguai**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, n.17; p. 2013474 3.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L.P. **Zonas de fronteira internacionais na atualidade**: uma discussão. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http//:www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LETICIA.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2014.

ROCHEFORT, N. M. D. de. **Frontera:** muro divisorio o tejido de relaciones. Estúdios Fronterizos, vol. 3, nº 5, UABC – México, 2002, 42p.

SABATEL, Vania Oliveira Sabatel; COSTA, Edgar Aparecido. **Considerações sobre o ordenamento territorial em áreas rurais fronteiriças** Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9516 Acesso em 20 de dez. de 2014.

SANGALLI, A. R. A Contribuição da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Rural de Mato Grosso do Sul – Brasil. **REDES – Revista de Dessenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v.18, n.3, set/dez 2013.

SANTOS, José Edmundo (Org.). **O Desenvolvimento Econômico da Feira Livre de Umbaúba, 1989 a 2009.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-desenvolvimento-economico-e-social-da-feira-livre-de-umbauba-1989-a-2009/33163/> Acesso em: 15 de jul. de 2013

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbano dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Editora USP, 2004.

_____. Território e Dinheiro. In: **Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios.** Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/2 Acesso em 21 de dez. 2014.

SANTOS, Ramona Catarina Ortiz; OLIVEIRA, M. A. M. **Trabalhadores Bolivianos em Feiras Livres na Cidade de Corumbá, MS.** Relatório Final PIBIC do projeto de Iniciação Científica do CNPq 2011/2012. UFMS/CPAN, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SATO, Leny. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicol. Soc.* [online]. 2007, vol.19, n.spe, pp. 95-102. ISSN 1807-0310.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Rev. bras.** Ci. Soc., Feb. 2003, vol.18, n°.51, p.99-122. ISSN 0102-6909

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Celma Balbina. **Economia Informal em Corumbá/MS**: A chamada "Feirinha Boliviana" e pequenos comerciantes ambulantes – realidade e cotidiano. UFMS/CPAN, 2003. Monografia de Graduação. 120p.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Vidas, Nações e Estados: se fazendo nas fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina**. Revista Ideação da UNIOESTE** – Câmpus de Foz do Iguaçu, vol.15 nº 2, p. 10-32. 2º Semestre de 2013.

SILVA, Ricardo Marques; OLIVEIRA Tito Carlos Machado de**.** O Mérito das Cidades-Gêmeas nos Espaços Fronteiriços. **Revista OIDLES**, v. 2, nº 5, p.1. Dezembro 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/05/msmo.htm> Acesso em: 10de jun. de 2014.

SOUZA, José Henrique; MACHADO, Lindinalva Candida Machado. As Origens da Pequena Empresa no Brasil. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.1, n.1, p.53-65, 2007.

SOUZA, Sildia de Lima. **As Hortaliças de Origens Boliviana Ofertadas nas Feiras Livres de Corumbá**: Aspectos Transfronteiriços. 56 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Câmpus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: 2010.

STEIMAN, R; MACHADO, L. (2002) **Limites e fronteiras internacionais:** uma discussão histórico-geográfica. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras> Acesso em: 17 de jul. 2013.

TAKAHASHI, Adriana R. W. **Pesquisa Qualitativa em Administração**: fundamentos, métodos e usos no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013.

TRENTO, Edison José. [et al.] (Org.). **Comercialização de Frutas, Legumes e Verduras.** Curitiba: Instituto Emater de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, M. S. de A. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões? Dissertação de Mestrado: UFC, 1980.

WILLIAMSON, O. E. **Economic Institutions**: spontaneous and intentional governance. Journal of Law, Economics and Organization, v. 7, p. 159–187, 1991.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health.** *Qualitative Research for Health Programmes.* Geneva: WHA, 1994.

ZUBEN, Newton Aquiles von. **O Primado da Presença e o Diálogo em Martin Buber.** Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/presenca.html> Acesso em: 07 de jul. de 2013.

ANEXOS
E
APÊNDICES

ANEXO 1 – OS SEIS PASSOS PARA ALCANÇAR UMA GESTÃO FRONTEIRIÇA INTEGRAL[45]

1. Se debe determinar la extensión territorial de la franja o zona fronteriza tomando en cuenta los aspectos de las dinámicas sociales, culturales y ambientales.
2. Es necesario identificar el marco institucional y normativo nacional e internacional aplicable, lo cual debe incluir los tratados y mecanismos surgidos de las relaciones binacionales y de la integración andina, así como los vínculos con los países no pertenecientes a la comunidad andina.
3. Una vez definida la zona fronteriza y su institucionalidad actual, se sugiere identificar los problemas comunes y dificultades particulares de cada localidad tomando en cuenta al país que pertenece. Esto permitirá el reconocimiento de la realidad de la zona de frontera como línea de base para la etapa de planificación.
4. Antes de entrar en la etapa de la planificación, es fundamental enfrentar las dificultades de coordinación.
5. Luego de haber definido la viabilidad de generación de acuerdo, se comenzará con aquellas articulaciones posibles, buscando propiciar articulaciones piloto que incluyan, en lo posible, los niveles local y regional de administración de los países fronterizos.
6. Seguirá la priorización de los problemas, la planificación estratégica fronteriza y la elaboración de políticas conjuntas. Dichas políticas están orientadas a solucionar los problemas particulares de la zona fronteriza y a implementar el plan de manera coordinada a través de la integración de la red de actores gubernamentales y privados, incluyendo a la ciudadanía.

[45] Disponível em: ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Módulo I – Gestión de Fronteras: Gestión fronteriza integral en la subregión andina. Lima: Impreso en WR, 2012. Página 48.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA[46]

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

TEMA – PARA UMA POLÍTICA FRONTEIRIÇA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Entrevista nº: _____ Data: ___/___/____ Hora ___:___h.

Entrevistador: Anderson Luís do Espírito Santo – Mestrando em Estudos Fronteiriços.
Professor Orientador: Edgar Aparecido da Costa

Observação: As informações prestadas nesta entrevista serão resguardadas com o devido sigilo.

Identificação do entrevistado: E___ Frutaria ( ) Feira ( ) Supermercado ( )
Cidade: Corumbá/MS ( ) Ladário/MS ( )

1. Idade:_____ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( ) Outro ( )
Escolaridade:_____ Natural de: _____

2. Número de Familiares_____.
2.1 Eles trabalham na feira ( ) sim ( ) não
2.2 Tem terceirizado na feira ( ) sim ( ) não Se sim quantos?_____
2.3 Há quanto tempo é feirante? _____
2.4 Como tudo começou: _____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2.5Alguém da família já se interessou em dar continuidade ao seu empreendimento?
_____
_____

2.6Seu negócio é formal ou informal (se feirante, está cadastrado junto ao CAC)
_____
_____

2.7Quais as suas expectativas para o futuro?
_____
_____

3. É o próprio produtor rural: ( ) sim ( ) não
3.1 Se sim, sua produção fica em qual cidade?
( ) Corumbá ( ) Ladário ( ) Puerto Quijarro ( ) Puerto Suárez
Nome do Assentamento:_____

[46] Este roteiro de entrevista foi só um norte de perguntas apresentadas e tratadas nesta dissertação. Houve momentos (por exemplo, quando foi levantada a história dos supermercados de Corumbá), que novas entrevistas foram sendo realizadas. Essas novas entrevistas eram direcionadas ao foco que se pretendiam. Logo não foram criados roteiros específicos para cada dúvida/interesse que foi surgindo ao longo do trabalho.

3.2 Se não, de onde vem os seus produtos?
( ) Campo Grande ( ) Santa Cruz de La Sierra ( ) Outros:
( ) Atacadista brasileiro ( ) Maioria boliviano ( ) Supermercados ( ) Outros.
*Espaço para citar cidade (s) de origem (ns) e quais produtos vem de cada cidade. Peculiaridades da comercialização.
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3.5. Quais produtos você comercializa na feira/frutaria:
( ) FLV ( ) Roupas e assessórios ( ) Carne
( ) Lanches ( ) Secos e molhados ( ) Queijo e leite.
( ) Outros (especificar detalhadamente)
_____
_____
_____

3.5 Com relação a comercialização de FLV. Quais as dificuldades na hora da
Venda_____
Transporte _____
Produção_____

3.6 Caso seja produtor rural, informe:
a) Produtos cultivados: _____
_____
_____
_____

b) Formas de cultivo: ( ) Campo ( )Estufa ( ) Hidropônica ( ) Outros _____
_____
c) Usa agrotóxicos? ( ) sim ( ) não
4. A renda da família vem exclusivamente pela comercialização dos produtos nas feiras (frutarias)?
( ) sim ( ) não _____
4.1 Tem auxilio do Governo Federal ( ) sim ( ) não (se sim, qual?) _____
4.2 Recebe, ou já recebeu, alguma assistência técnica na produção; ou na venda dos produtos da feira?
_____
_____
_____

5. Participa de associações ou cooperativas? ( ) sim ( ) não (se sim, qual?)
_____
_____
1.1Qual a sua opinião sobre a formação de grupos para a defesa de seus interesses? Acredita que funcionaria? _____
_____
_____
_____

2. Na sua opinião, o relacionamento entre brasileiros e bolivianos na feira é?
( ) excelente ( ) boa ( ) ruim ( ) péssima ( ) não sei.

2.1Como é o relacionamento dos feirantes com os fiscais da prefeitura?

_____

_____

2.2Para você, qual a importância da feira livre para a cidade de Corumbá?

_____

_____

6.3 A importância do boliviano na feira livre?

_____

_____

6.4 Culturas e relacionamentos dentro e fora da feira?

_____

_____

6.5 Qual a sua opinião sobre o impacto econômico e social caso haja uma interdição judicial na feira (igual a feira Bras-Bol), proibindo a participação do boliviano na mesma?

_____

_____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS CONSUMIDORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

TEMA – PARA UMA POLÍTICA FRONTEIRIÇA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Entrevista nº: _____ Data: ___/___/____ Hora ___:___h.

Entrevistador: Anderson Luís do Espírito Santo – Mestrando em Estudos Fronteiriços.
Professor Orientador: Edgar Aparecido da Costa

Observação: As informações prestadas nesta entrevista serão resguardadas com o devido sigilo.

Identificação do entrevistado: E___ Consumidor ( )
Cidade: Corumbá/MS ( ) Ladário/MS ( )

1. Idade:_____ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( ) Outro ( )
Escolaridade:_____ Natural de: _____

2. Com que frequência costuma vir à feira?_____.

3. Quais produtos você comercializa na feira/frutaria:
( ) FLV ( ) Roupas e assessórios ( ) Carne
( ) Lanches ( ) Secos e molhados ( ) Queijo e leite.
( ) Outros (especificar detalhadamente)

4. Você está satisfeito com a qualidade dos produtos?

5. Quando você escolhe um produto, o que é mais importante?
( ) Origem ( ) Higiene ( ) Preço ( ) Promoção ( ) Agrotóxicos ( ) Outros?

6) Você, na maioria das vezes, compra mais com brasileiros ou com bolivianos?

7) Você freqüenta mais: Frutaria ( ) Feira ( ) Supermercado ( )
Por que? _____

7.1. Dos itens abaixo, quais determinam que você opte por supermercado ao invés de ir a feira:
( ) praticidade ( ) formas de pagamento ( ) Outros.
( ) higiene ( ) variedade de produtos
( ) estacionamento ( ) preço

8. Você já viu a atuação dos fiscais da prefeitura na feira? (algo lhe chamou a atenção)
_____

9. Para você, qual a importância da feira livre para a cidade de Corumbá?
_____
9.1 A importância do boliviano na feira livre?
_____
9.2 Culturas e relacionamentos dentro e fora da feira?
_____

9.3 Qual a sua opinião sobre o impacto econômico e social caso haja uma interdição judicial na feira (igual a feira Bras-Bol), proibindo a participação do boliviano na mesma?

Complemento: Somente para a feira de domingo.

Por que você frequenta a feira de domingo?
Quais produtos você acredita que deveriam ser vendidos na feira
Quais produtos não deveriam ser vendidos na feira?

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

Termo de Autorização para Publicação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMS

1. Identificação do material bibliográfico: [ ] Tese [X] Dissertação
2. **Identificação do documento/autor**
Programa de pós- graduação: Mestrado Profissionalizante em Estudos Fronteiriços
Área de concentração (Tabela CNPQ): Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente.
Palavras–chave: Corumbá; Feira Livre; Agricultura Familiar; Fronteira.
Título: **A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EM CORUMBÁ-MS: PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA FEIRA LIVRE**
Autor: **ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO**
E-mail: anderson_adm_@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa
Número de páginas: 166f. Data de defesa: 21/09/2015
Data de entrega do arquivo à secretaria: 08/10/2015
3. **Informações de acesso ao documento**
[X] Total [ ] parcial Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:
[ ] Sumário
[ ] Capítulos, Especifique:_____
[ ] Bibliografia
[ ] Outras restrições:_____
Por quanto tempo? [ ] 1 ano _____anos [X] sempre

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissão assinadas, do documento, em meio eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado, para fins de leitura, impressão e/ou pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data.

Solicita-se que a dissertação seja publicada na íntegra somente a partir de janeiro de 2016 para não haver prejuízos nas avaliações dos pareceristas das Revistas dos artigos encaminhados referentes à esta Dissertação.

_____ _____
Assinatura do autor Assinatura do orientador

Data: 06 de outubro de 2015. Data: 06 de outubro de 2015.